

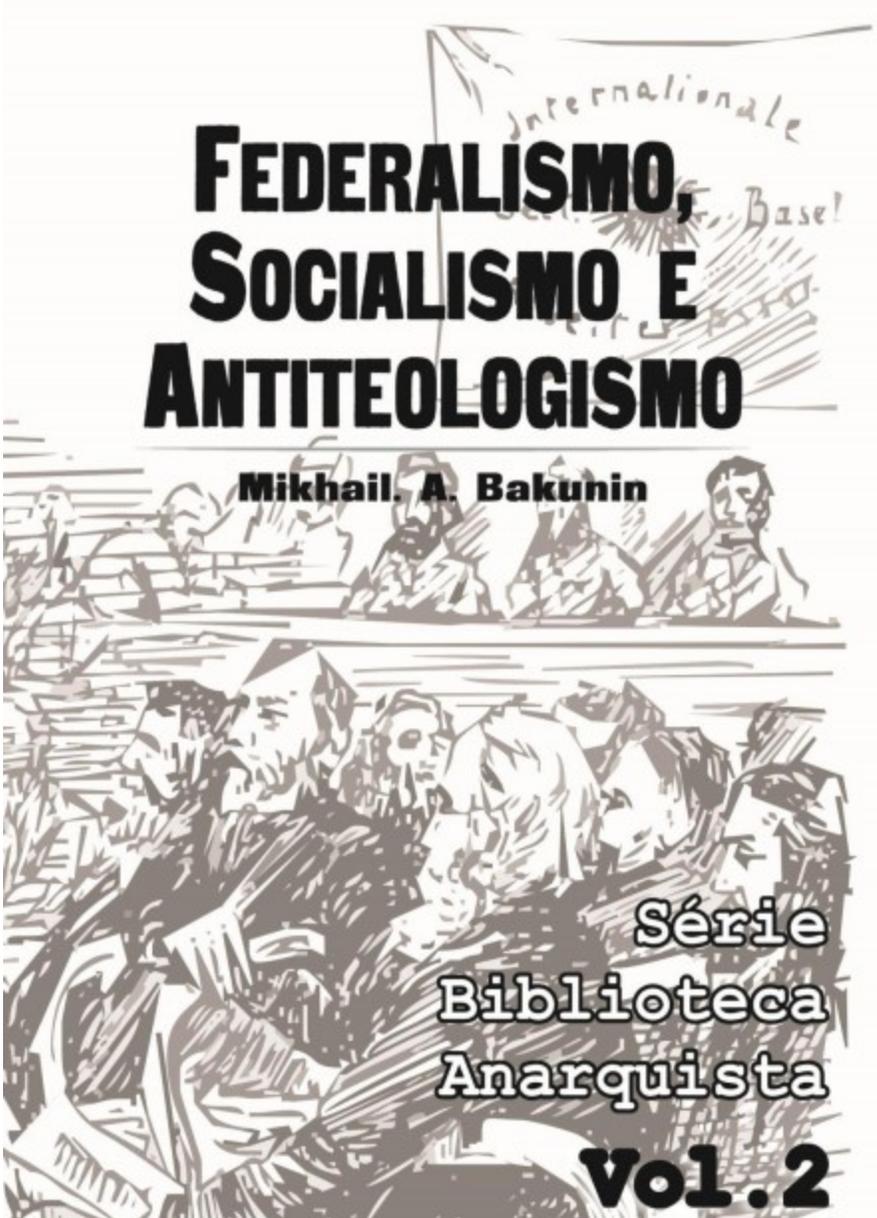


# FEDERALISMO, SOCIALISMO E ANTITEOLOGISMO

**Mikhail. A. Bakunin**

**Série**  
**Biblioteca**  
**Anarquista**

**Vol. 2**



# FEDERALISMO, SOCIALISMO E ANTITEOLOGISMO

**Mikhail. A. Bakunin**

Série  
Biblioteca  
Anarquista

**Vol. 2**

## Apresentação

É com muita honra que a União Popular Anarquista (UNIPA) apresenta aos militantes revolucionários e ao conjunto de nossa classe a obra “Federalismo, Socialismo, Antiteologismo” do anarquista russo Mikhail Alexandrovitch Bakunin (1814-1876). Com o objetivo de introduzir o texto, achamos necessário fazer uma breve contextualização do momento de sua produção, dentre outras informações.

Com a eminência de uma guerra entre Prússia e França, foi convocado o Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, que ocorreu em Berna (Suíça) no ano de 1868. Tal Congresso reuniu grandes personalidades liberais e republicanas como Garibaldi, Stuart Mill e Herzen. É neste Congresso que Bakunin apresenta a obra “Federalismo, Socialismo, Antiteologismo”. Sem nutrir ilusão com tal Congresso, Bakunin atuou no seio do republicanismo com o objetivo de rachá-lo, demonstrando suas contradições aos olhos dos setores mais radicais trazendo-os para sua organização anarquista (a Fraternidade Revolucionária). Após este congresso, Bakunin e outros revolucionários rompem com a Liga da Paz e da Liberdade e passam a construir a Associação Internacional dos Trabalhadores.

A obra que apresentamos foi um desenvolvimento do discurso pronunciado por Bakunin no Congresso e segundo informações publicadas nas atas e resoluções. Esse escrito faz parte de um conjunto mais amplo integrado pelas obras “O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social” e “Considerações Filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem” (1870). No prólogo do volume 3 das Obras de Bakunin, publicadas por Ediciones Júcar em 1977, Max Nettlau diz que “a leitura destes dois escritos, Federalismo... e Considerações..., é um pouco difícil, porém o leitor é gradualmente iniciado no assunto e realizará o estudo do segundo mais bem preparado pelo estudo do primeiro.” Nettlau recomenda primeiro a leitura do “Federalismo...” e depois o “Considerações...”. Mas acima de tudo ele realça o elo teórico-epistemológico entre as duas obras. Apesar dessa consideração, James Guillaume, principal editor da obra de Bakunin, afirma que “Considerações Filosóficas” é uma Continuação de

“O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social”. Dessa maneira, o mais prudente é considerar os três textos como partes de um conjunto.

A produção teórica de Bakunin dá continuidade e aprofundamento à obra de Proudhon a partir de dois pilares fundamentais: o socialismo e o federalismo. No presente texto tais pilares aparecem fundidos, num todo coerente e indissolúvel, à compreensão teórico-filosófica do materialismo bakuninista. A presente obra deve ser estudada cientificamente pelos militantes proletários a fim de abstrair suas lições para o trabalho teórico e ajudar a superar as exigências da luta classes.

**Bakunin Vive e Vencerá!**

**Construir o Partido Revolucionário Anarquista!**

# Federalismo, Socialismo e Antiteologismo

*Proposição justificada ao Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade, por M. Bakunin.  
Genebra<sup>1</sup>*

Senhores,

A obra que nos incumbe, hoje, é a de organizar e de consolidar definitivamente a Liga da Paz e da Liberdade, tomando por base os princípios que foram formulados pelo Comitê diretor precedente e votados pelo primeiro Congresso. Estes princípios constituem, de agora em diante, nossa Carta, a base obrigatória de todos os nossos trabalhos posteriores. Não nos é mais permitido subtrair deles a mínima parte; mas temos o direito e mesmo o dever de desenvolvê-los.

Parece-nos urgente cumprir hoje esse dever, uma vez que estes princípios, como todos aqui presentes o sabem, foram formulados às pressas, sob a pressão da pesada hospitalidade genebrense. Nós os esboçamos, por assim dizer, entre duas tempestades, forçados como estávamos a atenuar a expressão, para evitar um grande escândalo que poderia ter resultado na completa destruição de nossa obra.

Hoje, que, graças à hospitalidade mais sincera e mais ampla da cidade de Berna, estamos livres, de qualquer pressão local, exterior, devemos restabelecer estes princípios em sua integridade, pondo de lado os equívocos como indignos de nós, indignos da grande obra que temos por missão fundar. As reticências, as meias-verdades, os pensamentos castrados, as complacentes atenuações e concessões de uma diplomacia covarde não são os elementos dos quais se formam as grandes coisas: elas se fazem, apenas, com corações elevados, um espírito justo e firme, um objetivo claramente determinado e uma grande coragem. Nós empreendemos uma grande coisa, senhores, elevemo-nos à altura de nossa empreitada: grande ou ridícula, não existe meio-termo, e para que ela seja grande é preciso, pelo menos, que por nossa audácia e por nossa sinceridade nos tornemos também grandes.

O que vos propomos não é uma discussão acadêmica de princípios. Não ignoramos que nos reunimos aqui principalmente para combinar os meios

e as medidas políticas necessárias à realização de nossa obra. Mas também sabemos que em política não há possibilidade de prática honesta e útil sem uma teoria e sem um objetivo claramente determinados. Dito de outra maneira, inspirados como somos pelos sentimentos mais amplos e mais liberais, poderíamos desembocar numa realidade diametralmente oposta a estes sentimentos: poderíamos começar com convicções republicanas, democráticas, socialistas, acabar como bismarckianos ou como bonapartistas.

Devemos fazer três coisas hoje:

1º) Estabelecer as condições e preparar os elementos de um novo congresso;

2º) Organizar nossa Liga, tanto quanto possível, em todos os países da Europa, estendê-la até mesmo à América, o que nos parece essencial, e instituir em cada país comitês nacionais e subcomitês provinciais, deixando a cada um deles toda a autonomia legítima, necessária, e subordinando todos eles, hierarquicamente, ao Comitê Central de Berna. Dar a estes comitês plenos poderes e instruções necessárias para a propaganda e para a recepção de novos membros;

3º) Em vista desta propaganda, fundar um jornal.

Não é bastante evidente que para fazer bem estas três coisas devemos previamente estabelecer os princípios que, determinando, de maneira a não dar mais lugar a nenhum equívoco, a natureza e o objetivo da Liga, inspiração e direção, de um lado, toda nossa propaganda, tanto verbal quanto escrita, e, de outro, servirão de condições e de base à recepção de novos aderentes. Este último ponto, senhores, nos parece excessivamente importante, pois todo o futuro de nossa Liga dependerá das disposições, das ideias e das tendências tanto políticas quanto sociais, tanto econômicas quanto morais desta multidão de recém-chegados aos quais iremos abrir nossas fileiras. Formando uma instituição eminentemente democrática, não pretendemos governar nosso povo, isto é, a massa de nossos aderentes, de cima para baixo; e no momento em que estivermos bem constituídos, não nos permitiremos jamais lhes impor nossas ideias pela autoridade. Queremos, ao contrário, que todos os nossos subcomitês provinciais e comitês nacionais, até o Comitê Central ou Internacional,

eleitos de baixo para cima pelo sufrágio dos aderentes de todos os países, tornem-se a fiel e obediente expressão de seus sentimentos, de suas ideias e de suas vontades. Mas, hoje, precisamente porque estamos resolvidos a nos submeter em tudo o que disser respeito à obra comum da Liga aos desejos da maioria, hoje, quando ainda somos um pequeno número, se quisermos que nossa Liga não se desvie jamais do pensamento inicial e da direção que lhe imprimiram seus iniciadores, não devemos tomar medidas para evitar que qualquer um possa nela entrar com tendências contrárias a este pensamento e a esta ação? Não devemos nos organizar de maneira que a grande maioria de nossos aderentes permaneça sempre fiel aos sentimentos que nos inspiram hoje, e estabelecer regras de admissão tais que, mesmo no momento em que o pessoal de nossos comitês tiver mudado, o espírito da Liga não mude jamais?

Só poderemos alcançar este objetivo estabelecendo e determinando tão claramente nossos princípios que nenhum dos indivíduos que forem, de uma maneira ou de outra, contrários a ele possam tomar parte entre nós.

Não há dúvida que, se evitarmos determinar nosso caráter real, o número de nossos aderentes poderá se tornar muito grande. Poderíamos, neste caso, como nos propôs o delegado de Basiléia, Sr. Schmidlin, acolher em nossas fileiras muitos soldados e padres, e por que não policiais, ou, como acaba de fazê-lo a Liga da Paz, fundada em Paris sob a alta proteção imperial, pelos Srs. Michel Chevalier e Frédéric Passy, suplicar a algumas princesas, da Prússia, da Rússia ou da Áustria para aceitar o título de membros honorários de nossa associação. Mas, diz o provérbio, quem muito abarca, mal abraça: compraríamos todas estas preciosas adesões ao preço de nosso aniquilamento completo e, entre tantos equívocos, e frases que envenenam hoje a opinião pública da Europa, nada mais seríamos do que uma brincadeira de mau gosto a mais.

É evidente, por outro lado, que se proclamarmos abertamente nossos princípios, o número de nossos aderentes será mais restrito; mas, pelo menos, serão aderentes sérios, com os quais poderemos contar, e nossa propaganda sincera, inteligente e séria não envenenará, ela moralizará o público.

Vejamos, portanto, quais são os princípios de nossa nova associação. Ela se chama Liga da Paz e da Liberdade. Já é muito; a partir daí nos distinguimos de todos aqueles que querem e que procuram a paz a

qualquer preço, mesmo ao preço da liberdade e da dignidade humana. Nós nos distinguimos também da sociedade inglesa da paz que, fazendo abstração de toda política, imagina que com a organização atual dos Estados na Europa a paz é possível. Contrariamente a estas tendências ultra-pacíficas das sociedades parisiense e inglesa, nossa Liga proclama que ela só crê na paz e que ela só a deseja sob a condição suprema da liberdade. A liberdade é uma palavra sublime que designa uma grande coisa, que jamais deixará de eletrizar os corações de todos os homens vivos, mas que, entretanto, requer ser bem definida, sem o que não escaparemos do equívoco, e poderíamos ver burocratas partidários da liberdade civil, dos monarquistas constitucionais, dos aristocratas e dos burgueses liberais, todos mais ou menos partidários do privilégio e inimigos naturais da democracia, virem situar-se em nossas fileiras e constituir maioria entre nós sob o pretexto de que eles também amam a liberdade.

Para evitar as consequências de um tão deplorável desentendimento, o Congresso de Genebra proclamou que deseja “fundar a paz sobre a democracia e sobre a liberdade”, de onde segue que, para se tornar membro de nossa Liga, é preciso ser democrata. Assim, estão excluídos dela todos os aristocratas todos os partidários de qualquer privilégio, de qualquer monopólio ou de qualquer exclusão política que seja; esta palavra, democracia, não quer dizer outra coisa senão governo do povo pelo povo e para o povo, compreendendo sob esta última denominação toda a massa dos cidadãos - e hoje seria preciso acrescentar cidadãos também - que formam uma nação.

Neste sentido somos certamente todos democratas.

Mas devemos ao mesmo tempo reconhecer que este termo, democracia, não basta para determinar o caráter de nossa Liga, e que, como o de liberdade, considerado à parte, ele pode se prestar a equívocos. Não vimos, desde o começo deste século, na América, os plantadores, os escravagistas do Sul e todos os partidários dos Estados Unidos do Norte se intitularem democratas? O cesarismo moderno com suas hediondas consequências, suspenso como uma horrível ameaça sobre tudo a que se chama humanidade na Europa, não se diz igualmente democrata? E mesmo o imperialismo moscovita e são-petersburguês, o Estado sem frases, este

ideal de todas as potências militares e burocráticas centralizadas, não foi em nome da democracia que ele esmagou ultimamente a Polônia?

É evidente que a democracia sem liberdade não pode nos servir de bandeira. Mas o que é a democracia fundada sobre a liberdade senão a república? A aliança da liberdade com o privilégio cria o regime monárquico constitucional, mas sua aliança com a democracia só pode se realizar na república. Por medida de prudência, que não aprovamos, o Congresso de Genebra, em suas resoluções, acreditou dever abster-se de pronunciar a palavra república. Mas proclamando seu desejo “de fundar a paz sobre a democracia e sobre a liberdade”, ele se situou implicitamente como republicano. Assim, nossa Liga deve ser democrática e republicana ao mesmo tempo.

E nós pensamos, senhores, que somos todos aqui republicanos no sentido que, levados pelas consequências de uma inexorável lógica, advertidos pelas lições simultaneamente tão salutares e tão duras da história, por todas as experiências do passado e, sobretudo, instruídos pelos eventos que afligiram a Europa desde 1848, assim como pelos perigos que a ameaçam hoje, chegamos todos igualmente a esta convicção: que as instituições monárquicas são incompatíveis com o reino da paz, da justiça e da liberdade.

Quanto a nós, senhores, enquanto socialistas russos e eslavos, acreditamos francamente dever declarar que, para nós, esta palavra república não tem outro valor que este valor negativo: o de ser a derrubada ou a eliminação da monarquia; e que não somente ela não é capaz de nos excitar, mas que, ao contrário, todas as vezes que nos apresentam a república como uma solução positiva e séria de todas as questões do dia, como o objetivo supremo para o qual devem tender todos os nossos esforços, nós ressentimos a necessidade de protestar.

Detestamos a monarquia de todo coração; não pedimos nada melhor do que vê-la derrubada sobre toda a superfície da Europa e do mundo, e estamos convencidos, como vós, de que sua abolição é uma condição sine qua non da emancipação da humanidade. Sobre este ponto de vista, somos francamente republicanos. Mas não pensamos que basta derrubar a monarquia para emancipar os povos e lhes dar a justiça e a paz. Estamos firmemente persuadidos, ao contrário, de que uma grande república militar, burocrática e politicamente centralizada, pode se tornar, e

necessariamente se tornará, uma potência conquistadora no exterior, opressiva no interior, e que ela será incapaz de assegurar a seus indivíduos, mesmo quando eles se chamarem cidadãos, o bem-estar e a liberdade. Não vimos a grande nação francesa se constituir duas vezes em república democrática, e duas vezes perder sua liberdade e se deixar arrastar em guerras de conquista?

Atribuiremos estas recaídas deploráveis, como o fazem muitos outros, ao temperamento irrefletido e aos hábitos disciplinares históricos do povo francês que, segundo dizem seus detratores, é capaz de conquistar a liberdade por um ímpeto espontâneo, tempestuoso, mas não é capaz de gozar desta liberdade e de praticá-la?

É-nos impossível, senhores, associarmo-nos a esta condenação de todo um povo, um dos mais inteligentes da Europa. Estamos, pois, convencidos de que, se, por duas vezes, a França perdeu sua liberdade e viu sua república democrática se transformar em ditadura e democracia militares, a culpa não deve ser creditada ao caráter de seu povo, mas à sua centralização política que, preparada desde muito tempo por seus reis e seus homens de Estado, personificada mais tarde naquele que a retórica complacente dos cursos escolares chamou de Grande Rei, empurrada depois ao abismo pelas desordens vergonhosas de uma monarquia decrépita, teria certamente perecido na lama, se a revolução não a tivesse erguido com suas mãos fortes. Sim, coisa estranha, esta grande revolução que, pela primeira vez na história, havia proclamado a liberdade, não mais do cidadão apenas, mas do homem, fazendo-se a herdeira da monarquia que ela matava, havia ressuscitado ao mesmo tempo esta negação de toda liberdade: a centralização e a onipotência do Estado.

De novo reconstruída pela Constituinte, combatida, é verdade, mas com pouco sucesso, pelos Girondinos, esta centralização foi concluída pela Convenção Nacional. Robespierre e Saint-Just foram seus verdadeiros restauradores: nada faltou à nova máquina governamental, nem mesmo o Ser supremo, com o culto do Estado. Ela não esperava mais do que um hábil maquinista para mostrar ao mundo perplexo todas as forças de opressão da qual ela tinha sido munida por seus imprudentes construtores... e Napoleão I apareceu. Desta forma, esta revolução que, inicialmente, tinha sido inspirada pelo amor à liberdade e à humanidade, somente por ter acreditado poder conciliá-lo com a centralização do

Estado, suicidava-se, matava-o, nada mais engendrando senão a ditadura militar, o cesarismo.

Não é evidente, senhores, que para salvar a liberdade e a paz na Europa, devemos opor a esta monstruosa e opressiva centralização dos Estados militares, burocráticos, despóticos, monárquicos constitucionais ou mesmo republicanos, o grande, o salutar princípio do federalismo — princípio do qual os últimos eventos nos Estados Unidos da América do Norte nos deram, por sinal, uma demonstração triunfante?

Doravante, deve ficar claro para todos aqueles que querem realmente a emancipação da Europa, que, ainda que conservando nossas simpatias pelas grandes ideias socialistas e humanitárias enunciadas pela Revolução Francesa, devemos rejeitar sua política de Estado e adotar resolutamente a política da liberdade dos americanos do norte.

## I. O Federalismo

Sentimo-nos felizes em poder declarar que este princípio foi unanimemente aclamado pelo Congresso de Genebra. A Suíça mesmo, que por sinal o pratica hoje com tanta felicidade, aderiu a ele sem nenhuma restrição e o aceitou em toda amplitude de suas consequências. Infelizmente, nas resoluções do Congresso, este princípio foi muito mal formulado e só se encontra indiretamente mencionado, inicialmente na possibilidade da Liga que devemos instalar, e mais abaixo, em relação com o jornal que devemos redigir sob o nome de “Estados Unidos da Europa”, enquanto ele deveria, de acordo com nossa opinião, ocupar o primeiro lugar em nossa declaração de princípios.

É uma lacuna muito incômoda e que devemos nos apressar a preencher. Em conformidade com o sentimento unânime do Congresso de Genebra, devemos proclamar:

1º) Que para fazer triunfar a liberdade, a justiça e a paz nas relações internacionais da Europa, para tornar impossível a guerra civil entre os diferentes povos que compõem a família europeia, só há um meio: constituir os Estados Unidos da Europa.

2º) Que os Estados Unidos da Europa jamais poderão se formar com os Estados tais como são hoje constituídos, tendo em vista a desigualdade monstruosa que existe entre suas forças respectivas.

3º) Que o exemplo da falecida Confederação germânica provou de um modo peremptório que uma confederação de monarquias é um escárnio; que ela é impotente para garantir seja a paz seja a liberdade das populações.

4º) Que nenhum Estado centralizado, burocrático e conseqüentemente militar, ainda que se chame república, poderá entrar séria e sinceramente numa confederação internacional. Por sua constituição, que será sempre uma negação aberta ou mascarada da liberdade em seu interior, ele seria necessariamente uma declaração de guerra permanente, uma ameaça contra a existência dos países vizinhos. Fundado essencialmente sobre um ato que ocorre após a violência, a conquista, o que na vida privada

se chama de roubo com arrombamento — ato abençoado pela Igreja de uma religião qualquer, consagrado pelo tempo e por isso mesmo transformado em direito histórico —, e apoiando-se sobre esta divina glorificação da violência triunfante como sobre um direito exclusivo e supremo, cada Estado centralista se coloca como uma negação absoluta do direito de todos os outros Estados, jamais lhes reconhecendo, nos tratados que com eles conclui, senão um interesse político ou de impotência.

5º) Que todos os aderentes da Liga devam, por consequência, se esforçar para reconstituir suas pátrias respectivas, a fim de nelas substituir a antiga organização fundada, de cima para baixo, sobre a violência e sobre o princípio de autoridade, por uma organização nova, tendo por base somente os interesses, as necessidades e as atrações naturais das populações, e por princípio somente a federação livre dos indivíduos nas comunas, das comunas nas províncias<sup>2</sup>, das províncias nas nações, e, finalmente, destas nos Estados Unidos da Europa inicialmente, e mais tarde no mundo inteiro.

6º) Consequentemente, abandono absoluto de tudo que se chama direito histórico dos Estados, todas as questões relativas às fronteiras naturais, políticas, estratégicas, comerciais, deverão ser consideradas doravante como pertencentes à história antiga e rejeitadas com energia por todos os aderentes da Liga.

7º) Reconhecimento do direito absoluto de cada nação, grande ou pequena, de cada povo, fraco ou forte, de cada província, de cada comuna, a uma completa autonomia, desde que sua constituição interior não seja uma ameaça e um perigo para a autonomia e para a liberdade dos países vizinhos.

8º) Do fato de um país ter feito parte de um Estado, ainda que se tivesse juntado livremente, não implica para ele obrigação de permanecer sempre ligado a este Estado. Nenhuma obrigação perpétua poderia ser aceita pela justiça humana, a única que pode servir como autoridade entre nós, e não reconheceremos jamais outros direitos, nem outros deveres, além daqueles que se fundam sobre a liberdade. O direito da livre reunião e da secessão

igualmente livre é o primeiro, o mais importante de todos os direitos políticos; aquele sem o qual a confederação não seria outra coisa senão uma centralização mascarada.

9º) Resulta, de tudo o que precede, que a Liga deve francamente proscrever qualquer aliança de tal ou qual fração nacional da democracia europeia com os Estados monárquicos, mesmo quando esta aliança tiver por objetivo o de reconquistar a independência ou a liberdade de um país oprimido — uma tal aliança, podendo conduzir somente a decepções, seria ao mesmo tempo uma traição à revolução.

10º) Todavia, a Liga, precisamente porque é a Liga da Paz e porque está convencida de que a paz só poderá ser conquistada e fundada sobre a mais íntima e completa solidariedade dos povos na justiça e na liberdade, deve proclamar de viva voz suas simpatias por toda insurreição nacional contra qualquer opressão, seja estrangeira, seja interna, desde que esta insurreição se faça em nome de nossos princípios e no interesse tanto político quanto econômico das massas populares, mas não com a intenção ambiciosa de fundar um Estado poderoso.

11º) A Liga fará guerra total a tudo o que se chama glória, grandeza e poderio dos Estados. A todos estes falsos e malfazejos ídolos, aos quais foram imoladas milhões de vítimas humanas, oporemos as glórias da inteligência humana a se manifestar na ciência, e de uma prosperidade universal fundada sobre o trabalho, a justiça e a liberdade.

12º) A Liga reconhecerá a nacionalidade como um fato natural; tendo incontestavelmente direito a uma existência e a um desenvolvimento livres, mas não como um princípio, todo princípio deve apresentar o caráter da universalidade e a nacionalidade é, ao contrário, um fato exclusivo, separado. Este pretensível princípio de nacionalidade, tal como foi formulado em nossos dias pelos governos da França, da Rússia e da Prússia, e até mesmo por muitos patriotas alemães, poloneses, italianos e húngaros, nada mais é do que um derivativo oposto pela reação ao espírito da revolução: no fundo, eminentemente aristocrático, a

ponto de desprezar os dialetos das populações não letradas, negando implicitamente a liberdade das províncias e a autonomia real das comunas, e apoiado em todos os países não pelas massas populares, das quais ele sacrifica sistematicamente os interesses reais a um, assim dito, bem público, que não é outro senão o das classes privilegiadas, este princípio nada mais exprime que os pretensos direitos históricos e a ambição dos Estados. O direito de nacionalidade nunca poderá ser considerado pela Liga a não ser como consequência natural do princípio supremo da liberdade, cessando de ser um direito no momento em que ele se coloca, quer contra a liberdade, quer simplesmente fora da liberdade.

13º) A unidade é o objetivo para o qual tende irresistivelmente a humanidade. Mas ela se torna fatal, destruidora da inteligência, da dignidade, da prosperidade dos indivíduos e dos povos, todas as vezes em que ela se forma fora da liberdade, seja pela violência, seja sob a autoridade de uma ideia teológica, metafísica, política, ou mesmo econômica, qualquer. O patriotismo que tende para a unidade fora da liberdade é um patriotismo ruim, sempre funesto aos interesses populares e reais do país que ele pretende exaltar e servir, amigo, frequentemente sem o desejar, da reação, inimigo da revolução, isto é, da emancipação das nações e dos homens. A Liga só poderá reconhecer uma única unidade: aquela que se constituirá livremente pela federação das partes autônomas no conjunto, de forma que, este, cessando de ser a negação dos direitos e dos interesses particulares, cessando de ser o cemitério onde vêm forçosamente se enterrar todas as prosperidades locais, torne-se, ao contrário, a confirmação e a fonte de todas estas autonomias e de todas estas prosperidades. A Liga atacará, pois, vigorosamente qualquer organização religiosa, política, econômica e social que não estiver penetrada por este grande princípio da liberdade: sem ele não há inteligência, justiça, prosperidade, humanidade.

\* \* \*

Tais são, senhores, de acordo com nossa opinião e sem dúvida também com a vossa, os desenvolvimentos e as consequências necessárias deste

grande princípio do Federalismo que o Congresso de Genebra proclamou abertamente. Tais são as condições absolutas da paz e da liberdade.

Absolutas, sim, mas são elas as únicas? Não acreditamos nisso.

Os Estados do Sul, na grande confederação republicana da América do Norte, foram, desde o ato da independência dos Estados republicanos, democratas por excelência<sup>3</sup> e federalistas a ponto de desejar a cisão. E, contudo, eles receberam, ultimamente, a reprovação de todos os partidários da liberdade e da humanidade no mundo, e quase derrubaram e destruíram, pela guerra iníqua e sacrílega que eles fomentaram contra os Estados republicanos do Norte, a mais bela organização política que tenha existido na história. Qual pode ser a causa de um fato tão estranho? Teria sido uma causa política? Não, ela foi totalmente social. A organização política no interior dos Estados do Sul foi mesmo, sob muitos aspectos, mais perfeita, mais completamente livre que aquela dos Estados do Norte. Todavia, nesta organização magnífica havia um ponto negro, como nas repúblicas da antiguidade: a liberdade dos cidadãos foi fundada sobre o trabalho forçado dos escravos. Este ponto negro basta para derrubar toda a existência política destes Estados.

Cidadãos e escravos, tal foi o antagonismo no mundo antigo, assim como nos Estados escravagistas do Novo Mundo. Cidadãos e escravos, isto é, trabalhadores forçados, escravos, não de direito mas de fato, tal é o antagonismo do mundo moderno. E como os Estados antigos pereceram pela escravidão, assim também os Estados modernos perecerão pelo proletariado.

É em vão que nos esforçaríamos em nos consolar com a ideia de que é um antagonismo mais fictício do que real, ou de que é impossível estabelecer uma linha de demarcação entre as classes possuidoras e as classes despossuídas, estas duas classes confundindo-se uma com a outra por uma quantidade de nuances intermediárias e imperceptíveis. No mundo natural, estas linhas de demarcação também não existem; na série ascendente dos seres, é impossível mostrar, por exemplo, o ponto onde acaba o reino vegetal e onde começa o reino animal, onde cessa a bestialidade e onde começa a humanidade. Existe, entretanto, uma diferença muito real entre a planta e o animal, entre este e o homem. Assim, também na sociedade humana, apesar das posições intermediárias que formam uma transição insensível de uma existência política e social a

outra, a diferença das classes é, todavia, muito marcada, e todo o mundo saberá distinguir a aristocracia nobiliária da aristocracia financeira, a alta burguesia da pequena burguesia, e esta última dos proletários das fábricas e das cidades; assim também, o grande proprietário da terra, do rendeiro e do camponês proprietário que cultiva sua terra; o fazendeiro, do simples proletário do campo.

Todas estas diferentes existências políticas e sociais deixam-se hoje reduzir a duas categorias principais, diametralmente opostas uma à outra, e inimigas naturais uma da outra: as classes políticas, compostas por todos os privilegiados, tanto da terra quanto do capital, ou mesmo somente da educação burguesa<sup>4</sup>, e as classes operárias deserdadas tanto do capital quanto da terra, e privadas de qualquer educação e de qualquer instrução.

Seria preciso ser um sofista ou um cego para negar a existência do abismo que separa hoje estas duas classes. Como no mundo antigo, nossa civilização moderna, compreendendo uma minoria comparativamente muito restrita de cidadãos privilegiados, tem por base o trabalho forçado (pela fome) da imensa maioria das populações, condenadas fatalmente à ignorância e à brutalidade.

É também em vão que alguém se esforçaria em se persuadir que este abismo poderia ser preenchido pela simples difusão das luzes nas massas populares. É muito interessante fundar escolas para o povo; mas é preciso se perguntar se o homem do povo, vivendo o dia-a-dia e alimentando sua família com o trabalho de seus braços, ele próprio privado de instrução e de lazer, e forçado a se deixar abater e embrutecer pelo trabalho, para assegurar aos seus o pão do dia seguinte, é preciso se perguntar se existe pelo menos o pensamento, o desejo e mesmo a possibilidade de enviar suas crianças à escola e de sustentá-las durante todo o tempo de sua instrução. Ele não necessitará da ajuda dos fracos braços de seus filhos, de seu trabalho infantil para satisfazer todas as necessidades de sua família? Já será muito se ele fizer o sacrifício de fazê-los estudar, um ou dois anos, deixando-lhes apenas o tempo necessário para aprender a ler, a escrever, a contar e a deixar envenenar a inteligência e o coração pelo catecismo cristão, que é distribuído voluntariamente e com uma tão ampla profusão nas escolas populares oficiais de todos os países. Esta pouca instrução estaria em condição de elevar as massas operárias ao nível da inteligência burguesa? O abismo seria preenchido?

É evidente que a questão tão importante da instrução e da educação populares depende da solução desta outra questão, bem mais difícil, que é uma reforma radical nas condições econômicas atuais das classes operárias. Restabelecei as condições do trabalho, devolvi ao trabalho tudo aquilo que segundo a justiça cabe ao trabalho, e, em consequência, dai ao povo a segurança, a facilidade, o lazer, e, então, acreditai-me, ele se instruirá, ele criará uma civilização mais ampla, mais sã, mais elevada do que a vossa.

É em vão também que se diria, em coro com os economistas, que a melhoria da situação econômica das classes operárias depende do progresso geral da indústria e do comércio em cada país, e de sua completa emancipação da tutela e da proteção dos Estados. A liberdade da indústria e do comércio é certamente uma grande coisa e um dos fundamentos essenciais da futura aliança internacional de todos os povos do mundo. Amigos da liberdade, de todas as liberdades, nós devemos igualmente sê-lo destas últimas. Mas, por outro lado, devemos reconhecer que enquanto existirem os Estados atuais e enquanto o trabalho continuar a ser o servo da propriedade e do capital, esta liberdade, enriquecendo uma mínima parte da burguesia em detrimento da imensa maioria das populações, produzirá um único bem: o de enervar e desmoralizar completamente o pequeno número dos privilegiados, o de aumentar a miséria, as reclamações e a justa indignação das massas operárias, e, por isso mesmo, aproximar a hora da destruição dos Estados.

A Inglaterra, a Bélgica, a França, a Alemanha são certamente os países da Europa onde o comércio e a indústria gozam comparativamente da maior liberdade, onde atingiram o maior grau de desenvolvimento. E são também, precisamente, os países onde se sente o pauperismo da maneira mais cruel, onde o abismo entre os capitalistas e os proprietários, de um lado, e as classes operárias, do outro, parece ter-se ampliado a um ponto desconhecido em outros países. Na Rússia, nos países escandinavos, na Itália, na Espanha, onde o comércio e a indústria são pouco desenvolvidos, a menos que ocorra alguma catástrofe, morre-se raramente de fome. Na Inglaterra, a morte pela fome é um fato habitual. E não são apenas indivíduos isolados, são milhares, dezenas, centenas de milhares que morrem de fome. Não é evidente que, no estado econômico que prevalece atualmente em todo o mundo civilizado, a liberdade e o desenvolvimento do comércio e da indústria, as aplicações maravilhosas da ciência na

produção, as próprias máquinas que têm por missão emancipar o trabalhador, aliviando o trabalho humano, que todas estas invenções, este progresso, do qual se orgulha com justa razão o homem civilizado, longe de melhorar a situação das classes operárias, nada mais fazem do que piorá-la e torná-la ainda mais insuportável.

Apenas a América do Norte faz, em grande parte, exceção a esta regra. Mas longe de derrubá-la, esta exceção a confirma. Se os operários de lá são melhor remunerados do que os da Europa e se ninguém morre de fome por lá, se ao mesmo tempo, o antagonismo das classes ainda quase não existe, se todos os trabalhadores são cidadãos, e se a massa dos cidadãos constitui propriamente um único corpo, enfim, se uma boa instrução primária e até mesmo secundária é amplamente difundida nas massas, é preciso atribuir isso, sem dúvida, em boa parte, a este espírito tradicional da liberdade que os primeiros colonizadores importaram da Inglaterra: suscitado, experimentado, consolidado nas grandes lutas religiosas, este princípio da independência individual e do self-government comunal e provincial, encontra-se ainda favorecido por esta rara circunstância que, transplantado num deserto, liberto, por assim dizer, das obsessões do passado, ele pode criar um mundo novo — o mundo da liberdade. E a liberdade é uma grande maga. Ela é dotada de uma produtividade de tal forma maravilhosa que, deixando-se inspirar unicamente por ela, em menos de um século a América do Norte pôde alcançar, e poder-se-ia mesmo dizer, hoje, ultrapassar a civilização da Europa. Mas não devemos nos enganar quanto a isso, estes progressos maravilhosos e esta prosperidade tão invejável devem-se em grande parte e sobretudo a uma importante vantagem que a América tem em comum com a Rússia: falamos da imensa quantidade de terras férteis e que, por falta de braços, permanecem ainda hoje sem cultivo. Até o presente, pelo menos, esta grande riqueza territorial esteve quase perdida para a Rússia, porque jamais tivemos liberdade. Por causa do verão, na América do Norte aconteceu diferente. Por uma liberdade tal como não existe em qualquer outro lugar, ela atrai a cada ano centenas de milhares de colonos enérgicos, industriais e inteligentes, e que, graças a esta riqueza, pode recebê-los em seu seio. Ela afasta ao mesmo tempo o pauperismo e retarda o momento em que será colocado o problema social: um operário que não encontra trabalho, ou que está descontente com o salário que lhe oferece o

capital, pode sempre, a rigor, emigrar para o far west para desbravar alguma terra selvagem e desocupada.

Esta possibilidade, permanecendo sempre aberta, na pior das hipóteses, a todos os operários da América, mantém naturalmente o salário a um determinado nível e dá a cada um uma independência desconhecida na Europa. Tal é a vantagem, mas eis a desvantagem: sendo o baixo preço dos produtos da indústria obtido em grande parte pelo baixo custo da mão-de-obra, os fabricantes americanos, na maioria das vezes, não estão em estado de competir com os fabricantes da Europa, disso resultando, para a indústria dos Estados do Norte, a necessidade de uma tarifa protecionista. Mas esta tem por resultado, inicialmente, criar um aglomerado de indústrias artificiais e, sobretudo, oprimir e arruinar os Estados não manufatureiros do Sul, e fazer com que eles desejem a secessão; finalmente, objetivam aglomerar nas cidades como Nova Iorque, Filadélfia, Boston e algumas outras, massas operárias proletárias que pouco a pouco já começam a se encontrar em uma situação análoga àquela dos operários nos grandes Estados manufatureiros da Europa. E vemos, com efeito, a questão social já se apresentar, nos Estados do Norte, como se apresentou muito antes entre nós.

Assim, em regra geral, somos forçados a reconhecer que em nosso mundo moderno, senão completamente como no mundo antigo, a civilização de uma minoria ainda está fundamentada no trabalho forçado e na barbárie relativa da maioria. Seria injusto dizer que esta classe privilegiada seja estranha ao trabalho; ao contrário, em nossos dias trabalha-se muito, o número dos absolutamente sem ocupação diminui de uma maneira sensível, começa-se a considerar o trabalho como honroso; os mais felizes compreendem, hoje, que para permanecer à altura da civilização atual, para saber gozar de seus privilégios e para poder mantê-los é preciso trabalhar muito. Mas há uma grande diferença entre o trabalho das classes abastadas e o das classes operárias: o primeiro é retribuído numa proporção infinitamente maior do que o segundo. Ele deixa a seus privilegiados o lazer, esta condição suprema de todo desenvolvimento humano, tanto intelectual quanto moral — condição que nunca se realizou para as classes operárias. Em seguida, o trabalho que se faz neste mundo dos privilegiados é quase exclusivamente um trabalho nervoso, isto é, o da imaginação, da memória e do pensamento; enquanto que o trabalho dos milhões de proletários é um trabalho muscular e,

frequentemente, como em todas as fábricas, por exemplo, um trabalho que não exercita todo o sistema muscular do homem ao mesmo tempo, mas desenvolve somente uma parte, em detrimento de todas as outras, e se faz, geralmente, em condições nocivas à saúde do corpo e contrárias a seu desenvolvimento harmônico. Sob este aspecto, o trabalhador da terra é muito mais feliz: sua natureza, não viciada pela atmosfera sufocante e frequentemente envenenada das usinas e das fábricas, nem contrafeita pelo desenvolvimento anormal de uma de suas forças em detrimento das outras, permanece mais vigorosa, mais completa, mas, em compensação, sua inteligência é quase sempre mais estacionária, mais pesada e muito menos desenvolvida do que a dos operários das fábricas e das cidades.

Apesar de tudo, trabalhadores especializados e de usinas, e trabalhadores da terra, formam juntos uma única e mesma categoria, representando o trabalho dos músculos, oposta aos representantes privilegiados do trabalho nervoso. Ela é a consequência desta divisão não fictícia, mas muito real, que constitui o próprio fundamento da situação atual, tanto política quanto social.

Aos representantes privilegiados, do trabalho nervoso que, na organização atual da sociedade, são chamados a representá-lo não porque seriam os mais inteligentes, mas somente porque nasceram no meio da classe privilegiada, a eles, todos os benefícios, mas também todas as corrupções da civilização atual, a riqueza, o luxo, o conforto, o bem-estar, as doçuras da família, a liberdade política exclusiva, com a faculdade de explorar o trabalho dos milhões de operários e de governá-los a seu bel-prazer e em seu próprio interesse todas as criações, todos os refinamentos da imaginação e do pensamento... e com o poder de se tornar homens completos, todos os venenos da humanidade pervertida pelo privilégio.

Aos representantes do trabalho muscular, a estes inumeráveis milhões de proletários ou mesmo pequenos proprietários da terra, o que resta? Uma miséria sem saída, nem mesmo as alegrias da família, pois a família para o pobre se torna rapidamente um fardo, a ignorância, a barbárie, diríamos quase uma bestialidade forçada, com o consolo que eles servem de pedestal à civilização, à liberdade e à corrupção de um pequeno número. Todavia, conservaram um frescor de espírito e de coração. Moralizados pelo trabalho, mesmo forçado, guardaram um sentido de justiça bem diferente daquela dos jurisconsultos e dos códigos; eles próprios

miseráveis, compassivos a todas as misérias, conservaram um bom senso não corrompido pelos sofismas da ciência doutrinária ou pelas mentiras da política — e como ainda não abusaram, nem mesmo usaram, da vida, nela têm fé.

Mas, dir-se-á, este contraste, este abismo entre o pequeno número de privilegiados e o imenso número de deserdados sempre existiu, ainda existe: o que há portanto a mudar? Há o seguinte: outrora este abismo foi preenchido pelas nuvens da religião, de forma que as massas populares não o viam; e hoje, desde que a grande Revolução começou a dissipar estas nuvens, elas começam a vê-lo e a questionar a razão disso. Isto é imenso.

Desde que a Revolução fez cair sobre as massas seu Evangelho, não místico mas racional, não celeste mas terrestre, não divino mas humano — seu Evangelho dos direitos do homem; desde que ela proclamou que todos os homens são iguais, todos igualmente chamados à liberdade e à humanidade —, as massas populares em toda a Europa, em todo o mundo civilizado, despertando pouco a pouco do sono que as tinha mantido acorrentadas desde que o Cristianismo as havia adormecido com seu ópio, começam a se perguntar se elas também não têm direito à igualdade, à liberdade e à humanidade.

A partir do momento em que esta questão foi colocada, o povo, em todos os lugares dirigido por seu bom senso admirável, assim como por seu instinto, compreendeu que a primeira condição de sua emancipação real, ou se me permitis esta palavra, de sua humanização, era antes de tudo uma reforma radical de suas condições econômicas. A questão do pão é, para ele, com justa razão, a primeira questão, pois Aristóteles já o tinha observado: o homem, para pensar, para sentir livremente, para se tornar um homem, deve estar livre das preocupações da vida material. Por sinal, os burgueses que gritam tão fortemente contra o materialismo do povo, e que lhe prega a abstinência do idealismo, o sabem muito bem, pois pregam palavras, não exemplos. A segunda questão para o povo é a de lazeres após o trabalho, condição sine qua non da humanidade; mas pão e lazer nunca podem ser por eles obtidos senão por uma transformação radical da organização atual da sociedade, o que explica por que a Revolução, levada por uma consequência lógica de seu próprio princípio, deu origem ao socialismo.

## II. O Socialismo

A Revolução Francesa, tendo proclamado o direito e o dever de todo indivíduo humano de se tornar um homem, resultou, por suas últimas consequências, ao Babuismo. Babeuf, um dos últimos cidadãos enérgicos e puros que a Revolução criou e depois matou em tão grande quantidade, e que teve a felicidade de ter tido entre seus amigos homens como Buonarotti, tinha reunido, numa concepção singular, as tradições políticas da pátria antiga com as ideias totalmente modernas de uma revolução social. Vendo a Revolução morrer, por falta de uma mudança radical, naquele momento muito provavelmente impossível na organização econômica da sociedade, fiel, por sinal, ao espírito desta Revolução, que tinha acabado por substituir, pela ação onipotente do Estado, toda iniciativa individual, havia concebido um sistema político e social, de acordo com o qual a república, expressão da vontade coletiva dos cidadãos, depois de ter confiscado todas as propriedades individuais, as administraria no interesse de todos, repartindo porções iguais para cada um: a educação, a instrução, os meios de existência, os prazeres, e forçando todos, sem exceção, segundo a medida de forças e de capacidade de cada um, ao trabalho tanto muscular quanto intelectual. A conspiração de Babeuf fracassou, foi guilhotinado com vários amigos seus. Mas seu ideal de uma república socialista não morreu com ele. Acolhida por seu amigo Buonarotti, o maior conspirador deste século, esta ideia foi transmitida como um depósito sagrado às novas gerações, e graças às sociedades secretas que fundou na Bélgica e na França, as ideias comunistas germinaram na imaginação popular. Elas encontraram, de 1830 até 1848, hábeis intérpretes em Cabet e Louis Blanc, que estabeleceram definitivamente o socialismo revolucionário. Uma outra corrente socialista, originada na mesma fonte revolucionária, convergindo ao mesmo objetivo, mas por meios absolutamente diferentes, e que chamaríamos de bom grado o socialismo doutrinário, foi criada por dois homens eminentes: Saint-Simon e Fourier. O saint-simonismo foi comentado, desenvolvido, transformado e estabelecido como sistema quase-prático, como igreja, pelo padre Enfantin, com muitos amigos, dos quais a maioria se tornou, hoje, financistas e homens de Estado, singularmente devotados ao Império. O fourierismo encontrou seu

comentador na Democracia pacífica redigida até 2 de dezembro pelo Sr. Victor Considérant.

O mérito destes dois sistemas socialistas, por sinal, diferentes sob muitos aspectos, consiste principalmente na crítica profunda, científica, severa, que fizeram da organização atual da sociedade, da qual desvelaram audaciosamente as contradições monstruosas; em seguida, neste fato importante de ter fortemente atacado e feito tremer o Cristianismo, em nome da reabilitação da matéria e das paixões humanas, caluniadas e ao mesmo tempo tão bem praticadas pelos padres cristãos. Ao Cristianismo, os saint-simonianos quiseram substituir por uma nova religião, com base no culto místico da carne, com uma nova hierarquia de padres, novos exploradores da multidão pelo privilégio do gênio, da habilidade e do talento. Os fourieristas, muito mais, e pode-se mesmo dizer, sinceramente democratas, imaginaram seus falanstérios governados e administrados por chefes, eleitos pelo sufrágio universal, e onde cada um, pensavam eles, encontrariam por si só seu trabalho e seu lugar, segundo a natureza de suas paixões.

Os erros dos saint-simonianos são muito visíveis para que seja necessário falar deles. O duplo erro dos fourieristas consistiu inicialmente no fato de terem acreditado sinceramente que simplesmente pela força de sua persuasão e de sua propaganda pacífica conseguiriam tocar os corações dos ricos, ao ponto que estes acabassem por vir espontaneamente depositar o excedente de sua riqueza nas portas de seus falanstérios; em segundo lugar, por terem imaginado que se podia teoricamente, a priori, construir um paraíso social, onde se poderia deitar toda a humanidade futura. Não compreenderam que podemos muito bem enunciar os grandes princípios de seu desenvolvimento futuro, mas que devemos deixar às experiências do futuro a realização prática destes princípios.

Em geral, a regulamentação foi a paixão comum a todos os socialistas de antes de 1848: Cabet, Louis Blanc, fourieristas, saint-simonianos, todos tinham a paixão de doutrinar e organizar o futuro, todos foram mais ou menos autoritários.

Mas eis que Proudhon apareceu: filho de um camponês, de fato e de instinto cem vezes mais revolucionário do que todos estes socialistas doutrinários e burgueses, ele se armou com uma crítica tão profunda e penetrante quanto impiedosa, para destruir todos os seus sistemas. Opondo

a liberdade à autoridade contra estes socialistas de Estado, proclamou-se ousadamente anarquista, e diante de seu deísmo ou de seu panteísmo, teve a coragem de se dizer, simplesmente, ateu, ou ainda, com Auguste Comte, positivista.

Seu socialismo, fundado sobre a liberdade tanto individual quanto coletiva, e sobre a ação espontânea das associações livres, não obedecendo a outras leis além das leis gerais da economia social, descobertas ou em via de o serem pela ciência, fora de qualquer regulamentação governamental e de qualquer proteção do Estado, subordinando, por sinal, a política aos interesses econômicos, intelectuais e morais da sociedade, devia, mais tarde, e por uma consequência necessária, resultar no federalismo.

Tal foi o estado da ciência social antes de 1848. A polêmica dos jornais, das folhas volantes e das brochuras socialistas trouxe uma massa de novas ideias ao seio das classes operárias; elas estavam repletas destas ideias e, quando a revolução de 1848 eclodiu, o socialismo se manifestou como uma potência.

O socialismo, já dissemos, foi o último filho da grande revolução; mas antes de tê-lo gerado, ela havia parido um herdeiro mais direto, seu primogênito, o filho bem-amado dos Robespierre e dos Saint-Just: o republicanismo puro, sem mistura de ideias socialistas, restaurado da antiguidade e se inspirando nas tradições heróicas dos grandes cidadãos da Grécia e de Roma. Muito menos humanitário do que o socialismo, quase não conhece o homem, só reconhece o cidadão; enquanto o socialismo procura fundar uma república de homens, ele só quer uma república de cidadãos, devendo esses cidadãos, como nas constituições que sucederam, como consequência natural e necessária, à constituição de 1793 (no momento em que esta, após ter hesitado um instante, acabou por ignorar conscientemente a questão social), devendo eles, a título de cidadãos ativos, para nos servir de uma expressão da Constituinte, fundar seu privilégio cívico sobre a exploração do trabalho dos cidadãos passivos. O republicano político não é ou pelo menos não deve ser egoísta por si próprio, mas deve sê-lo pela pátria, colocando-a, em seu livre coração, acima de si mesmo, de todos os indivíduos, de todas as nações do mundo e de toda a humanidade. Consequentemente, ignorará sempre a justiça internacional; em todos os debates, quer sua pátria tenha culpa ou razão,

dar-lhe-á sempre preferência sobre os outros, desejará que ela domine sempre e que esmague todas as nações estrangeiras por seu poderio e sua glória. Tornar-se-á, por um novo pendor, conquistador, ainda que a experiência dos séculos lhe tenha muito bem demonstrado que os triunfos militares devem fatalmente levar ao cesarismo. O republicano socialista detesta a grandeza, a potência e a glória militar do Estado, a elas, prefere a liberdade e o bem-estar. Federalista no interior, ele quer a confederação internacional, inicialmente pelo espírito de justiça, em seguida por estar convencido de que a revolução econômica e social, ultrapassando os limites artificiais e funestos dos Estados, só poderá se realizar, ao menos em parte, pela ação solidária, senão de todas, pelo menos da maioria das nações que hoje constituem o mundo civilizado, e que todas, cedo ou tarde, acabarão por se juntar a ele, O republicano exclusivamente político é um estoico; não reconhece para si nenhum direito, somente deveres, ou, como na república de Mazzini, só admite um único direito: o de se dedicar e de se sacrificar sempre para a pátria, vivendo apenas para servi-la e morrendo por ela com alegria, como diz a canção da qual o Sr. Alexandre Dumas gratuitamente dotou os girondinos: “Morrer pela pátria é o destino mais belo, o mais digno de inveja”. O socialista, ao contrário, apoia-se sobre seus direitos positivos à vida e a todos os gozos tanto intelectuais e morais quanto físicos da vida. Ama a vida, e quer gozar plenamente dela. Suas convicções fazem parte dele próprio, e seus deveres para com a sociedade estando indissolavelmente ligados a seus direitos, para permanecer fiel a uns e outras, saberá viver segundo a justiça, como Proudhon, e se necessário, morrer como Babeuf; mas jamais dirá que a vida da humanidade deva ser um sacrifício, nem que a morte seja o destino mais doce. A liberdade para o republicano político nada mais é do que uma vã palavra; é a liberdade de ser escravo voluntário, a vítima devotada do Estado; sempre pronto a sacrificar-lhe a sua, sacrificar-lhe-á de bom grado a dos outros, O republicanismo político resulta necessariamente, portanto, no despotismo. A liberdade unida ao bem-estar e produzindo a humanidade de todos pela humanidade de cada um é para o republicano socialista tudo, enquanto que o Estado nada mais é, a seus olhos, do que um instrumento, um servidor de seu bem-estar e da liberdade de cada um. O socialista se distingue do burguês pela justiça, reclamando para si mesmo apenas o fruto real de seu próprio trabalho; e distingue-se do republicano exclusivo por seu franco e humano egoísmo, vivendo

abertamente e sem lemas para si próprio, e sabendo que, fazendo isso segundo a justiça, serve a toda a sociedade, e que servindo-a, faz seus próprios negócios.. O republicano é rígido e frequentemente, por patriotismo — como o padre por religião —, cruel, O socialista é natural, moderadamente patriota, mas, ao contrário, sempre muito humano. Numa palavra, entre o socialismo republicano e o republicano político há um abismo: o primeiro, como uma criação semi-religiosa, pertence ao passado; ao segundo, positivista ou ateu, pertence o futuro.

Este antagonismo surgiu plenamente em 1848. Desde as primeiras horas da revolução, eles não se entenderam mais: seus ideais, todos seus instintos os arrastavam em sentidos diametralmente opostos. Todo o tempo que decorreu desde fevereiro até julho, passou-se em desacordos que, implantando a guerra civil no campo dos revolucionários, paralisando suas forças, tiveram naturalmente de dar ganho de causa à coligação, por sinal, tornada formidável, de todas as nuances da reação, reunidas e confundidas dali por diante num único partido pelo medo. Em junho, os republicanos, se coligaram, por sua vez, com a reação, para esmagar os socialistas. Pensaram ter conquistado a vitória e empurraram para o abismo sua república bem-amada. O general Cavaignac, representante de honra da bandeira contra a revolução, foi o precursor de Napoleão III. Todo mundo o compreendeu, então, senão na França, pelo menos em todos os outros lugares, pois esta funesta vitória dos republicanos contra os operários de Paris foi celebrada com um grande triunfo por todas as cortes da Europa e os oficiais das guardas prussianas, com seus generais à frente, apressavam-se a enviar uma mensagem de felicitação fraternal ao general Cavaignac.

Apavorada pelo fantasma vermelho, a burguesia da Europa deixou-se cair num servilismo absoluto. Crítica e liberal por natureza, ela não adora o regime militar, mas optou por ele em presença dos perigos ameaçadores de uma emancipação popular. Tendo sacrificado sua dignidade, com todas as suas gloriosas conquistas do século XVIII e do começo deste século, acreditou pelo menos ter comprado a paz e a tranquilidade necessárias para o sucesso de suas transações comerciais e industriais: “Nós vos sacrificamos nossa liberdade, ela parecia dizer às potências militares que se levantaram de novo sobre as ruínas desta terceira revolução: deixai-nos, em troca, explorar tranquilamente o trabalho das massas populares, e protegei-nos contra suas pretensões, que podem parecer legítimas em teoria, mas que, do ponto de vista de nossos Interesses, são detestáveis”.

Prometeu-se-lhe tudo, manteve-se a palavra. Por que então a burguesia, toda a burguesia da Europa, está hoje, geralmente, descontente?

Ela não havia calculado que o regime militar custa caro, que, unicamente por sua organização interior, ele paralisa, inquieta, arruína as nações, e que, além do mais, obedecendo a uma lógica que lhe é própria e que nunca se desmentiu tem por consequência infalível a guerra; guerras dinásticas, guerras de ponto de honra, guerras de conquista ou de fronteiras naturais, guerras de equilíbrio — destruição e absorção permanente dos Estados pelos Estados, rios de sangue humano, incêndios dos campos, cidades destruídas, devastação de províncias inteiras — e tudo para satisfazer a ambição dos príncipes e de seus favoritos, para enriquecê-los, para ocupar, para disciplinar as populações e para preencher a história.

Agora a burguesia o compreende, e é por isso que está descontente com o regime que tão fortemente contribuiu para criar, Está fatigada dele; mas o que colocará no seu lugar?

A monarquia constitucional já esgotou seu tempo, e, em todo o caso, nunca prosperou prodigiosamente sobre o continente da Europa; até mesmo na Inglaterra, este berço histórico do constitucionalismo moderno, atacada hoje pela democracia que se levanta, está estremecida, titubeia, e em breve não mais estará em estado de conter a maré crescente das paixões e das exigências populares.

A república? Mas qual república? Política somente, ou democrática e social? Os povos ainda são socialistas? Sim, mais do que nunca.

O que sucumbiu em junho de 1848 não foi o socialismo em geral, foi somente o socialismo de Estado, o socialismo autoritário e regulamentar, aquele que havia acreditado, esperado que a plena satisfação às necessidades e às legítimas aspirações das classes operárias iria ser dada pelo Estado e que este, armado com sua plenipotência, queria e podia inaugurar uma nova ordem social. Não foi, pois, o socialismo que morreu em junho, foi, ao contrário, o Estado que declarou falência perante o socialismo e que, proclamando-se incapaz de lhe pagar a dívida que havia contraído com ele, tentou matá-lo, para se livrar da maneira mais fácil desta dívida. Não conseguiu matá-lo, mas matou a fé que o socialismo tinha nele depositado e aniquilou, ao mesmo tempo, todas as teorias do socialismo autoritário ou doutrinário, entre as quais, umas, como a “Icária”

de Cabet e como a “Organização do Trabalho” de Louis Blanc, haviam aconselhado o povo a se colocar em todas as coisas sob o Estado, e as outras tinham demonstrado seu vazio por uma série de experiências ridículas. Mesmo o Banco do Povo de Proudhon, que em condições mais felizes teria podido prosperar, esmagado pela animadversão e pela hostilidade geral dos burgueses, sucumbiu.

O socialismo perdeu esta primeira batalha por uma razão bem simples: era rico de instintos e de ideias teóricas negativas que lhe davam mil vezes razão contra o privilégio; mas faltavam-lhe ainda absolutamente ideias positivas e práticas que teriam sido necessárias para que pudesse edificar, sobre as ruínas do sistema burguês, um sistema novo: o da justiça popular. Os operários que combatiam em junho para a emancipação do povo estavam unidos pelos instintos, não pelas ideias, e as ideias confusas que tinham formavam uma torre de Babel, um caos, do qual nada podia sair. Tal foi a principal causa de sua derrota. Deve-se, por isso, duvidar do futuro e da força presente do socialismo? O Cristianismo, que tomou por objeto a fundação do reino da justiça no céu, precisou de vários séculos para triunfar na Europa. Deve surpreender, depois disso, que o socialismo, que se colocou um problema diferentemente difícil, o do reino da justiça sobre a terra, não tenha triunfado em alguns anos?

É necessário provar, senhores, que o socialismo não está morto? Para se assegurar disto basta lançar os olhos sobre o que se passa hoje em toda a Europa. Por detrás de todos os falatórios diplomáticos e de todos estes barulhos de guerra que enchem a Europa desde 1852, que questão séria se apresentou em todos os países que não fosse a questão social? É a grande desconhecida de que todos sentem a aproximação, que faz tremer cada um, e da qual ninguém ousa falar... Mas fala por si mesma, cada vez mais alto; as associações cooperativas operárias, estes bancos de socorros mútuos e de crédito ao trabalho, estas trade-unions, e esta liga internacional dos operários de todos os países, todo este movimento ascendente dos trabalhadores na Inglaterra, na França, na Bélgica, na Alemanha, na Itália e na Suíça não prova que eles em nada renunciaram de seu objetivo, nem perderam a fé em sua emancipação futura, e que, ao mesmo tempo, compreenderam que para aproximar a hora de sua libertação não devem mais contar com os Estados, nem com a ajuda sempre mais ou menos hipócrita das classes privilegiadas, mas com eles próprios e com suas associações independentes totalmente espontâneas?

Na maioria dos países da Europa este movimento, em aparência, pelo menos, estranho à política, guarda ainda um caráter exclusivamente econômico e, por assim dizer, privado. Mas na Inglaterra ele já se colocou claramente sobre o terreno inflamado da política e, organizado numa liga formidável, a “Liga da Reforma”, alcançou uma grande vitória contra o privilégio politicamente organizado da aristocracia e da alta burguesia. Com uma paciência e uma consequência práticas totalmente inglesas, a Reform League traçou um plano de campanha, não se desvia de nada e não se deixa assustar, nem barrar por nenhum obstáculo. “Em dez nos, no máximo, dizem eles, supondo os maiores impedimentos, teremos o sufrágio universal, e então...” então eles farão a revolução social!

Na França, assim como na Alemanha, procedendo silenciosamente pela via das associações econômicas privadas, o socialismo já chegou à tão elevado grau de poderio no seio das classes operárias que Napoleão III, de um lado, e o Conde Bismarck, de outro, começam a procurar uma aliança. Em breve, na Itália e na Espanha, após o fiasco deplorável de todos os partidos políticos, e tendo em vista a miséria horrível em que uma e outra se acham mergulhadas, qualquer outra questão vai em pouco tempo se perder na questão econômica e social. Existe na Rússia e na Polônia, no fundo, uma outra questão? É ela que acaba de arruinar as últimas esperanças da velha Polônia nobiliária, histórica; é ela que ameaça e que arruinará a existência já tão fortemente enfraquecida deste horroroso Império de todas as Rússias. Mesmo na América, o socialismo não se manifestou através da proposição de um homem eminente, Sr. Charles Sumner, senador de Boston, de distribuir terras aos negros emancipados dos Estados do Sul?

Podeis bem ver, senhores, que o socialismo está em todos os lugares, e que, apesar de sua derrota em junho, por um trabalho subterrâneo que o fez penetrar lentamente nas profundezas da vida política de todos os países, ele chegou ao ponto de se fazer sentir em todos os lugares, como a potência latente do século. Mais alguns anos e ele se manifestará como uma força ativa, formidável.

Com poucas exceções, todos os povos da Europa, vários deles sem mesmo conhecer a palavra socialismo, são hoje socialistas, não conhecem outra bandeira além daquela que lhes anuncia sua emancipação econômica antes de tudo, e renunciaria mil vezes a qualquer outra questão mas não à

sua emancipação. É, portanto, somente pelo socialismo que se poderá levá-los a fazer política, boa política.

Não é bastante dizer, senhores, que não nos é permitido fazer abstração do socialismo em nosso programa, e que não saberíamos nos abster sem tornar toda nossa obra impotente? Por nosso programa, declarando-nos republicanos federalistas, mostramo-nos bastante revolucionários para afastar de nós uma boa parte da burguesia: toda aquela que especula sobre a miséria e sobre a infelicidade dos povos e que procura ganhar até mesmo nas grandes catástrofes que, hoje mais do que nunca, vêm atingir as nações. Se deixarmos de lado esta parte ativa, turbulenta, intrigante, especulativa da burguesia, restará ainda a maioria dos burgueses tranquilos, industriais, fazendo algumas vezes o mal, mais por necessidade do que por vontade e por gosto, e que não pediria nada melhor do que se verem libertos desta fatal necessidade que os coloca em permanente hostilidade com as populações operárias, e que os arruína, ao mesmo tempo. É preciso dizê-lo, a pequena burguesia, o pequeno comércio e a pequena indústria começam a sofrer hoje quase tanto quanto as classes operárias, e se as coisas caminham nesse mesmo passo, esta maioria burguesa respeitável bem poderia, por sua posição econômica, se confundir em breve com o proletariado. O grande comércio, a grande indústria e, sobretudo, a grande e desonesta especulação a esmaga, a devora e a empurra para o abismo. A situação da pequena burguesia torna-se, assim, cada vez mais revolucionária, e suas ideias, por muito tempo reacionárias, se iluminam hoje graças a terríveis lições, e deverão necessariamente tomar uma direção oposta. Os mais inteligentes começam a compreender que não resta outra salvação, para a honesta burguesia, senão a aliança com o povo, e que a questão social lhe interessa também, da mesma maneira que ao povo.

Esta mudança progressiva na opinião da pequena burguesia na Europa é um fato tão consolador quanto incontestável. Mas não devemos nos iludir: a iniciativa do novo desenvolvimento não pertencerá a ela, mas ao povo, ao Ocidente, aos operários das fábricas e das cidades; entre nós, na Rússia, na Polônia, e na maioria dos países eslavos, aos camponeses. A pequena burguesia tornou-se muito medrosa, muito tímida, muito cética para tomar, ela mesma, uma iniciativa qualquer; ela se deixará arrastar, mas não arrastará ninguém, pois ao mesmo tempo que é pobre de ideias, faltam-lhe a fé e a paixão. Esta paixão que quebra os obstáculos e que cria novos

mundos encontra-se exclusivamente no povo. Desta forma, caberá ao povo, sem contestação nenhuma, a iniciativa do novo movimento. E faríamos abstração do povo! E não falaríamos do socialismo que é a nova religião do povo!

Mas o socialismo, dizem, mostra-se inclinado a concluir uma aliança com o cesarismo. Antes de mais nada trata-se de uma calúnia; é o cesarismo que, vendo surgir no horizonte a força ameaçadora do socialismo, procura ganhar suas simpatias para explorá-lo a seu modo. Mas, não é uma razão a mais, para nós, a de nos ocuparmos com isso, a fim de poder impedir esta aliança monstruosa, cuja conclusão seria, sem dúvida, a maior infelicidade que pode ameaçar a liberdade do mundo?

Devemos nos ocupar fora mesmo de todas as considerações práticas porque o socialismo é a justiça. Quando falamos de justiça, não entendemos a que nos é dada nos códigos e pela jurisprudência romana, fundamentada em grande parte sobre fatos de violência realizados pela força, consagrados pelo tempo e pelas bênçãos de uma Igreja qualquer, cristã ou pagã e, como tais, aceitos como princípios absolutos, cujo resto nada mais é do que dedução lógica<sup>5</sup>. Falamos da justiça que se fundamenta unicamente na consciência dos homens, que encontrareis na de todo homem, mesmo na consciência das crianças, e que se traduz em simples equação.

Esta justiça tão universal e que, todavia, graças à usurpação da força e às influências religiosas, até agora nunca prevaleceu, nem no mundo político, nem no mundo jurídico, nem no mundo econômico, deve servir de base ao mundo novo. Sem ela não há liberdade, república, prosperidade, paz! Ela deve, portanto, presidir todas as nossas resoluções, a fim de que possamos eficazmente concorrer ao estabelecimento da paz.

Esta justiça nos ordena tomar em nossas mãos a causa do povo, até esta hora tão horripelantemente maltratado, e de reivindicar para ele, com a liberdade política, a emancipação econômica e social.

Não vos propomos, senhores, tal ou qual sistema socialista. O que vos pedimos é para proclamar de novo este grande princípio da Revolução francesa: que todo homem deve possuir os meios materiais e morais de desenvolver todo seu humanismo, princípio que se traduz, de acordo com nossa opinião, no seguinte problema:

Organizar a sociedade de tal forma que todo indivíduo, homem ou mulher, que nasça, encontre meios aproximadamente iguais para o desenvolvimento de suas diferentes faculdades e para sua utilização em seu trabalho; organizar uma sociedade que, tornando a todo indivíduo, qualquer que seja, a exploração do trabalho alheio impossível, deixe cada um participar do gozo das riquezas sociais, que só são produzidas, na realidade, pelo trabalho, desde que tenha diretamente contribuído a produzi-las pelo seu.

A realização completa deste problema será sem dúvida a obra dos séculos. Mas a história a colocou em evidência e não poderíamos, doravante, fazer abstração dela sem condenar a nós mesmos a uma completa impotência.

Apressamo-nos em acrescentar que rejeitamos energicamente qualquer tentativa de organização social que, estranha à mais completa liberdade, tanto dos indivíduos quanto das associações, exigiria o estabelecimento de uma autoridade regulamentar de qualquer natureza que fosse, e que em nome desta liberdade que reconhecemos como o único fundamento e como o único criador legítimo de qualquer organização, tanto econômica quanto política, protestaremos sempre contra tudo o que se assemelhar, de perto ou de longe, ao comunismo e ao socialismo de Estado.

A única coisa que, em nossa opinião, o Estado poderá e deverá fazer, será modificar, inicialmente, pouco a pouco, o direito de herança, para chegar tão logo seja possível à sua completa abolição. O direito de herança, sendo uma pura criação do Estado, uma das condições essenciais da própria existência do Estado autoritário e divino, pode e deve ser abolido pela liberdade no Estado, o que significa dizer que o Estado deve se dissolver na sociedade organizada livremente segundo a justiça. Este direito deverá ser necessariamente abolido, em nossa opinião, porque enquanto a herança existir, haverá desigualdade econômica hereditária, não a desigualdade natural dos indivíduos, mas a artificial das classes, e que esta se traduzirá necessariamente sempre pela desigualdade hereditária do desenvolvimento e da cultura das inteligências e continuará a ser a fonte e a consagração de todas as desigualdades políticas e sociais. A igualdade do ponto de partida no começo da vida para cada um, enquanto esta igualdade depender da organização econômica e política da sociedade, e a fim de que cada um, abstração feita das naturezas diferentes, não seja

outra coisa que o filho de suas obras — tal é o problema da justiça. Para nós, o fundo público de educação e instrução de todas as crianças dos dois sexos, inclusive seu sustento desde o nascimento até a maioridade, deverá herdar de todos os que faleceram. Acrescentamos ainda que, na qualidade de escravos e de russos, entre nós, a ideia social, fundamentada sobre o instinto geral e tradicional de nossas populações, é de que a terra, propriedade de todo o povo, só deve ser possuída por aqueles que a cultivam por seus próprios braços.

Estamos convencidos, senhores, de que este princípio é justo, de que ele é uma condição essencial e inevitável de qualquer reforma social séria e que, por consequência, a Europa ocidental, por sua vez, não poderá deixar de aceitá-lo e reconhecê-lo, apesar de todas as dificuldades que sua realização poderá encontrar em certos países, como a França, por exemplo, onde a maioria dos camponeses já goza da propriedade da terra, mas onde, todavia, a maior parte destes mesmos camponeses chegará, em pouco tempo, a nada possuir em consequência da fragmentação que é a consequência inevitável do sistema político-econômico que prevalece hoje neste país. Não fazemos nenhuma proposta em relação a este assunto, como em geral nos abtemos de qualquer proposta sobre tal ou qual problema da ciência e da política sociais, convencidos de que todas estas questões devem se tornar, em nosso jornal, objeto de uma discussão séria e profunda. Limitar-nos-emos hoje a vos propor fazer a seguinte declaração:

“Convencida de que a realização séria da liberdade, da justiça e da paz no mundo será impossível enquanto a imensa maioria das populações permanecer destituída de qualquer bem, privada de instrução e condenada à nulidade política e social e a uma escravidão de fato, senão de direito, pela miséria, tanto quanto pela necessidade na qual se encontra de trabalhar sem descanso nem lazer, produzindo todas as riquezas das quais o mundo se glorifica hoje, e retirando delas apenas uma tão pequena parte que mal basta para assegurar o pão do dia seguinte;

Convencida de que por todas estas populações, até aqui tão horivelmente maltratadas durante séculos, a questão do pão é aquela da emancipação intelectual, da liberdade e da humanidade;

Que a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade;

A Liga proclama abertamente a necessidade de uma reforma social e econômica radical, tendo por objetivo a libertação do trabalho popular do jugo do capital e dos proprietários, fundada sobre a mais estrita justiça, não jurídica, nem teológica, nem metafísica, mas simplesmente humana, sobre a ciência positiva e sobre a mais absoluta liberdade.

Ela decide ao mesmo tempo que seu jornal abrirá amplamente suas colunas a todas as discussões sérias sobre as questões econômicas e sociais, quando forem sinceramente inspiradas pelo desejo da mais ampla emancipação popular, tanto sob o aspecto material quanto sob o ponto de vista político e intelectual”.

\* \* \*

Após ter exposto nossas ideias sobre o federalismo e o socialismo, acreditamos, senhores, dever falar-vos de uma terceira questão, que acreditamos estar indissolivelmente ligada às duas primeiras, isto é, a questão religiosa, e vos pedimos a permissão de resumir todas as nossas ideias em relação a este assunto, por uma única palavra, que vos parecerá, talvez, bárbara.

### III. O Antiteologismo

Senhores, estamos convencidos que nenhuma grande transformação política e social se fez no mundo sem que tivesse sido acompanhada e frequentemente precedida por um movimento análogo nas ideias filosóficas e religiosas que dirigem a consciência tanto dos indivíduos quanto da sociedade.

Todas as religiões, com seus deuses que não representam jamais senão a criação da fantasia crente e crédula do homem não ainda à altura da reflexão pura e do pensamento livre apoiado sobre a ciência, o céu religioso nada mais foi que uma miragem onde o homem exaltado pela fé reencontrou há muito tempo sua própria imagem, mas ampliada e invertida, isto é, divinizada.

A história das religiões, aquela da grandeza e da decadência dos deuses que se sucederam, não é, pois, outra coisa senão história do desenvolvimento da inteligência e da consciência coletiva dos homens. À medida que eles descobriam, seja neles, seja fora deles próprios, uma força, uma capacidade, uma qualidade quaisquer, atribuíam-nas a seus deuses, após tê-lo agigantado, fora de qualquer medida, como fazem ordinariamente as crianças, por um ato de fantasia religiosa. Assim, graças a esta modéstia e a esta generosidade dos homens, o céu se enriqueceu com os despojos da terra, e por uma consequência natural, quanto mais o céu se tornava rico, mais a humanidade se tornava miserável. Uma vez instalada a divindade, ela foi naturalmente proclamada a mestra, a fonte, a distribuidora de todas as coisas: o mundo real não existiu senão por ela, e o homem, após tê-la criado sem o saber, ajoelhou-se diante dela e declarou-se sua criatura, seu escravo. O cristianismo é precisamente a religião por excelência porque expõe e manifesta a própria natureza e a essência de toda religião, que são: o empobrecimento, o aniquilamento e a escravização sistemáticos, absolutos, da humanidade em proveito da divindade, princípio supremo não somente de toda religião, mas ainda de toda metafísica, seja teísta, seja mesmo panteísta. Deus sendo tudo, o mundo real e o homem nada são. Deus sendo a verdade, a justiça e a vida infinita, o homem é a mentira, a iniquidade e a morte. Deus sendo o senhor, o homem é escravo. Incapaz de encontrar por ele próprio o

caminho da justiça e da verdade, deve recebê-las como uma revelação vinda de cima, por intermédio dos enviados e dos eleitos da graça divina. Quem diz revelação diz reveladores, diz profetas, diz padres, e estes, uma vez reconhecidos como os representantes da divindade sobre a terra, como os instrutores e os iniciadores da humanidade à vida eterna, recebem por isso mesmo a missão de dirigi-la, governá-la e comandá-la aqui embaixo. Todos os homens lhes devem fé e obediência absoluta; escravos de Deus, devem também sê-lo da Igreja e do Estado, este na qualidade de abençoado pela Igreja. É o que, de todas as religiões que existem ou que existiram, somente o cristianismo compreendeu perfeitamente, e o que, entre todas as seitas cristãs, o catolicismo romano foi o único a proclamar e a realizar com uma consequência rigorosa. Eis por que o cristianismo é a religião absoluta, a última religião, e por que a Igreja apostólica e romana é a única consequente, legítima e divina.

Não desagrada, portanto, a todos os meio-filósofos, a todos os, por assim dizer, pensadores religiosos: A existência de Deus implica a abdicação da razão e da justiça humanas, ela é a negação da liberdade humana e resulta necessariamente numa escravidão não somente teórica, mas prática.

A menos que se deseje a escravidão, não podemos nem devemos fazer a mínima concessão à teologia, pois neste alfabeto místico e vigorosamente consequente, que começa em A e deverá fatalmente chegar a Z, e quem quer adorar a Deus, deverá renunciar à sua liberdade e à sua dignidade de homem:

Deus existe, portanto o homem é escravo.

O homem é inteligente, justo, livre, portanto, Deus não existe.

Desafiamos quem quer que seja a sair deste círculo, e agora, que se escolha.

De resto, a história nos demonstra que os padres de todas as religiões, menos aqueles das Igrejas perseguidas, foram os aliados da tirania. E mesmo estes últimos, ainda que combatendo e amaldiçoando os poderes que os oprimiam, não disciplinavam, ao mesmo tempo, seus próprios fiéis e, em consequência, não prepararam sempre os elementos de uma nova tirania? A escravidão intelectual de qualquer natureza que seja terá sempre por consequência natural a escravidão política e social. Hoje o

cristianismo, sob todas as suas diferentes formas, e com ele a metafísica doutrinária e deísta, emanada dele, e que nada mais é, no fundo, senão uma teoria mascarada, são, sem dúvida alguma, o mais formidável obstáculo à emancipação da sociedade; e prova-o o fato de que os governos, todos os homens de Estado da Europa, que não são nem metafísicos nem teólogos nem deístas, e que, no fundo, não acreditam nem em Deus nem no Diabo, protegem com paixão, com ardor, a metafísica, tanto quanto a religião, qualquer religião que seja, desde que ensine, como todas o fazem, por sinal, a paciência, a resignação, a submissão.

Este ardor que apresentam em defendê-las, prova-nos o quanto nos é necessário combatê-los e derrubá-los.

É necessário lembrar-vos, senhores, até que ponto as influências religiosas desmoralizam e corrompem os povos? Elas matam neles a razão, o principal instrumento da emancipação humana, reduzindo-os à imbecilidade, principal fundamento de toda escravidão, enchem seu espírito de divinos absurdos. Matam neles a energia do trabalho, que é sua glória e sua salvação: o trabalho sendo o ato pelo qual o homem, tornando-se criador, forma seu mundo, as bases e as condições de sua existência humana, e conquista, ao mesmo tempo, sua liberdade e sua humanidade. A religião mata neles esta força produtiva, fazendo-os desprezar a vida terrestre, em vista de uma celeste beatitude, e apresentando-lhes o trabalho como uma maldição ou como um castigo merecido, e a desocupação como um divino privilégio. Mata neles a justiça, esta severa guardiã da fraternidade e condição soberana da paz, fazendo sempre pender a balança em favor dos mais fortes, objetos privilegiados da solicitude, da graça e da bênção divinas. Enfim, mata neles a humanidade, substituindo-a em seus corações pela divina crueldade. Toda religião está fundamentada sobre o sangue, pois todas, como se sabe, repousam essencialmente sobre a ideia do sacrifício, quer dizer, sobre a perpétua imolação da humanidade à inextinguível vingança da divindade. Neste sangrento mistério, o homem é sempre a vítima, e o padre, também homem, mas homem privilegiado pela graça, é o divino carrasco. Isto nos explica por que os padres de todas as religiões, os melhores, os mais humanos, os mais tranquilos, têm quase sempre no fundo de seu coração, pelo menos em seu espírito e em sua imaginação — e sabemos a influência que uma e outro exercem sobre o coração —, alguma coisa de cruel e de sanguinário: e por que, quando se levantou em todos os lugares a questão da abolição da pena de morte,

padres católicos romanos, ortodoxos moscovitas e gregos, protestantes, todos se declararam unanimemente a favor de sua manutenção!

A religião cristã, mais do que qualquer outra, foi fundada sobre o sangue e historicamente batizada no sangue. Que se contem as milhões de vítimas que esta religião do amor e do perdão imolou pela vingança cruel de seu deus. Que se lembre das torturas que ela inventou e que infligiu. Tornou-se hoje mais suave e mais humana? Não, estremecida pela indiferença e pelo ceticismo, apenas se tornou impotente, ou antes, muito menos potente, pois, infelizmente, a força do mal ainda não lhe falta, mesmo hoje. E observai nos países onde, galvanizada por paixões reacionárias, parece reviver: sua primeira palavra não é sempre a vingança e o sangue, sua segunda palavra, a abdicação da razão humana, e sua conclusão, a escravidão? Enquanto o cristianismo e os padres católicos, enquanto qualquer religião, vá lá, divina, continuarem a exercer a mínima influência sobre as massas populares, a razão, a liberdade, a humanidade, a justiça não triunfarão sobre a terra; isso porque enquanto as massas populares permanecerem mergulhadas na superstição religiosa, servirão sempre de instrumento a todos os despotismos coligados contra a emancipação da humanidade.

É-nos muito importante libertar as massas da superstição religiosa, não somente por amor a elas, mas ainda por amor a nós mesmos, para salvar nossa liberdade e nossa segurança. Mas só podemos alcançar este objetivo por dois meios: a ciência racional e a propaganda do socialismo.

Entendemos por ciência racional aquela que, tendo se libertado de todos os fantasmas da metafísica e da religião, se distingue das ciências puramente experimentais e críticas, inicialmente porque não restringe suas investigações a tal ou qual objeto determinado, mas se esforça em abraçar todo o universo, enquanto conhecido, pois não tem nada a ver com o desconhecido; e em seguida, porque não se serve, como as ciências acima mencionadas, exclusivamente e somente do método analítico, mas se permite também recorrer à síntese, procedendo, com frequência, por analogia e por dedução, tendo cuidado de nunca dar a estas sínteses outro valor além do hipotético, até que tenham sido inteiramente confirmadas pela mais severa análise experimental ou crítica.

As hipóteses da ciência racional se distinguem das da metafísica, visto que esta última, deduzindo as suas como consequências lógicas de um

sistema absoluto, pretende forçar a natureza a aceitá-las; enquanto que as hipóteses da ciência racional, saídas não de um sistema transcendente, mas de uma síntese que nunca é outra coisa senão o resumo ou a expressão geral de uma quantidade de fatos demonstrados pela experiência, jamais podem ter este caráter imperativo obrigatório, sendo, ao contrário, sempre apresentadas de maneira a que se possa retirá-las tão logo sejam desmentidas por novas experiências.

A filosofia racional ou ciência universal não procede aristocraticamente, nem autoritariamente como a falecida metafísica. Esta se organiza sempre de cima para baixo, por via de dedução e de síntese, pretendendo também reconhecer a autonomia e a liberdade das ciências particulares, mas na realidade incomodava-as horripelmente, até o ponto de lhes impor leis e até mesmo fatos que, frequentemente, era impossível encontrar na natureza, e de impedi-las de se entregar a experiências cujos resultados teriam podido reduzir todas as suas especulações ao nada. A metafísica, como se vê, opera segundo o método dos Estados centralizados.

A filosofia racional, ao contrário, é uma ciência democrática. Organiza-se de baixo para cima livremente, e tem por fundamento único a experiência. Nada do que não foi realmente analisado e confirmado pela experiência ou pela mais severa crítica pode ser por ela aceito. Consequentemente, Deus, o Infinito, o Absoluto, todos estes objetos tão amados pela metafísica, estão absolutamente eliminados de seu seio. Ela se desvia com indiferença, observando-as como miragens ou fantasmas. Mas como as miragens e os fantasmas são uma parte essencial do desenvolvimento do espírito humano, visto que o homem só chega habitualmente ao conhecimento da verdade simples depois de ter imaginado, esgotado todas as ilusões possíveis, e como o desenvolvimento do espírito humano é um objeto real da ciência, a filosofia natural lhes assinala seu verdadeiro lugar, ocupando-se dela somente do ponto de vista da história e se esforça em nos mostrar, ao mesmo tempo, as causas tanto fisiológicas quanto históricas que explicam o nascimento, o desenvolvimento e a decadência das ideias religiosas e metafísicas, assim como sua necessidade relativa e transitória nas evoluções do espírito humano. Desta maneira, ela lhes faz justiça, a qual elas têm direito, e, em seguida, desvia-se delas para sempre.

Seu objeto é o mundo real e conhecido. Aos olhos do filósofo racional nada mais é do que um ser no mundo e uma ciência. Por consequência, insiste em abraçar e coordenar todas as ciências particulares num único sistema. Esta coordenação de todas as ciências positivas em um único saber humano constitui a filosofia positiva ou a ciência universal. Herdeira e ao mesmo tempo negação absoluta da religião e da metafísica, esta filosofia, pressentida e preparada há muito tempo pelos mais nobres espíritos, foi concebida pela primeira vez como um sistema completo, por um grande pensador francês, Auguste Comte, que traçou o primeiro plano com mão sábia e ousada.

A coordenação que estabelece a filosofia positiva não a uma simples justaposição, é um tipo de encadeamento orgânico pelo qual, começando pela ciência mais abstrata, a que tem por objeto a ordem dos fatos mais simples, a matemática, eleva-se de grau em grau às ciências comparativamente mais concretas, que têm por objeto fatos cada vez mais compostos. Assim, da matemática pura eleva-se à mecânica, à astronomia, em seguida à física, à química, à geologia e à biologia (inclusive à classificação, à anatomia e à fisiologia comparadas das plantas, inicialmente, e, em seguida, do reino animal), e acaba-se pela sociologia, que abraça toda a história humana enquanto desenvolvimento do Ser humano coletivo e individual na vida política, econômica, social, religiosa, artística e científica. Não há, entre todas estas ciências que se seguem, desde a matemática até a sociologia inclusive, nenhuma solução de continuidade. Um único Ser, um único saber e, no fundo, sempre o mesmo método, mas que se complica necessariamente na medida em que os fatos que a ela se apresentam tornam-se mais complicados; cada ciência que se segue apoia-se ampla e absolutamente sobre a ciência precedente e, na medida em que o estado atual de nossos conhecimentos reais o permitem, apresenta-se como seu desenvolvimento necessário.

É curioso observar que a ordem das ciências estabelecida por Auguste Comte é aproximadamente a mesma que a da Enciclopédia de Hegel, o maior metafísico dos tempos presentes e passados, que teve a felicidade e a glória de ter conduzido o desenvolvimento da filosofia especulativa a seu ponto culminante, o que fez com que, levada dali em diante por sua dialética própria, ela se autodestruísse. Mas há entre Auguste Comte e Hegel uma enorme diferença. Enquanto este último, como verdadeiro metafísico que era, havia espiritualizado a matéria e a natureza, fazendo-as

procederem da lógica, isto é, do espírito, Auguste Comte, ao contrário, materializou o espírito, fundamentando-o unicamente sobre a matéria. É nisto que consiste sua imensa glória.

Assim, a psicologia, esta ciência tão importante que constituída a própria base da metafísica, e que a filosofia especulativa considerava como um mundo quase absoluto, espontâneo e independente de qualquer influência material, não possui outra base no sistema de Auguste Comte, senão a filosofia, e nada mais é do que, o que chamamos inteligência, imaginação memória, sentimento, sensação e vontade, nada mais são aos nossos olhos do que as diferentes faculdades, funções ou atividades do corpo humano.

Considerados desse ponto de vista, o mundo humano, seu desenvolvimento, sua história, que tínhamos encarado até ai como uma manifestação de uma ideia teológica, metafísica e jurídico-política, e da qual, hoje, devemos recomeçar o estudo, tomando por ponto de partida toda a natureza e por fio diretor a própria fisiologia do homem, aparecer-nos-ão sob uma aparência totalmente nova, mais natural, mais ampla, mais humana e mais fecunda como ensinamento para o futuro.

É assim que já se pressente nesta via a chegada de uma nova ciência: a sociologia quer dizer, a ciência de leis gerais que presidem a todos os desenvolvimentos da sociedade humana. Será o último termo e o coroamento da filosofia positiva. A história e a estatística nos provam que o corpo social, como qualquer outro corpo natural, obedece, em suas evoluções e transmutações, a leis gerais, que parecem ser tão necessárias quanto as do mundo físico. Extrair estas leis dos eventos passados e da massa dos fatos presentes, tal deve ser o objetivo desta ciência. Fora do imenso interesse que apresenta ao espírito, ela nos promete, no futuro, uma grande utilidade prática; isto porque, assim como não podemos dominar a natureza e transformá-la segundo nossas necessidades progressivas a não ser graças ao conhecimento que adquirimos de suas leis, só poderemos realizar nossa liberdade e nossa prosperidade no meio social se levarmos em conta as leis naturais e permanentes que o governam. E a partir do momento em que reconhecemos que o abismo que na imaginação dos teólogos e dos metafísicos supostamente separando o espírito da natureza, absolutamente não existe, devemos considerar a sociedade humana como um corpo sem dúvida muito mais complexo que

os outros, mas, da mesma forma natural, e obedecendo às mesmas leis, além daquelas que lhe são exclusivamente próprias. Uma vez admitido isto, torna-se claro que o conhecimento e a estrita observação destas leis se tornam indispensáveis para que as transformações sociais que empreendemos sejam viáveis.

Mas de outro lado, sabemos que a sociologia é uma ciência que acabou de nascer, que ainda está à procura de seus elementos, e se julgamos esta ciência como a mais difícil de todas, segundo o exemplo das outras, devemos reconhecer que lhe serão necessários séculos, um século pelo menos, para que se constitua definitivamente e se torne uma ciência séria, um tanto suficiente e completa. Como fazer então? Será preciso que a humanidade sofredora, para se libertar de todas as misérias que a oprimem, espere ainda um século ou mais, até o momento em que a sociologia positiva, definitivamente constituída, venha lhe declarar que está finalmente em estado de lhe dar as indicações e as instruções que sua transformação racional exige?

Não, mil vezes não! Antes de mais nada, para esperar ainda alguns séculos, seria preciso ter paciência. . . cedendo a um velho hábito, íamos dizer, à paciência dos alemães, mas fomos impedidos pela seguinte reflexão: no exercício desta virtude, outros povos ultrapassaram hoje os alemães. E em seguida, mesmo supondo que tivéssemos a possibilidade e a paciência de esperar, o que seria uma sociedade que não nos apresentasse nada mais do que a tradução em prática ou a aplicação de uma ciência, ainda que esta ciência fosse a mais perfeita e a mais completa do mundo? Uma miséria. Podeis imaginar um universo que contivesse somente o que o espírito humano até agora percebeu, reconheceu e compreendeu: não seria uma miserável choupana ao lado do universo existente?

Estamos cheios de respeito pela ciência e a consideramos como um dos mais preciosos tesouros, como uma das glórias mais raras da humanidade. Por ela o homem se distingue do animal, hoje seu irmão caçula, outrora seu ancestral, e se torna capaz de liberdade. Entretanto, é necessário reconhecer também os limites da ciência e lembrar que ela não é tudo, que ela é apenas uma parte, e que o todo é a vida: a vida universal dos mundos, ou para não nos perdermos no desconhecido e no indefinido: aquela de nosso sistema solar ou, mesmo e somente, do nosso globo terrestre, enfim, restringindo-nos ainda mais: o mundo humano, o movimento, o

desenvolvimento, a vida da sociedade humana sobre a Terra. Tudo isto é infinitamente mais extenso, mais amplo, mais profundo e mais rico que a ciência, e jamais será por ela esgotado.

A vida, tomada neste sentido universal, não é em nada a aplicação de tal teoria humana ou divina, é uma criação, teríamos dito de bom grado se não tivéssemos medo de dar lugar a um mal-entendido por esta palavra; e, comparando os povos criadores de sua própria história com artistas, teríamos perguntado se os grandes poetas alguma vez esperaram que a ciência descobrisse as leis da criação poética para criar suas obras-primas. Ésquilo e Sófocles não escreveram suas magníficas tragédias bem antes que Aristóteles tivesse extraído destas obras a primeira estética? Shakespeare deixou-se alguma vez inspirar por alguma teoria? Beethoven não ampliou as bases do contraponto pela criação de suas sinfonias? E o que seria de uma obra de arte produzida segundo os preceitos da mais bela estética do mundo? Mais uma vez, uma coisa miserável. Mas os povos que criam sua história não são, provavelmente, menos ricos de instinto, nem menos poderosos criadores, nem mais dependentes dos Srs. cientistas que os artistas!

Se hesitamos em fazer uso da palavra criação é porque tememos que não se lhe dê um sentido que nos é impossível admitir. Quem diz criação parece dizer criador, e rejeitamos a existência de um único criador, tanto para o mundo humano, quanto para o mundo físico, por sinal os dois formam um único, em nosso entendimento. Mesmo falando dos povos criadores de sua própria história, temos consciência de empregar uma expressão metafórica, uma comparação imprópria. Cada povo é um ser coletivo, possuindo sem dúvida propriedades tanto fisiológico-psicológicas, quanto político-sociais, particulares que, distinguindo-o de todos os outros povos, o individualizam de uma certa maneira; mas não é jamais um indivíduo, um ser único e indivisível, no sentido real desta palavra. Por mais desenvolvida que seja sua consciência coletiva e por mais concentrada que possa se achar, no momento de uma grande crise nacional, a paixão, ou o que se chama de vontade popular na direção de um único objetivo, nunca esta concentração alcançaria a de um indivíduo real. Numa palavra, nenhum povo, por mais unido que se sinta, poderá dizer: eu quero! Ele deverá sempre dizer: nós queremos. Somente o indivíduo tem o hábito de dizer: “eu quero!” E quando ouvirdes dizer, em

nome de todo um povo: “ele quer”, estai certos de que um usurpador qualquer, homem ou partido, se esconde atrás dele.

Sob a palavra criação, não entendemos aqui nem a criação teológica ou metafísica, nem a criação artística, científica, industrial, nem qualquer outra criação atrás da qual se ache um indivíduo criador. Entendemos simplesmente por esta palavra o produto infinitamente complexo de uma quantidade inumerável de causas muito diferentes, grandes e pequenas, algumas conhecidas, mas as quais, na maior parte das vezes, permanecem ainda desconhecidas, e que, num dado momento, tendo se combinado, sem dúvida não sem razão, mas sem plano traçado a priori e sem nenhuma premeditação, produziram o fato.

Mas então dir-se-á, a história e os destinos da sociedade humana não apresentariam mais do que um caos e não seriam mais do que o jogo do acaso? Bem ao contrário, no momento em que a história se livra de todo arbítrio divino e humano, é aí então, e somente então, que ela se apresenta a nossos olhos em toda a grandeza imponente, e ao mesmo tempo racional, de um desenvolvimento necessário, como a natureza orgânica e física da qual é a continuação imediata. Esta última, apesar da inesgotável riqueza e variedade dos seres reais pelos quais ela é composta, não nos apresenta absolutamente o caos, mas, ao contrário, um mundo magnificamente organizado, e onde cada parte guarda, por assim dizer, uma relação necessariamente lógica com todas as outras. Mas então dir-se-á, houve um ordenador? Negativo, um ordenador, fosse ele um Deus, nada mais teria podido senão entrar, por seu arbítrio pessoal, a ordem natural e o desenvolvimento lógico das coisas, e já vimos que a principal propriedade da divindade, em todas as religiões, é a de ser precisamente superior, isto é, contrária a qualquer lógica, e de ter sempre uma única lógica para si: a da impossibilidade natural, ou da absurdidade<sup>6</sup>. O que é a lógica, senão a corrente ou o desenvolvimento natural das coisas, ou, ainda, o procedimento natural pelo qual muitas causas determinantes produzem um fato? Por consequência, podemos enunciar este axioma tão simples e ao mesmo tempo tão decisivo: Tudo o que é natural é lógico, e tudo o que é lógico é realizado ou deve se realizar no mundo real: na natureza propriamente dita, e em seu desenvolvimento posterior, na história natural da sociedade humana.

A questão é saber o que é lógico na natureza tanto quanto na história. Não é tão fácil de determinar quanto se pode pensar à primeira vista. Isto porque, para sabê-lo com perfeição de modo a nunca se enganar, seria preciso ter o conhecimento de todas as causas, influências, ações e reações que determinam a natureza de uma coisa e de um fato, sem nenhuma exceção, fosse ela a mais afastada ou a mais fraca.

E qual é a filosofia ou a ciência que poderá se gabar de poder abraçá-las todas e esgotá-las por sua análise? Seria preciso ser bem pobre de espírito, bem pouco consciente da infinita riqueza do mundo real para imaginar isso.

Deve-se, por isso, duvidar da ciência? Deve-se, pelo fato de ela nos dar somente o que nos pode dar, rejeitá-la? Seria uma outra loucura, ainda bem mais funesta do que a primeira. Perdei a ciência e, por falta de luz, retornareis ao estado dos gorilas, nossos ancestrais, e sereis forçados a refazer ainda, durante aproximadamente mil anos, todo o caminho que a humanidade teve de percorrer através das fantasmagóricas penumbras da religião e da metafísica, para chegar de novo à luz imperfeita, é verdade, mas pelo menos muito precisa, a que possuímos hoje.

O maior e o mais decisivo triunfo por ela obtido em nossos dias foi, como já observamos, ter incorporado a psicologia à biologia; ter estabelecido que todos os atos intelectuais e morais que distinguem o homem de todas as outras espécies de animais, tais como o pensamento, o ato da inteligência humana e as manifestações da vontade refletida, têm sua única fonte na organização, sem dúvida mais realizada, mas, entretanto, totalmente material do homem, sem sombra de uma intervenção espiritual ou extra-material qualquer; que eles são, numa palavra, produtos saídos da combinação de diversas funções fisiológicas do cérebro.

Esta é uma imensa descoberta, tanto sob o aspecto da ciência quanto sob o aspecto da vida. Graças a ela, a ciência do mundo humano, inclusive antropologia, a psicologia, a lógica, a moral, a economia social, a política, a estética, e até mesmo a teologia e a metafísica, a história, numa palavra, toda a sociologia, torna-se finalmente possível. Entre o mundo humano e o mundo natural não há mais solução de continuidade; mas assim como o mundo orgânico que, em bora sendo o desenvolvimento não interrompido e direto do mundo inorgânico, distingue-se dele profundamente contudo

pela introdução de um novo elemento ativo: a matéria orgânica, produzida não pela intervenção de uma causa extra-mundana qualquer, mas por combinações até o presente momento por nós desconhecidas da matéria inorgânica, e produzindo, por sua vez, sobre a base e nas condições deste mundo inorgânico, do qual ela própria é o mais elevado resultado, todas as riquezas da vida vegetal e animal; assim como o mundo humano, sendo também a continuação imediata do mundo orgânico, distingue-se dele essencialmente por um novo elemento: o pensamento, produzido pela atividade totalmente fisiológica do cérebro e produzindo ao mesmo tempo, no meio deste mundo material e nas condições orgânicas e inorgânicas, do qual ela é, por assim dizer, o último resumo, tudo o que chamamos de desenvolvimento intelectual e moral, político e social do homem — a história da humanidade.

Para os homens que pensam realmente com lógica, e cuja inteligência elevou-se à altura atual da ciência, esta unidade do Mundo ou do Ser é doravante um fato conquistado. Mas é impossível não reconhecer que este fato tão simples e de tal forma evidente, que tudo o que lhe é oposto nos aparece doravante como absurdo, não se ache, digamos, em flagrante contradição com a consciência universal da humanidade, que, abstração feita da diferença das formas sob as quais ela se manifestou na história, pronunciou-se sempre unicamente pela existência de dois mundos distintos: o mundo espiritual e o mundo material, o mundo divino e o mundo real. Desde os grosseiros fetichistas que adoram no mundo que os cerca, a ação de uma potência sobrenatural, encarnada em algum objeto material, todos os povos acreditaram, todos acreditam ainda hoje na existência de uma divindade qualquer.

Esta unanimidade imponente, segundo a opinião de muitas pessoas, vale mais do que todas as demonstrações da ciência; e se a lógica de um pequeno número de pensadores consequentes mas isolados, lhe é contrária, tanto pior, dizem elas, para esta lógica, pois o consentimento unânime, a adoção universal de uma ideia foram sempre considerados como a prova mais vitoriosa de sua verdade, e isto com muita razão, porque o sentimento de todo o mundo e de todos os tempos não poderia se enganar; deve ter sua raiz numa necessidade essencialmente inerente à própria natureza de toda a humanidade. Mas se é verdade que, de acordo com esta necessidade, o homem tem absolutamente necessidade de crer na

existência de um deus, aquele que não crê, qualquer que seja a lógica que leve a este ceticismo, é uma exceção anormal, um monstro.

Eis o argumento favorito de muitos teólogos e metafísicos de nossos dias, como o ilustre Mazzini, que não pode abster-se de um bom Deus para fundar sua república ascética e para fazê-la ser aceita pelas massas populares, da qual sacrifica sistematicamente a liberdade e o bem-estar pela grandeza de um Estado ideal.

Assim, pois, a antiguidade e a universalidade da crença em Deus seriam, contra toda ciência e toda lógica, as provas irrecusáveis da existência de Deus. E por quê? Até o século de Copérnico e Galileu, todo o mundo, menos os pitagóricos talvez, havia acreditado que o sol girava em torno da terra: esta crença era uma prova da verdade desta suposição? Desde a origem da sociedade histórica até nossos dias, houve sempre e em todos os lugares, exploração do trabalho forçado das massas operárias, escravas ou assalariadas, por alguma minoria conquistadora; segue-se daí que a exploração do trabalho alheio por parasitas não é uma iniquidade, uma espoliação ou um roubo? Eis dois exemplos que provam que o argumento de nossos deístas modernos não vale nada.

Com efeito, nada é tão universal nem tão antigo quanto o absurdo, e é a verdade, ao contrário, que é relativamente muito mais recente, tendo sempre sido o resultado, o produto, nunca o começo da história, pois o homem, por sua origem, primo, senão descendente direto do gorila, partiu da noite profunda do instinto animal para chegar à luz do espírito, o que explica muito naturalmente todas suas divagações passadas e nos consola, em parte, por seus presentes erros. Toda a história do homem não é outra coisa que seu afastamento progressivo da pura animalidade pela criação de sua humanidade. Segue-se daí que a antiguidade de uma ideia, longe de provar alguma coisa em favor dela, deve, ao contrário, torná-la suspeita. Quanto à universalidade de um erro, só prova uma coisa: a identidade da natureza humana em todos os tempos e sob todos os climas. E visto que todos os povos em todas as épocas acreditaram e acreditam em Deus, sem nos deixarmos iludir por este fato sem dúvida incontestável, mas que não poderia prevalecer em nosso espírito, nem contra a lógica nem contra a ciência, devemos concluir disso simplesmente que a ideia divina, sem dúvida saída de nós mesmos, é um erro necessário no desenvolvimento da

humanidade e nos perguntar como e por que ela nasceu e por que, para a imensa maioria da espécie humana, permanece ainda hoje necessária.

Enquanto não soubermos descobrir a maneira pela qual a ideia de um mundo sobrenatural ou divino se produziu e teve necessariamente de se produzir no desenvolvimento natural do espírito humano e da sociedade humana na história, de nada adiantará estarmos cientificamente convencidos do absurdo desta ideia, jamais poderemos destruí-la na opinião do mundo, porque, sem este conhecimento, nunca poderemos atacá-la nas profundezas do ser humano, onde se enraizou; e condenados a uma luta estéril e sem fim, deveremos nos contentar em combatê-la somente na superfície, em suas mil manifestações, cujo absurdo, mal abatido pelos golpes do bom senso, renascerá imediatamente após, em uma nova e não menos insensata forma. Isto porque, enquanto a raiz da crença em Deus permanecer intacta, sempre produzirá novos brotos. É assim que em certas regiões da sociedade civilizada atual o espiritismo tende a se instalar, hoje, sobre as ruínas do Cristianismo.

É-nos indispensável perceber isto por nós mesmos pois de nada adiantará dizermo-nos ateus; enquanto não tivermos compreendido a gênese histórica, natural, da ideia de Deus na sociedade humana, nós nos deixaremos sempre mais ou menos dominar pelos clamores desta consciência universal da qual ainda não compreendemos o segredo, isto é, a razão natural, e, à vista da fraqueza natural do indivíduo contra o meio social que o cerca, corremos sempre o risco de recair, cedo ou tarde, na escravidão do absurdo religioso. Os exemplos destas tristes conversões são frequentes na sociedade atual.

Estamos mais do que nunca convencidos, senhores, da urgência com que deve ser resolvida, hoje, a seguinte questão: Visto que o homem forma com toda a natureza um único ser e que outra coisa não é senão o produto material de uma quantidade indefinida de causas exclusivamente materiais, como é que esta dualidade, a suposição de dois mundos opostos, um espiritual, o outro material, um divino, o outro com plenamente natural, pôde nascer, se estabelecer e se enraizar tão profundamente na consciência humana?

Estamos de tal forma persuadidos de que da solução desta questão importante depende nossa emancipação definitiva e completa dos grilhões

de toda religião, que vos pedimos a permissão de expor nossas ideias sobre isso.

Poderá parecer estranho a muitas pessoas que, em um escrito político e socialista, tratemos das questões de metafísica e de teologia. Mas é que, segundo nossa mais íntima convicção, estas questões não se deixam mais separar daquelas do socialismo e da política. O mundo reacionário, levado por uma lógica invencível, torna-se cada vez mais religioso. Ele sustenta o papa em Roma, persegue as ciências naturais na Rússia, põe em todos os países suas iniquidades militares e civis, políticas e sociais sob a proteção do bom Deus, que ele protege poderosamente, nas igrejas e nas escolas, com a ajuda de uma ciência hipocritamente religiosa, servil, indulgente, pesadamente doutrinária e por todos os meios do qual o Estado dispõe. O reino de Deus no céu, traduzindo-se pelo reino declarado ou mascarado do chute e pela exploração em regra do trabalho das massas escravizadas sobre a terra, tal é, hoje, o ideal religioso, social, político e absolutamente lógico do partido da reação na Europa. Ao contrário, e por razão inversa, a revolução deve ser atea: a experiência histórica e a lógica, ao mesmo tempo, provaram que basta um único senhor no céu para criar milhares deles sobre a terra.

Enfim, o socialismo, por seu próprio objetivo, que é a realização do bem-estar e de todos os destinos humanos aqui embaixo, fora de qualquer compensação celeste, não é a realização e, conseqüentemente a negação de todas as religiões, que, a partir do momento em que suas aspirações se encontrarem realizadas, não terão mais nenhuma razão de ser?

Expondo nossas ideias sobre as origens da religião, esforçar-nos-emos em ser tão breves e tão sóbrios de abstrações quanto possível.

Sem querer aprofundar as especulações filosóficas sobre a natureza do Ser, acreditamos poder estabelecer como um axioma a seguinte proposição: Tudo o que existe, os seres que constituem o conjunto indefinido do Universo, todas as coisas existentes no mundo, qualquer que seja sua natureza, sob o aspecto da qualidade como da quantidade, grandes, médias ou infinitamente pequenas, próximas ou imensamente distantes, exercem, sem o querer e sem mesmo poder pensar nisso, umas sobre as outras e cada uma sobre todas, seja imediatamente, seja por transição, uma ação e uma reação perpétuas que, combinando-se num único movimento, constituem o que chamamos de solidariedade, vida e

causalidade Universais. Chamai esta solidariedade de Deus de absoluto, se isto vos diverte, pouco nos importa, desde que não a este Deus outro sentido além daquele que acabamos de precisar: o da combinação universal, natural, necessária, mas de forma alguma predeterminada nem prevista de uma infinidade de ações e de reações particulares. Esta solidariedade sempre móvel e ativa, esta vida universal pode ser perfeitamente por nós racionalmente suposta, mas nunca realmente abarcada, nem mesmo por nossa imaginação, e ainda menos reconhecida. Só podemos reconhecer aquilo que é manifestado por nossos sentidos, e isto nunca poderá abarcar mais do que uma infinitamente pequena parte do Universo. Evidentemente, aceitamos esta solidariedade, não como uma causa absoluta e primeira, mas, bem ao contrário, como uma resultante<sup>7</sup> sempre produzida e reproduzida pela ação simultânea de todas as causas particulares, ação que constitui precisamente a causalidade universal. Tendo-a assim determinado, podemos agora dizer, sem temor de produzir, por isso, um mal-entendido qualquer, que a vida universal cria os mundos, Foi ela que determinou a configuração geológica, climatológica e geográfica de nossa Terra, e que após ter coberto sua superfície com todos os esplendores da vida orgânica, continua a criar ainda o mundo humano: a sociedade com todos os seus desenvolvimentos passados, presentes e futuros.

Compreende-se agora que a criação, assim entendida não diga respeito nem a ideias anteriores, nem a leis pré-ordenadas, preconcebidas. No mundo real, todos os fatos, produzidos por um conjunto de influências e de condições numerosas, vêm antes, seguindo, com o homem pensante, a consciência destes fatos e o conhecimento mais ou menos detalhado e perfeito da maneira como se produziram; e quando, numa ordem de fatos quaisquer, observamos que mesma maneira ou o mesmo procedimento se repetem frequentemente ou quase sempre, nós o chamamos uma lei da Natureza.

Por esta palavra natureza compreendemos não uma ideia mística, panteística ou substancial qualquer, mas simplesmente a soma dos seres, dos fatos e dos procedimentos reais que produzem estes últimos.

É evidente que na natureza assim definida, graças, sem dúvida, ao concurso das próprias condições e influências e talvez também graças às tendências uma vez tomadas pelo fluxo da perpétua criação, tendências

que, por força de haverem sido com frequência repetidas, tornaram-se constantes, é evidente, dizemos, que em certas ordens determinadas de atos, as mesmas leis se reproduzem sempre, e foi por causa desta constância de procedimentos na natureza que o espírito humano pôde constatar e reconhecer o que chamamos de leis mecânicas, físicas, químicas e fisiológicas; é por ela que se explica também a quase constante repetição dos gêneros, das espécies e das variedades tanto vegetais quanto animais nas quais se desenvolveu, até aqui, a vida orgânica sobre a Terra. Esta constância e esta repetição não são absolutas. Deixam sempre um amplo campo ao que chamamos impropriamente as anomalias e as exceções, maneira de falar muito injusta, pois os fatos aos quais se refere provam somente que estas regras gerais, por nós reconhecidas como leis naturais, nada mais sendo senão abstrações extraídas por nosso espírito do desenvolvimento real das coisas, não estão em estado de abarcar, esgotar, explicar toda a infinita riqueza deste desenvolvimento. Por sinal, como tão bem o demonstrou Darwin, estas pretensas anomalias, combinando-se mais frequentemente entre si e se fixando, por isso mesmo mais intensamente criando, por assim dizer, novos procedimentos habituais, novas maneiras de se reproduzir e de ser na natureza, são precisamente a via pela qual a vida orgânica dá origem a novas variedades e espécies. É assim que, após ter começado por uma simples célula pouco organizada e tê-la feito passar por todas as transformações da organização vegetal, inicialmente, e animal mais tarde, fez dela um homem.

O homem será sempre o último e o mais completo produto orgânico sobre esta Terra? Quem poderia responder e jurar que em algumas dezenas ou centenas de séculos possa se originar da mais elevada variedade da espécie humana uma espécie de seres superiores ao homem e que se refeririam a ele como ele próprio se refere hoje ao gorila? Em todos os casos, que nossa pretensão se tranquilize. Os procedimentos da natureza são muito lentos, e nada no estado atual da humanidade denota a probabilidade de que ela vá dar origem a uma espécie superior. De resto, a natureza não continua sempre imediatamente sua obra de criação perpétua nos desenvolvimentos históricos do mundo humano? Não é sua culpa se nós separamos em nosso espírito este mundo, a sociedade humana, do que chamamos exclusivamente de mundo natural.

A razão desta separação está na própria natureza de nosso espírito, que separa essencialmente o homem dos animais de todas as outras espécies.

Devemos, entretanto, reconhecer que o homem não é o único animal inteligente sobre a terra. Muito pelo contrário, a psicologia comparada nos demonstra que não há um único animal que seja destituído de inteligência e que, quanto mais uma espécie, por sua organização e sobretudo pelo desenvolvimento de seu cérebro, aproxima-se da espécie humana, mais sua inteligência se desenvolve e se eleva também. Mas somente no homem chega ao ponto de poder ser denominada faculdade de pensar, isto é, de combinar as representações dos objetos tanto exteriores quanto interiores que nos são dados por nossos sentidos, de formar grupos a partir deles, em seguida comparar e combinar novamente estes grupos diferentes, que não são mais seres reais, objetos de nossos sentidos, mas sim noções formadas em nós mesmos pelo primeiro exercício desta faculdade que chamamos julgamento, fixadas por nossa memória, e cuja combinação posterior, por esta mesma faculdade, constitui o que chamamos de ideias, para, em seguida, deduzir as consequências ou então as aplicações logicamente necessárias. Encontramos com frequência, infelizmente, homens que ainda não chegaram ao pleno exercício desta faculdade, mas nunca vimos, nem mesmo ouvimos falar de algum indivíduo de espécie inferior que nunca a tenha exercido, a menos que se nos queira citar o exemplo do asno de Balaão ou de qualquer outro animal recomendado à nossa fé ou ao nosso respeito por uma religião qualquer. Assim, podemos dizer sem medo de sermos refutados que, de todos os animais desta Terra, somente o homem pensa.

Somente ele é dotado desta potência de abstração, fortalecida e desenvolvida, sem dúvida, na espécie, pelo exercício dos séculos, e que, elevando sucessivamente a si mesmo acima de todos os objetos que o cercam, acima de tudo o que se chama de mundo exterior e até mesmo acima dele próprio como indivíduo, permite-lhe conceber, criar a ideia da totalidade dos Seres, do Universo, do Infinito ou do Absoluto, ideia totalmente abstrata e vazia de qualquer conteúdo se quiser; mas mesmo assim, toda-poderosa e causa de todas as conquistas posteriores do homem, porque somente ela o arranca das pretensas beatitudes e da estúpida inocência do paraíso animal, para jogá-lo nos triunfos e nos tormentos infinitos de um desenvolvimento sem limites...

Graças a esta faculdade de abstração, o homem, ao se elevar acima da pressão imediata que todos os objetos exteriores jamais deixam de exercer sobre cada indivíduo, pode compará-los uns aos outros, observar suas

relações. Eis o começo da análise e da ciência experimental. Graças a esta mesma faculdade, ele se desdobra e, separando-se de si em si mesmo, eleva-se acima de seus próprios movimentos, de seus instintos e de seus diferentes apetites, enquanto passageiros e particulares, o que lhe dá a possibilidade de compará-los entre si, como ele compara os objetos e os movimentos exteriores, e de tomar partido em favor de uns contra os outros, segundo o ideal (social) que se formou nele. Eis o despertar da consciência e do que chamamos vontade. Possui o homem realmente uma vontade livre? Sim e não, dependendo da maneira como se entenda. Se por vontade livre quer-se dizer livre-arbítrio, isto é, a faculdade presumida do indivíduo humano de se determinar espontaneamente, independentemente de qualquer influência exterior; se, como fizeram todas as religiões e todas as metafísicas, por esta pretensa vontade livre se quer arrancar o homem da corrente da causalidade universal que determina a existência de todas as coisas e que torna cada uma independente de todas as outras, não podemos agir de outro modo a não ser rejeitando-a como um não-senso, pois nada pode existir fora desta causalidade.

A ação e a reação incessante do todo sobre cada ponto e de cada ponto sobre o todo constituem, como já dissemos, a vida, a lei genérica e suprema e a totalidade dos mundos, que é sempre, e ao mesmo tempo, produtor e produto: eternamente ativo, toda-poderosa, esta solidariedade universal, esta mútua causalidade que chamaremos doravante natureza, criou, já dissemos, entre uma quantidade inumerável de outros mundos, nossa Terra, com toda a gama de seus seres, desde o mineral, até o homem. Ela os reproduz sempre, desenvolve-os, alimenta-os, conserva-os e, em seguida, quando chega seu fim, e com frequência até mesmo antes de que tenha chegado, os destrói, ou melhor, os transforma em seres novos. É, pois, a onipotência contra a qual não há independência nem autonomia possíveis, o ser supremo que abraça e penetra com sua ação irresistível toda a existência dos seres, e entre os seres vivos não há um único que não traga nele próprio, sem dúvida mais ou menos desenvolvido, o sentimento ou a sensação desta influência suprema e desta dependência absoluta. Bem, esta sensação e este sentimento constituem o fundamento de qualquer religião.

A religião, assim como se vê, assim como todas as coisas humanas, tem sua primeira fonte na vida animal. É impossível dizer que algum animal, exceto o homem, tenha uma religião; isto porque a religião mais grosseira

supõe ainda um certo grau de reflexão, ao qual nenhum animal, excetuando o homem, jamais se elevou. Mas é também impossível negar que na existência de todos os animais, sem nenhuma exceção, se encontram todos os elementos, por assim dizer materiais, constitutivos da religião, menos sem dúvida seu lado ideal, o mesmo que deve destruí-la, cedo ou tarde: o pensamento. Com efeito, qual é a essência real de qualquer religião? É precisamente este sentimento de absoluta dependência do indivíduo passageiro em relação à eterna e onipotente natureza.

É-nos difícil observar este sentimento e analisar todas as suas manifestações nos animais de espécies inferiores; entretanto, podemos dizer que o instinto de conservação, que pode ser encontrado até mesmo nas organizações relativamente mais pobres, sem dúvida a um grau menor do que nas organizações superiores, nada mais é do que um tipo de sabedoria costumeira que se forma em cada uma, sob a influência deste sentimento que não é outra coisa, segundo dissemos, senão o sentimento religioso. Nos animais dotados de uma organização mais completa e que se aproximam mais do homem, ele se manifesta de maneira muito mais sensível para nós, no medo instintivo e no pânico por exemplo, que deles se apodera algumas vezes com a aproximação de alguma catástrofe natural, tal como um terremoto, um incêndio florestal ou uma forte tempestade. E em geral, pode-se dizer que o medo é um dos sentimentos predominantes na vida animal. Todos os animais que vivem em liberdade são selvagens, o que prova que eles vivem num medo instintivo, incessante, que têm sempre o sentimento do perigo, isto é, o de uma influência toda-poderosa que os persegue, penetra e abraça sempre e em todos os lugares. Este temor, o temor a Deus, diriam os teólogos, é o começo da sabedoria, quer dizer, da religião. Mas entre os animais ela não se torna religião, visto que lhes falta esta força de reflexão que fixa o sentimento, determina seu objeto e o transforma em consciência, em pensamento. Teve-se razão em declarar que o homem é religioso por natureza; é como todos os outros animais, mas somente ele, sobre esta Terra, possui a consciência de sua religião.

A religião, foi dito, é o primeiro despertar da razão: sim, mas sob a forma da demência. A religião, como observamos há pouco, começa pelo temor. E, com efeito, o homem, ao despertar com os primeiros raios deste sol interior, que chamamos de consciência de si mesmo, e ao sair

lentamente, passo a passo, deste meio-sono magnético, desta existência totalmente instintiva que levava, quando se encontrava ainda em estado de pura inocência, quer dizer, em estado animal — tendo por sinal nascido como qualquer animal, no temor deste mundo exterior que o produz e o alimenta, é verdade, mas que, ao mesmo tempo, o oprime, o esmaga e ameaça engoli-lo a qualquer momento —, o homem teve necessariamente que sentir, como primeiro objeto de sua reflexão nascente, este temor. Pode-se presumir que no homem primitivo, no despertar de sua inteligência, este terror instintivo devia ser mais forte do que nos animais de todas as outras espécies; primeiramente porque nasce muito menos armado do que os outros, e porque sua infância dura muito mais tempo, em seguida porque esta mesma reflexão, há pouco formulada, ainda não tendo chegado a um grau suficiente de maturidade e de força para reconhecer e utilizar os objetos exteriores, teve que arrancar o homem da união, do entendimento, da harmonia instintiva nos quais, como primo do gorila, teve de se encontrar com o resto da natureza antes que o pensamento se revelasse nele. Assim, a reflexão o isolava no meio desta natureza, que, tornando-se para ele estranha, apareceu-lhe através do prisma de sua imaginação excitada e ampliada pelo próprio efeito desta reflexão que se iniciava, como uma sombria e misteriosa força, infinitamente mais hostil e mais ameaçadora do que é realmente.

É-nos excessivamente difícil, senão impossível, dar-mo-nos conta exata das primeiras sensações e imaginações religiosas do homem selvagem. Em seus detalhes, elas devem ter sido, sem dúvida alguma, tão diversas quanto foram as próprias naturezas das hordas primitivas que as experimentaram, assim como os climas, a natureza dos locais e todas as outras circunstâncias e determinações exteriores, no meio das quais se desenvolveram. Mas como, apesar de tudo, eram sensações e imaginações humanas, tiveram que, apesar desta grande diversidade de detalhes, se resumir em alguns simples pontos idênticos, de um caráter geral e que cuidaremos de fixar. Qualquer que seja a providência dos diferentes grupos humanos e da separação das raças humanas sobre o globo; que todos os homens tenham tido um único Adão-gorila ou primo de gorila como ancestral, ou que tenham saído de vários, que a natureza teria formado em diferentes pontos e em diferentes épocas, independentemente uns dos outros a faculdade que constitui propriamente e que a humanidade de todos os homens, a reflexão, a força de abstração, a razão, o

pensamento, numa palavra, a faculdade de formar ideias, permanecem, tanto quanto as leis que determinam a manifestação desta faculdade, em todos os tempos e em todos os lugares idênticos, em todos os lugares e sempre os mesmos, de forma que nenhum desenvolvimento humano poderia se fazer contrariamente a essas leis. Isto nos dá o direito de pensar que as principais fases observadas no primeiro desenvolvimento religioso de um único povo devem ter se reproduzido no de todas as outras populações da Terra.

A julgar pelos testemunhos unânimes dos viajantes, que desde o século passado visitaram as ilhas da Oceania, como dos testemunhos daqueles que, em nossos dias, penetraram interior da África, o Fetichismo deve ser a primeira religião, a de todos os povoamentos selvagens que menos se afastaram de seu estado natural. Mas o fetichismo não é outra coisa senão a religião do medo. É uma expressão humana desta sensação de dependência absoluta, misturada com terror instintivo que encontramos no fundo de qualquer vida animal e que, como já dissemos, constitui a relação religiosa dos indivíduos das espécies, mesmo as mais inferiores, com a onipotência da natureza.

Quem não conhece a influência que exercem e a impressão que produzem sobre todos os seres vivos, sem excetuar nem mesmo as plantas, os grandes fenômenos regulares da natureza, tais como a aurora e o crepúsculo, o luar, o retorno das estações, a sucessão do frio e do calor, a ação particular e constante do oceano, das montanhas, do deserto, ou ainda as catástrofes naturais, tais como as tempestades, os eclipses, os terremotos, assim como as relações tão variadas e mutuamente destrutivas das espécies animais entre elas e com as espécies vegetais. Tudo isto constitui para cada animal um conjunto de condições de existência, um caráter, uma natureza. E estaríamos quase tentados a dizer, constitui um culto particular, pois em todos os animais, em todos os seres vivos, encontrareis um tipo de adoração da natureza, mesclada de temor e alegria, de esperança e inquietação, e que, enquanto sentimento, parece muito com a religião humana. A invocação e a reza também não deixam de existir para eles. Considerai o cão domesticado implorando um carinho, um olhar de seu dono; esta não é a imagem do homem ajoelhado diante de seu Deus? Este cão não projeta por sua imaginação e mesmo por um começo de reflexão que a experiência desenvolveu nele, a onipotência natural que o obseda sobre seu dono, assim como o fiel a projeta sobre Deus? Qual é,

pois, a diferença entre o sentimento religioso do homem e do cão? Não é sequer a reflexão, é o grau de reflexão, ou ainda, a capacidade de fixá-la e concebê-la como um pensamento abstrato, generalizá-la designando-a --- a palavra humana tem de particular o fato de que, quando incapaz de designar as coisas reais que agem imediatamente sobre nossos sentidos, só exprime a noção ou a generalidade abstrata. E como a palavra e o pensamento são as duas formas distintas mais inseparáveis de um único e mesmo ato de reflexão humana, esta última, ao fixar o objeto do terror e da adoração animais ou do primeiro culto natural do homem, universalizando-o, transforma-o em ser abstrato e procura designá-lo por um nome. O objeto realmente adorado por tal ou qual indivíduo permanece sempre o que se segue: esta pedra, este pedaço de pau, não outro qualquer; mas no momento em que foi designado pela palavra, torna-se um objeto ou uma noção abstrata, um pedaço de pau ou uma pedra, em geral. É assim que, com o primeiro despertar do pensamento, manifestado pela palavra, o mundo exclusivamente humano, o mundo das abstrações começa.

Graças a esta faculdade de abstração, como já dissemos, o homem, nascido na natureza, produzido por ela, cria para si, no meio e nas próprias condições desta natureza, uma segunda existência, de acordo com seu ideal e, como ele, progressiva.

Tudo o que vive, acrescentamos para melhor nos explicar, tende a se realizar na plenitude de seu ser. O homem, ser vivo e pensante simultaneamente, para se realizar, deve inicialmente se conhecer. É a causa do imenso atraso que observamos em seu desenvolvimento e que faz com que, para chegar ao atual estado da sociedade nos países mais civilizados -- estado ainda tão pouco conforme ao ideal ao qual tendemos hoje --- foilhe necessário empregar várias centenas de séculos. Dir-se-ia que, na procura de si mesmo, através de todas as suas peregrinações fisiológicas assim como histórias, o homem teve que esgotar todas as asneiras e todas as infelicidades possíveis, antes de ter podido realizar o pouco de razão e de justiça que reina hoje no mundo. O último termo, o objetivo supremo de todo o desenvolvimento humano é a liberdade. J.J. Rousseau e seus discípulos erraram em tê-la procurado no começo da história, quando o homem ainda se encontrava privado de qualquer consciência de si próprio e, conseqüentemente, incapaz de formar algum contrato que fosse, sofria plenamente o jugo desta fatalidade da vida natural, à qual encontram-se

subjugados todos animais, e da qual o homem só pode se emancipar, num certo sentido, pelo uso consecutivo de sua razão que, desenvolvendo-se com uma lentidão, é verdade, através de toda a história, reconhecia pouco a pouco as leis que regem o mundo exterior, assim como aquelas que são inerentes à nossa própria natureza, apropriava-se delas, por assim dizer, transformando-as em ideias — criações quase espontâneas de nosso próprio cérebro — e fazia com que, ainda que continuando a obedecer a estas leis, o homem obedecesse apenas a seus próprios pensamentos. Para o homem, em relação à natureza, é a única dignidade e toda a liberdade possível. Jamais haverá outra; isto porque as leis naturais são imutáveis, fatais; são a própria base de qualquer existência e constituem nosso ser, de modo que ninguém poderia se revoltar contra elas sem chegar imediatamente ao absurdo e sem suicidar-se, com toda a certeza. Mas, reconhecendo-as e apropriando-se delas pelo espírito, o homem se eleva acima da obsessão imediata do mundo exterior, em seguida, tornando-se criador por sua vez, obedecendo doravante apenas às suas próprias ideias, transforma este último, mais ou menos segundo suas necessidades progressivas e lhe infunde, de certa forma, a imagem de sua humanidade.

Assim, o que chamamos mundo humano não possui outro criador imediato além do homem que o produz, conquistando passo a passo, sobre o mundo exterior e sobre sua própria bestialidade, sua liberdade e sua dignidade humana. Conquistou-as, empurrado por uma força independente dele, irresistível, e que é igualmente inerente a todos os seres vivos. Esta força é a corrente universal da vida, aquela mesma que denominamos de causalidade universal, natureza, e que se traduz em todos os seres vivos, plantas ou animais, pela tendência a realizar, cada um, por si mesmo, as condições vitais de sua espécie, quer dizer, a satisfazer suas necessidades. Esta tendência, manifestação essencial e suprema da vida, constitui a própria base do que chamamos vontade: fatal e irresistível em todos os animais, sem excetuar o homem mais civilizado; instintivo, poder-se-ia quase dizer mecânico, nas organizações inferiores; mais inteligente nas espécies superiores, ela só chega a uma plena concepção dela mesma no homem, que, graças a sua inteligência (que se eleva acima de cada um de seus movimentos instintivos e lhe permite comparar, criticar e ordenar suas próprias necessidades), é o único ente todos os animais desta terra a possuir a determinação refletida de si mesmo, uma vontade livre.

Evidentemente, esta liberdade da vontade humana em presença da corrente universal da vida ou desta causalidade absoluta, de onde cada querer particular nada mais é, por assim dizer, que um riacho, não tem aqui outro sentido senão aquele que lhe dá a reflexão, enquanto oposta à execução mecânica ou mesmo ao instinto. O homem discerne e compreende as necessidades naturais que, refletindo-se em seu cérebro, renascem nele por um processo fisiológico reativo, ainda pouco conhecido, como uma sucessão lógica de pensamentos próprios; e esta compreensão no meio de sua absoluta dependência nunca interrompida, dá-lhe o sentimento da própria determinação, da vontade refletida espontânea e da liberdade. A não ser por um suicídio, parcial ou total, nenhum homem jamais conseguirá se libertar de seus apetites naturais, mas poderá regulá-los e modificá-los, esforçando-se em conformá-los cada vez mais para que, nas diferentes épocas de seu desenvolvimento intelectual e moral, invoque o justo e o belo.

No fundo, os pontos cardeais da existência humana mais refinada e da existência animal menos desperta são e permanecerão sempre idênticos: nascer, desenvolve-se e crescer, trabalhar para comer e beber, para se abrigar e se defender, manter sua existência individual no equilíbrio social de sua própria espécie, amar, reproduzir-se, em seguida morrer. A estes pontos acrescenta-se, para o homem, um novo: pensar e conhecer (faculdade e necessidade que já se encontram, sem dúvida, em grau inferior, mas já bastante sensível nas espécies animais, que, por sua organização, são as mais próximas do homem, pois parece que na natureza não há diferenças qualitativas absolutas, e que todas as diferenças de qualidade se reduzem em última análise a diferenças de quantidade) que, no homem, chegam a uma potência de tal forma imperativa e predominante que eles transformam, com o tempo, toda sua vida. Como observou muito bem um dos maiores pensadores de nossa época, Ludwig Feuerbach, o homem faz tudo o que os animais fazem, com a diferença de que ele deve fazer cada vez mais humanamente. Eis toda a diferença, mas ela é enorme<sup>8</sup>. Contém toda a civilização, com todas as maravilhas da indústria, da ciência, das artes; com todos os desenvolvimentos religiosos, estéticos, filosóficos, políticos, econômicos e sociais da humanidade, numa palavra, todo o mundo da história. O homem cria este mundo histórico pela força de uma atividade que encontrareis em todos os seres vivos, que constitui o próprio fundamento de qualquer vida orgânica e que

tende a assimilar e a transformar o mundo exterior segundo as necessidades de cada um, atividade, conseqüentemente, instintiva e fatal, anterior a qualquer pensamento, mas que, iluminada pela razão do homem e determinada por sua vontade refletida, transforma-se nele e para ele em trabalho inteligente e livre.

É unicamente pelo pensamento que o homem chega à consciência de sua liberdade neste meio natural do qual é o produto; mas é somente pelo trabalho que a realiza. Nós observamos que a atividade, que constitui o trabalho, isto é, a obra tão lenta da transformação da superfície de nosso globo pela força física de cada ser vivo, de acordo com as necessidades de cada um, encontra-se mais ou menos desenvolvida em todos os graus da vida orgânica. Mas ela só começa a constituir o trabalho propriamente humano quando, dirigida pela inteligência do homem e por sua vontade refletida, serve à satisfação não somente das necessidades fixas e fatalmente circunscritas da vida exclusivamente animal, mas ainda daquelas do ser pensante, que conquista sua humanidade ao afirmar e realizar sua liberdade no mundo.

A conclusão desta imensa tarefa, infinita, não é somente uma obra de desenvolvimento intelectual e moral, é ao mesmo tempo uma obra de emancipação material. O homem só se torna realmente homem, só conquista a possibilidade de seu desenvolvimento e de seu aperfeiçoamento interior sob a condição de ter rompido, em certa medida pelo menos, as correntes da escravidão que a natureza fez pesar sobre todos os seus filhos. Estas correntes são a fome, as privações de toda espécie, a dor, a influência dos climas, das estações e, em geral, as mil condições da vida animal que mantêm o ser humano numa dependência quase absoluta em relação ao meio que o cerca; os perigos permanentes que, na forma de fenômenos naturais, o ameaçam e o oprimem em todos os lugares: este temor perpétuo que constitui o fundamento de qualquer existência animal e que domina o indivíduo natural e selvagem ao ponto de ele não encontrar nada em si próprio que lhe possa resistir e combatê-la... numa palavra, não falta nenhum dos elementos da escravidão mais absoluta. O primeiro passo que o homem dá para se emancipar desta escravidão consiste, como já dissemos, neste ato abstrativo da inteligência que, elevando-se dentro de si mesmo, acima das coisas que o cercam, permite-lhe estudar suas relações e leis. Mas o segundo passo é um ato necessariamente material, determinado pela vontade e dirigido pelo

conhecimento mais ou menos aprofundado do mundo exterior: é a aplicação da força muscular do homem à transformação deste mundo segundo suas necessidades progressivas. Esta luta do homem, inteligente, trabalhador, contra a mãe natureza, não é uma revolta contra ela, nem contra nenhuma de suas leis. Serve-se do conhecimento que adquiriu somente para se fortalecer e se prevenir apenas contra as invasões brutais e contra as catástrofes acidentais, assim como contra os fenômenos periódicos e regulares do mundo físico. São precisamente o conhecimento e a observação mais respeitosa das leis da natureza que o tornam capaz de controlá-la, fazê-la servir a seus propósitos e poder transformar a superfície do globo num meio cada vez mais favorável ao desenvolvimento da humanidade.

Esta faculdade de abstração, fonte de todos os nossos conhecimentos e de todas as nossas ideias, é também, como se vê, a única causa de toda a emancipação humana. Mas o primeiro despertar desta faculdade, que outra não é senão a razão, não produz imediatamente a liberdade. Quando ela começa a agir no homem, desprendendo-se lentamente das fraldas de sua instintividade animal, manifesta-se inicialmente não sob a forma de uma reflexão raciocinada, tendo consciência de sua própria atividade, mas sob a de uma reflexão imaginativa ou de desatino e, como tal, só liberta gradualmente o homem da escravidão natural que o obseda em sua infância para rejeitá-lo logo em seguida sob o peso de uma escravidão, mil vezes mais dura e ainda mais terrível, sob o peso da religião.

É a reflexão imaginativa do homem que transforma o culto natural do qual encontramos os elementos e os vestígios em todos os animais em culto humano, sob a forma elementar do fetichismo. Mostramos os animais adorando instintivamente os grandes fenômenos da natureza, que, realmente, exercem sobre sua existência uma influência imediata e poderosa, mas nunca ouvimos falar de animais que adoram um inofensivo pedaço de pau, um farrapo, um osso ou uma pedra, enquanto encontramos este culto na religião primitiva dos selvagens e até no catolicismo. Como explicar esta anomalia, tão estranha em sua aparência, e que, sob o aspecto do bom senso e do sentimento da realidade das coisas, apresenta-nos o homem como bem inferior aos mais modestos animais?

Este absurdo é o produto da reflexão imaginativa do homem selvagem. Ele não sente somente a onipotência da natureza como os outros animais,

faz dela o objeto de sua constante reflexão, fixa-a e a generaliza dando-lhe um nome qualquer, faz dela o centro em torno do qual agrupam-se todas as suas imaginações infantis. Ainda incapaz de abraçar, por seu próprio pensamento, o universo, mesmo o globo terrestre, até mesmo o meio tão restrito no seio do qual nasceu e vive, procura em todas as partes onde possa residir esta onipotência, cujo sentimento, doravante refletido e fixado, o obseda, e por um jogo, por uma observação de sua fantasia ignorante, que nos seria difícil explicar hoje, fixa-a a este pedaço de pau, a este farrapo, a esta pedra. É o puro fetichismo, a mais religiosa, isto é, a mais absurda de todas as religiões. Depois, e frequentemente com o fetichismo, vem o culto dos feiticeiros. É um culto, senão muito mais racional, pelo menos mais natural e que nos surpreenderá menos que o puro fetichismo porque estamos a ele habituados, estando ainda hoje cercados de feiticeiros: os espíritas, os médiuns, os clarividentes com seus magnetizadores, os padres da Igreja católica romana tanto quanto os da Igreja oriental grega, que imaginam ter o poder de forçar o bom Deus, com a ajuda de algumas fórmulas misteriosas, a descer sobre a água ou até mesmo a se transformar em pão e em vinho; todos estes forçadores da divindade submissa a seus encantamentos não são também feiticeiros? É verdade que sua divindade, emanada de um desenvolvimento de vários milênios, é muito mais complicada do que a da feitiçaria primitiva, que tem inicialmente por objeto sua imaginação já fixa, mas ainda indeterminada, da onipotência, sem nenhum outro atributo, seja intelectual ou moral. A distinção do bem e do mal, do justo ou do injusto, é para ela ainda desconhecida; não se sabe o que ama, o que detesta, o que quer e o que não quer; não é boa nem má, ela é somente a onipotência. Todavia, o caráter divino já começa a se esboçar; é egoísta e vaidosa, ama os cumprimentos, as genuflexões, a humilhação e a imolação dos homens, sua adoração e seus sacrifícios e persegue e pune cruelmente aqueles que não querem se submeter a ela: os rebeldes, os orgulhosos, os ímpios. É, como se sabe, o fundamento principal da natureza divina em todos os deuses, antigos e presentes, criados pelo desatino humano. Houve alguma vez no mundo um ser mais cruelmente invejoso, vaidoso, egoísta, sanguinário que o Jeová dos judeus, ou Deus, o pai dos cristãos? No culto da feitiçaria primitiva, a divindade ou esta onipotência indeterminada aparece inicialmente como inseparável da pessoa do feiticeiro: ele próprio é Deus, como o fetiche. Mas com o tempo, o papel de homem

sobrenatural, de homem-Deus para um homem real (sobretudo para um selvagem que, não possuindo ainda nenhum meio de se abrigar da curiosidade indiscreta de seus fiéis, permanece da manhã à noite exposto a suas investigações), torna-se impossível. O bom senso, o espírito prático de um povo selvagem, que continua a se desenvolver paralelamente à sua imaginação religiosa, acaba finalmente por lhe demonstrar a impossibilidade de que um homem, acessível a todas as fraquezas e enfermidades humanas, seja um Deus. O feiticeiro permanece para ela um ser sobrenatural, mas somente por um instante, quando está possuído. Mas possuído por quem? Pela onipotência, por Deus... Assim, a divindade encontra-se ordinariamente fora do feiticeiro. Onde procurá-la? O fetiche, o Deus-coisa está ultrapassado; o feiticeiro, o homem-Deus, também o está. Todas estas transformações, nos tempos primitivos, puderam ocupar séculos. O homem selvagem já avançado, desenvolvido e rico da experiência e da tradição de vários séculos, procura então a divindade bem longe dele, mas sempre ainda em seres realmente existentes: no Sol, na Lua, nos astros. O pensamento religioso começa já a abarcar o universo.

O homem, como já dissemos, só pôde chegar a esse ponto depois de muitos séculos. Sua faculdade abstrativa, sua razão já se desenvolveu, fortaleceu, experimentou pelo conhecimento prático coisas que o cercam, pela observação de suas relações ou de sua causalidade mútua, enquanto o retorno regular de certos fenômenos lhe deu a primeira noção de algumas leis naturais; começa a se inquietar pelo conjunto dos fenômenos e de suas causas; procura-os. Ao mesmo tempo, começa a se conhecer, e, sempre graças a esta força de abstração que lhe permite elevar-se nele mesmo, pelo pensamento, acima dele próprio e de se colocar como objeto de sua reflexão, começa a separar seu ser material e vivo de seu ser pensante, seu exterior de seu interior, seu corpo de sua alma. Mas uma vez adquirida e fixada esta distinção por ele, transfere-a naturalmente, necessariamente a seu Deus, começa a procurar a alma invisível deste aparente universo. Assim deve ter nascido o panteísmo religioso dos indianos.

Devemos nos deter neste ponto, pois é aqui que começa propriamente a religião, na plena acepção desta palavra, e com ela a teologia e a metafísica. Até aí, a imaginação religiosa do homem, obsedada pela representação fixa da onipotência, procedeu naturalmente, procurando a causa e a fonte desta onipotência pela via da investigação experimental, inicialmente nos objetos mais próximos, nos fetiches, em seguida nos

feiticeiros, mais tarde ainda nos grandes fenômenos da natureza e, finalmente, nos astros, mas fixando-a sempre a algum objeto real e visível, por mais afastado que esteja. Agora ele supõe a existência de um Deus espiritual, extramundano, invisível. Por outro lado, até aqui, seus deuses foram seres restritos e particulares, entre muitos outros seres não divinos, não dotados da onipotência, mas realmente não menos existentes. Agora apresenta pela primeira vez uma divindade universal: o Ser dos Seres, substância e criador de todos estes Seres restritos e particulares, a alma universal de todo o universo, o Grande-Todo. Eis portanto o verdadeiro Deus que começa, e com ele, a verdadeira religião.

Devemos examinar agora o procedimento pelo qual o homem chegou a este resultado, a fim de reconhecer, em sua própria origem histórica, a verdadeira natureza da divindade.

Toda questão se reduz a esta: como nascem no homem a representação do universo e a ideia de sua unidade? Inicialmente, começemos por dizê-lo, a representação do universo para o animal não pode existir pois não é um objeto que se dê imediatamente pelos sentidos, como todos os objetos reais, grandes ou pequenos, que, de perto ou de longe, o cercam; é um ser abstrato e que, conseqüentemente só pode existir pela faculdade de abstração, quer dizer, somente para o homem. O homem se vê cercado de objetos exteriores; ele próprio, enquanto corpo vivo, é um deles para seu próprio pensamento. Todos estes objetos, que aprende sucessiva e lentamente a conhecer, encontram-se entre eles em relações mútuas, regulares, que ele reconhece também mais ou menos; e, entretanto, apesar destas relações que os avizinham sem uni-los nem confundi-los num único, estes objetos permanecem fora um do outro. O mundo exterior não apresenta, pois, ao homem nada mais do que uma variedade inumerável de objetos, de ações e de relações separadas e distintas, sem a mínima aparência de unidade; é uma justaposição indefinida, não é um conjunto. De onde vem o conjunto? Mora no coração do homem. A inteligência do homem é dotada desta faculdade de abstração que lhe permite, após ter percorrido lentamente e examinado separadamente um após outro, uma quantidade de objetos, de abarcá-los num piscar de olhos por uma única representação de uni-los num único e mesmo pensamento. É pois o pensamento do homem que cria a unidade e que a transfere para a variedade do mundo exterior.

Segue-se daí que esta unidade é um ser, não concreto e real, mas abstrato, produzido unicamente pela faculdade de abstração do homem. Digamos: faculdade abstrativa porque para unir tantos objetos diferentes numa única representação, nosso pensamento deve fazer abstração de tudo o que constitui sua diferença, quer dizer, sua existência separada e real, e guardar apenas o que têm de comum, de onde resulta que, quanto mais uma unidade pensada por nós abarca objetos, mais ela se eleva e quanto mais retém em comum, o que constitui sua determinação positiva, seu conteúdo, se ratifica, mais se torna abstrata e desprovida de realidade. A vida, com todas suas exuberâncias e magnificências passageiras, está embaixo, na variedade; a morte, com sua monotonia eterna e sublime, está em cima, na unidade. Subi cada vez mais alto, por esta mesma força de abstração, ultrapassai o mundo terrestre, abarcaí num mesmo pensamento o mundo solar, imaginai esta sublime unidade: o que vos restará para preenchê-la? O selvagem teria ficado muito embaraçado para responder esta pergunta! Mas responderemos por ele: restará a matéria com o que chamamos de força de abstração, a matéria móvel com seus diversos fenômenos, tais como a luz, o calor, a eletricidade e o magnetismo, que são, como se pode hoje prová-lo, as diferentes manifestações de uma única e mesma coisa. Mas se pela força desta faculdade de abstração, que não para diante de nenhum limite, subirdes ainda mais alto, acima de vosso sistema solar, e reunireis em vosso pensamento não somente estes milhões de sóis que vemos brilhar no firmamento, mas ainda uma infinidade de outros sistemas solares que não vemos e que nunca veremos, mas dos quais supomos a existência, pois nosso pensamento, pelo mesmo fato de não conhecer limites à sua ação abstrativa, recusa-se a crer que o universo, quer dizer, a totalidade de todos os mundos existentes possa ter um limite ou um fim; em seguida, fazendo abstração, sempre por nosso pensamento, da existência particular de cada um destes mundos existentes, se procurais vos representar a unidade deste universo infinito, o que vos restará para determiná-la e preenchê-la? Uma única palavra, uma única abstração: o *Ser indeterminado*, isto é, a imobilidade, o vazio, o nada absoluto — Deus.

Deus, conseqüentemente, é a abstração absoluta, é o próprio produto do pensamento humano que, como força abstrativa, tendo ultrapassado todos os seres conhecidos, todos os mundos existentes e tendo se libertado, por isso mesmo, de todo conteúdo real, tendo chegado a não ser nada mais do que o mundo absoluto, posiciona-se diante dela própria, sem .se

reconhecer, todavia, nesta sublime nudez como o Ser único e supremo. Poder-se-á objetar que após termos afirmado, em nossas páginas precedentes, a unidade real do universo, e após tê-lo definido como a solidariedade ou a causalidade universal, como a única onipotência regendo todas as coisas, sentida mais ou menos por todos os seres vivos, damos agora a aparência de querer negá-la. Mas não a negamos absolutamente, somente acreditamos que entre esta unidade real universal e a unidade ideal procurada e criada por via de abstração, pela metafísica tanto religiosa quanto filosófica, nada há de comum. Definimos a primeira como a soma indefinida dos seres, ou melhor, como a soma das transformações incessantes de todos os seres reais, ou a de suas ações e de suas reações perpétuas, que, combinando-se num único movimento, constituem, como dissemos, o que se chama solidariedade ou causalidade universal, e acrescentamos que entendemos esta solidariedade não como uma causa absoluta e primeira, mas bem ao contrário, como uma resultante, sempre produzida e reproduzida pela ação simultânea de todas as causas particulares, ação que constitui precisamente a causalidade universal, sempre criadora e sempre criada. Após tê-la assim determinado, acreditamos poder dizer, sem temer doravante nenhum mal-entendido, que esta causalidade universal cria os mundos, e ainda que tenhamos tido o cuidado de acrescentar que ela o faz, sem que possa existir de sua parte nenhum pensamento ou vontade anterior, nenhum plano, nenhuma premeditação ou predeterminação possível (ela mesma não tendo fora de sua realização incessante nenhuma existência, nem anterior nem separada, e nada mais sendo que uma resultante absoluta), reconhecemos agora que esta expressão não é nem feliz, nem exata e que, apesar de todas as explicações acrescentadas, pode ainda dar lugar a mal-entendidos, de tanto que estamos habituados a ligar a esta palavra criação a ideia de um criador consciente dele próprio e separado de sua obra. Deveríamos ter dito que cada mundo, cada ser, inconsciente e involuntariamente, se produz, nasce, se desenvolve, vive e morre, transformando-se num ser novo, no meio e sob a influência toda poderosa, absoluta, da solidariedade universal, e diremos ainda, para melhor precisar nosso pensamento, que a unidade real do universo nada mais é do que a solidariedade e a infinidade absolutas de suas reais transformações, pois a transformação incessante de cada ser particular constitui a verdadeira, a única realidade de cada um, todo o

universo não sendo outra coisa que uma história sem limites, sem começo e sem fim.

Seus detalhes são infinitos. Jamais será dado ao homem conhecer além de uma parte infinitamente pequena. Nosso céu estrelado, com sua quantidade inumerável de sóis, forma apenas um ponto imperceptível na imensidão do espaço, e ainda que o abarcássemos com o olhar, não saberíamos quase nada dele. Somos forçados a nos contentar em conhecer um pouco nosso sistema solar, do qual devemos presumir a perfeita harmonia com o resto do universo, pois, se esta harmonia não existisse, deveria se estabelecer ou então nosso mundo solar pereceria. Já conhecemos muito bem este último sob o aspecto da alta mecânica e começamos a reconhecê-lo um pouco sob o aspecto físico, químico e mesmo geológico. Nossa ciência dificilmente irá muito além: se quisermos um conhecimento mais concreto, deveremos nos ater ao nosso globo terrestre. Sabemos que ele nasceu outrora e presumimos que, não sabemos em quantos séculos, estará condenado a perecer, como nasce e perece, ou melhor, se transforma tudo que existe.

De que maneira nosso globo terrestre, inicialmente matéria ardente e gasosa, infinitamente mais leve que o ar, se condensou, se esfriou, se formou? Por que série imensa de evoluções geológicas deve ter passado, antes de poder produzir em sua superfície toda esta riqueza infinita da vida orgânica, desde a primeira e mais simples célula até o homem? Como se transformou e continua a se desenvolver no mundo histórico e social do homem? Qual é o objetivo rumo ao qual caminhamos, levados por esta lei suprema e fatal de transformação incessante?

Eis as únicas questões que nos são acessíveis, as únicas que podem e devem ser realmente abarcadas, estudadas em detalhe e resolvidas pelo homem. Formando apenas, como dissemos, um ponto imperceptível na questão ilimitada e indefinível do universo, elas oferecem, em todo o caso, ao nosso espírito, um mundo realmente infinito, não no sentido divino, isto é, no sentido abstrato desta palavra, não como o ser supremo, criado pela abstração religiosa; infinito, ao contrário, pela riqueza de seus detalhes, que nenhuma observação e nenhuma ciência jamais poderão esgotar.

E para conhecer este mundo, nosso mundo infinito, somente a abstração não é suficiente. Ela nos conduziria de novo a Deus, ao Ser supremo, ao nada. É preciso, ainda que aplicando esta faculdade de abstração, sem a

qual jamais poderíamos nos elevar de uma ordem de coisas inferior a uma ordem de coisas superior, nem conseqüentemente compreender a hierarquia natural dos seres; é preciso, dizemos, que nosso espírito mergulhe com respeito e amor no estudo minucioso dos detalhes e do infinitamente pequeno, sem os quais jamais conceberemos a realidade viva dos seres. É somente unindo estas duas faculdades, estas duas tendências em aparência tão contrária, a abstração e a análise atenta, escrupulosa e paciente de todos os detalhes, que poderemos nos elevar à concepção real de nosso mundo, não exterior mas interiormente infinito, e formar uma ideia um pouco suficiente de nosso universo, de nosso globo terrestre, ou, se quiserdes também, de nosso sistema solar. É evidente que se nosso sentimento e nossa imaginação podem nos dar uma imagem, uma representação necessariamente mais ou menos falta deste mundo, se eles podem até mesmo, Dor um tipo de adivinhação intuitiva, nos fazer pressentir uma sombra, uma aparência longínqua da verdade, é somente a ciência que poderá nos dar a verdade pura e inteira.

Qual é, pois, esta curiosidade imperiosa que leva o homem a reconhecer o mundo que o cerca, a perseguir com uma infatigável paixão os segredos desta natureza, da qual ele próprio é, sobre esta terra, o último e o mais completo resultado? Esta curiosidade é um simples luxo, um agradável passatempo, ou uma das principais necessidades inerentes a seu ser? Não hesitamos em dizer que de todas as necessidades que constituem sua própria natureza, é a mais humana, e que ele só se torna realmente homem, só se distingue efetivamente de todos os animais das outras espécies por esta inextinguível necessidade de saber. Para se realizar na plenitude de seu ser, já dissemos, o homem deve se reconhecer, e nunca se reconhecerá realmente enquanto não tiver reconhecido a natureza que o envolve e da qual é o produto. A não ser que renuncie à sua humanidade, o homem deve saber, deve penetrar, por seu pensamento, todo o mundo visível e, sem esperança de poder atingir seu fundamento, aprofundar cada vez mais a coordenação e as leis, pois nossa humanidade só existe a este preço. É preciso que ele reconheça todas as regiões inferiores, anteriores e contemporâneas a ele, todas as evoluções mecânicas, físicas, químicas, geológicas, orgânicas, sobre todos os graus de desenvolvimento da vida vegetal e animal, quer dizer, todas as causas e condições de seu próprio nascimento e de sua existência a fim de que possa compreender sua própria natureza e sua missão sobre esta terra, sua pátria e teatro únicos, a

fim de que neste mundo da fatalidade cega possa fundar o reino da liberdade.

Tal é a tarefa do homem: é inesgotável, é infinita e bem suficiente para satisfazer os espíritos e os corações mais ambiciosos. Ser instantâneo e imperceptível no meio do oceano sem margens da transformação universal, com uma eternidade ignorada atrás dele e uma eternidade desconhecida diante dele, o homem pensante, o homem ativo, o homem consciente de sua missão humana permanece orgulhoso e calmo no sentimento de sua liberdade que ele próprio conquista, iluminando, ajudando, emancipando, revoltando se necessário, o mundo em torno dele. Eis seu consolo, sua recompensa e seu único paraíso. Se vós perguntais depois disso seu pensamento íntimo e sua última palavra sobre a unidade real do universo, ele vos dirá que é a eterna e universal transformação, um movimento sem começo, sem limites e sem fim. É, pois, o contrário absoluto de qualquer Providência, a negação de Deus, Em todas as religiões que dividem o mundo para si e que possuem uma teologia um pouco desenvolvida — menos o budismo, entretanto, cuja estranha doutrina, por sinal perfeitamente incompreendida pelas centenas de milhões de seus adeptos, estabelece uma religião sem Deus —, em todos os sistemas de metafísica, Deus nos aparece antes de tudo como um ser supremo, eternamente preexistindo e predeterminante, contendo nele próprio, sendo ele próprio o pensamento e a vontade geradoras de qualquer existência e anteriores a qualquer existência: fonte e causa eterna de qualquer criação, imutável e sempre igual a ele próprio no movimento universal dos mundos criados. Este Deus, já vimos anteriormente, não se encontra no universo real, pelo menos nesta parte do universo que o homem pode alcançar. Assim, não tendo podido encontrá-lo fora dele mesmo, o homem teve que encontrá-lo nele próprio. Como o procurou? Fazendo abstração de todas as coisas vivas e reais, de todos os mundos visíveis, conhecidos. Mas vimos que ao fim desta viagem estéril, a faculdade ou a ação abstrativa do homem não encontra mais do que um único objeto, ela própria, mas liberta de quaisquer conteúdo e privada de qualquer movimento, por falta de alguma coisa a ultrapassar, ela própria como abstração, como ser absolutamente imóvel e absolutamente vazio. Diríamos o Nada absoluto, mas a fantasia religiosa diz: o Ser supremo, Deus.

De resto, como já observamos, ela é induzida a fazê-lo tomando o exemplo da diferença ou mesmo da oposição que a reflexão, já desenvolvida a este ponto, começa a estabelecer entre o homem exterior (seu corpo) e seu mundo interior (compreendendo seu pensamento e sua vontade): a alma humana. Ignorando naturalmente que esta última nada mais é do que o produto e a última expressão sempre renovada, reproduzida do organismo humano, vendo, ao contrário, que na vida quotidiana o corpo parece sempre obedecer às sugestões do pensamento e da vontade; supondo, por consequência, que a alma é, senão a criadora, pelo menos sempre a mestra do corpo ao qual não restaria outra missão além daquela de servi-la e de manifestá-la, o homem religioso, no momento que sua faculdade abstrativa chega, da maneira que acabamos de descrever, à concepção do ser universal e supremo, que não é outro, provamos anteriormente, que esta força de abstração colocando-se a si mesma como objeto, faz dela naturalmente a alma de todo o universo, Deus.

É assim que o verdadeiro Deus, o ser universal, eterno, imutável, criado pela dupla ação da imaginação religiosa e da faculdade abstrativa do homem, foi formado pela primeira vez na história. Mas no momento que foi assim conhecido e formado, o homem, esquecendo, ou melhor, ignorando sua própria ação intelectual que o tinha criado, e não se reconhecendo em sua própria criação, o *abstractum* universal, pôs-se a adorá-lo. Os papéis rapidamente mudaram: o criado tornou-se o pretense criador, e o verdadeiro criador, o homem, tomou seu lugar entre tantas outras criaturas miseráveis, como uma pobre criatura apenas um pouco privilegiada. Uma vez Deus formado, o desenvolvimento sucessivo e progressivo das diferentes teologias se explica naturalmente como o reflexo do desenvolvimento da humanidade na história. No momento em que a ideia de um ser extraordinário e supremo apoderou-se da imaginação do homem e se estabeleceu em sua convicção religiosa, ao ponto que a realidade deste ser lhe parece mais certa do que a das coisas reais que ele vê e toca com seus dedos, torna-se natural, necessário, que esta ideia se torne o principal fundamento de toda a existência humana, que a modifique, a penetre e a domine exclusivamente e de maneira absoluta. O ser supremo aparece logo em seguida como o senhor supremo, como o pensamento, a vontade, a fonte, como o criador e o regulador de todas as coisas; nada mais poderia rivalizar com ele, e tudo deve, em sua presença,

desaparecer. A verdade de todas as coisas encontrando-se apenas nele próprio, e cada ser particular, por mais poderoso que pareça, inclusive o próprio homem, só podendo existir, doravante, por uma concessão divina, o que por sinal é perfeitamente lógico, pois de outra forma Deus não seria o ser supremo, todo-poderoso, absoluto, o que significa dizer que não existiria.

Desde então, por uma consequência natural, o homem atribui a Deus todas as qualidades, todas as forças, todas as virtudes que ele descobre sucessivamente, seja nele, seja fora dele próprio. Vimos que, posicionado como ser supremo e nada mais sendo, na realidade, que o *abstractum* absoluto, Deus é absolutamente vazio de qualquer determinação e conteúdo, vazio e nulo como o nada, e como tal, enche-se e enriquece-se de todas as realidades do mundo existente, do qual nada mais é do que a abstração, mas que aparece à fantasia religiosa como o Senhor e o Mestre, de onde resulta que Deus é o espoliador absoluto e une — sendo o antropomorfismo a própria essência de toda religião — o céu, morada dos Deuses imortais, nada mais é que um infeliz espelho que re torna ao homem crente sua própria imagem invertida e ampliada.

A ação da religião não consiste somente no fato de ela tomar da terra as riquezas e potências naturais e ao homem suas faculdades e suas virtudes, à medida que as descobre em seu desenvolvimento histórico, para transformá-los, no céu, em tantos atributos e seres divinos. Efetuando esta transformação, ela muda radicalmente a natureza destas forças e destas qualidades, falseia-as, corrompe-as, dando-lhes uma direção diametralmente oposta à sua direção primitiva.

É assim que a razão humana, o único órgão que possuímos para reconhecer a verdade, ao se tornar razão divina, faz-se incompreensível para nós e se impõe aos fiéis como a revelação do absurdo. É assim que o respeito ao céu se traduz em desprezo pela terra, e a adoração da divindade em denegrimto da humanidade. O amor humano, esta imensa solidariedade natural que, religando todos os indivíduos, todos os povos e tornando a felicidade e a liberdade de cada um dependentes da liberdade e da felicidade de todos os outros, deve, apesar de todas as diferenças de cores e de raças, uni-los cedo ou tarde numa fraternidade comum; este amor, transformado em amor divino e em caridade religiosa, torna-se imediatamente flagelo da humanidade: todo o sangue derramado em nome

da religião, desde o começo da história, milhões de vítimas humanas imoladas à maior glória dos deuses, provam isso. Enfim, a própria justiça, esta futura mãe da igualdade, uma vez transportada pela fantasia religiosa para as regiões celestiais e transformada em justiça divina, recaindo imediatamente após sobre a terra sob a forma teológica da graça, e abraçando sempre e em todos os lugares o partido dos mais fortes, só semeia entre os homens violências, privilégios, monopólios e todas as monstruosas desigualdades consagradas pelo direito histórico.

Não pretendemos negar a necessidade histórica da religião, nem afirmar que ela tenha sido um mal absoluto na história. Foi, e infelizmente permanece ainda hoje, para a imensa maioria da humanidade ignorante, um mal inevitável, como o são, no desenvolvimento de qualquer faculdade humana, as fraquezas, os erros. A religião, como dissemos, é o primeiro despertar da razão humana sob a forma da demência divina; é a primeira penumbra da verdade humana através do véu divino da mentira; a primeira manifestação da moral humana, da justiça e do direito através das iniquidades históricas da graça divina; é finalmente o aprendizado da liberdade sob o jugo humilhante e árduo da divindade, jugo que será preciso destruir a fim de conquistar seriamente a razão inteligente, a verdadeira verdade, a plena justiça e a liberdade real.

Pela religião, o homem animal, saindo da bestialidade, dá um primeiro passo rumo à humanidade; mas enquanto permanecer religioso, jamais atingirá seu objetivo, pois toda religião o condena ao absurdo e, alterando a direção de seus passos, faz com que procure o divino no lugar do humano. Pela religião, os povos, tão logo libertados da escravidão natural na qual permanecem mergulhadas todas as outras espécies animais, recaem logo em seguida na escravidão dos homens fortes e das castas privilegiadas pela divina eleição.

\* \* \*

Um dos principais atributos dos deuses imortais, como se sabe, é o de serem legisladores da sociedade humana, os fundadores do Estado. O homem, dizem aproximadamente todas as religiões, é incapaz de reconhecer o que é o bem e o mal, o justo ou o injusto. Assim, foi preciso que a própria divindade, de uma maneira ou de outra, descesse sobre a Terra para lho ensinar e para estabelecer na sociedade humana a ordem política e civil, de onde naturalmente resulta esta triunfante conclusão: que

todas as leis e todos os poderes estabelecidos, consagrados pelo céu, devem ser sempre, e apesar de tudo, cegamente obedecidos.

É muito cômodo para os governos, muito incômodo para os governados; e como fazemos parte destes últimos, temos todo o interesse em examinar mais de perto a validade desta antiga asserção que fez de todos nós escravos, a fim de encontrar o meio de nos libertarmos de seu jugo. A questão está para nós agora bastante simplificada: Deus não existindo, ou não sendo mais que uma criação de nossa faculdade abstrativa, unida em primeiras núpcias com o sentimento religioso que possuímos de nossa animalidade; Deus não sendo outra coisa senão um *abstractum* universal incapaz de movimento e de ação própria, o Nada absoluto imaginado como ser supremo e posto em movimento somente pela fantasia religiosa, absolutamente vazio de qualquer conteúdo e se enriquecendo de todas as realidades da Terra, devolvendo ao homem, sob uma forma desnaturada, corrompida, divina, somente o que lhe foi inicialmente roubado; Deus não pode ser nem bom nem perverso, nem justo nem injusto. Nada pode querer, nada pode estabelecer, pois na realidade não é nada, e só se torna o tudo pela credulidade religiosa. Por consequência, se esta última encontrou nele as ideias da justiça e do bem, foi ela própria quem deve tê-los cedido sem que soubesse; acreditando receber, ela dava. Mas para cedê-las a Deus o homem. devia possuí-las! Onde ele as encontrou? Necessariamente nele próprio. Mas tudo o que possui vem inicialmente de sua animalidade, seu espírito nada mais sendo que a explicação, a palavra de sua natureza animal. Assim, as ideias do justo e do bem devem ter, como todas as coisas humanas, sua raiz na própria animalidade do homem.

E com efeito, os elementos do que chamamos moral encontram-se já no mundo animal. Em todas as espécies animais, sem nenhuma exceção, somente com uma grande diferença de desenvolvimento, não vemos dois instintos opostos: o instinto de conservação do indivíduo e o de conservação da espécie ou, para falar humanamente, o instinto egoísta e o instinto social. Do ponto de vista da ciência, como da própria natureza, estes dois instintos são igualmente naturais e conseqüentemente legítimos, e, além do mais, igualmente necessários na economia natural dos seres, sendo o instinto individual uma condição fundamental da conservação da espécie, pois, se os indivíduos não se defendessem com energia contra todas as privações e contra todas as pressões exteriores que ameaçam incessantemente sua existência, sua própria espécie, que só vive neles e

por eles, no poderiam subsistir. Mas se se quisesse julgar estes dois movimentos tomando por base absoluta apenas o interesse exclusivo da espécie, dir-se-ia que o instinto social é bom e o instinto individual, e enquanto lhe é oposto, mau. Entre as formigas, entre as abelhas, é a virtude que predomina porque o instinto social parece, no caso delas, esmagar o instinto individual. É bem ao contrário entre os animais ferozes e, em geral, pode-se dizer que é habitualmente o egoísmo que triunfa no mundo animal. O instinto da espécie, ao contrário, só desperta por curtos intervalos e dura apenas o tempo necessário à procriação e à educação de uma família.

É diferente com o homem. Parece, e isto é uma das provas de sua grande superioridade sobre todas as outras espécies animais, que os dois instintos opostos, o egoísmo e a sociabilidade, são muito mais fortes e muito menos separáveis nele do que em todos os animais de espécies inferiores: é mais feroz em seu egoísmo do que os animais mais ferozes, e mais socialista que as abelhas e as formigas simultaneamente. A manifestação de uma grande força de egoísmo ou de individualidade num animal qualquer é uma prova indubitável de uma grande perfeição relativa de seu organismo, o sinal de uma inteligência superior. Cada espécie animal é constituída, como tal, por uma lei especial, isto é, por um procedimento de formação e de conservação que lhe é próprio e que a distingue de todas as outras espécies animais. Esta lei não tem existência própria fora dos indivíduos reais que pertencem à espécie que ela governa; ela possui realidade apenas neles mesmos, mas os governa de uma maneira absoluta e eles são seus escravos. Nas espécies totalmente inferiores manifesta-se mais como um procedimento da vida vegetal do que da vida animal, é-lhes quase completamente estranha, aparece quase como uma lei exterior à qual os indivíduos, tão logo determinados como tais, obedecem por assim dizer mecanicamente. Mas, quanto mais as espécies se desenvolvem, subindo por uma série progressiva até o homem, e quanto mais a lei genérica e especial que os governa se individualiza, e mais completamente se realiza e se exprime em cada indivíduo que adquire por isso mesmo um caráter mais determinado, uma fisionomia mais distinta, de forma que, continuando a obedecer a esta lei tão fatalmente quanto às outras, no momento em que se manifesta nele mais como seu próprio impulso individual, como uma necessidade mais interior do que exterior, ainda que esta necessidade interior seja sempre produzida

sem que ele duvide de si por uma infinidade de causas exteriores, o indivíduo se sente mais livre e mais autônomo, mais dotado de movimento espontâneo que os indivíduos das espécies inferiores. Ele começa a ter o sentimento de sua liberdade. Assim, podemos dizer que a natureza, por suas transformações progressivas, tende à emancipação, e que, já em seu seio, uma maior liberdade individual é um sinal indubitável de superioridade. O ser, comparativamente, o mais individual e o mais livre, sob o ponto de vista animal, é, sem contestação, o homem.

Dissemos que o homem não é somente o ser mais individual da terra, é também o mais social. Foi um grande erro da parte de J.J. Rousseau ter pensado que a sociedade primitiva tivesse sido estabelecida por um contrato livre, formado por selvagens. Mas J.J. Rousseau não é o único que o afirma. A maioria dos juristas e dos publicistas modernos, seja da escola de Kant, seja de qualquer outra escola individualista e liberal, e que não admitem nem a sociedade fundada sobre o direito divino dos teólogos, nem a sociedade determinada pela escola hegeliana como a realização mais ou menos mística da Moral objetiva, nem a sociedade primitivamente animal dos naturalistas, tomam *nolens volens*, e por falta de outro fundamento, o contrato tácito por ponto de partida. Um contrato tácito! Quer dizer, um contrato sem palavras e conseqüentemente sem pensamento e sem vontade, um revoltante não-senso! Uma absurda ficção e, mais ainda, uma perversa ficção! Uma indigna fraude, pois supõe que, ainda que eu não estivesse em estado de querer, nem de pensar, nem de falar (porque me deixei tosquiar sem protestar), pude consentir por mim mesmo, e por toda minha descendência, uma eterna escravidão!

As conseqüências do contrato social são funestas, porque resultam na absoluta dominação do Estado. E, entretanto, o princípio, tomado no ponto de partida, parece excessivamente liberal. Os indivíduos, antes de estabelecerem este contrato, estão supostamente gozando de uma absoluta liberdade, pois, segundo esta teoria, o homem natural, o homem selvagem é o único que é completamente livre. Já dissemos o que pensamos desta liberdade natural, que nada mais é do que a absoluta dependência do homem-gorila em relação à obsessão permanente do mundo exterior. Mas suponhamos que ele seja realmente livre em seu ponto de partida; por que então se constituiria em sociedade? Para assegurar, responde-se, sua segurança contra todas as invasões possíveis do mundo exterior, inclusive

de outros homens, associados ou não, mas que não pertenceriam a esta nova sociedade que se forma.

Eis, portanto, os homens primitivos, absolutamente livres, cada um em si e por si mesmo, e que só gozam desta liberdade ilimitada enquanto não se encontram, enquanto permanecem mergulhados cada um num isolamento individual absoluto. A liberdade de um não precisa da liberdade do outro; ao contrário, cada uma destas liberdades individuais bastando-se a si mesma, existindo por si mesma, a liberdade de cada um aparece necessariamente como a negação da liberdade de todos os outros, e todas estas liberdades, ao se encontrarem, devem se limitar e se reduzir mutuamente, se contradizer, se destruir... Para não se destruir até o fim, elas formam entre si um contrato explícito ou tácito, pelo qual abandonam uma parte delas próprias, a fim de assegurar o resto. Este contrato se torna o fundamento da sociedade, ou melhor, do Estado, pois é necessário observar que nesta teoria não há lugar para a sociedade, só existe o Estado, a sociedade é totalmente absorvida por ele.

A sociedade é o modo natural de existência da coletividade humana independentemente de qualquer contrato. Ela se governa pelos costumes ou por hábitos tradicionais, mas nunca por leis. Progride lentamente pelo impulso que lhe dão as iniciativas individuais e não pelo pensamento, nem pela vontade do legislador. Há algumas leis que a governam sem seu conhecimento, mas são leis naturais, inerentes ao corpo social, como as leis físicas são inerentes aos corpos materiais. A maioria destas leis permanecem até o presente desconhecidas, e contudo governaram a sociedade humana desde sua origem, independentemente do pensamento e da vontade dos homens que a compuseram, de onde resulta que não se deve confundi-las com as leis políticas e jurídicas que, no sistema que examinamos, proclamadas por um poder legislativo qualquer, supostamente são as deduções lógicas do primeiro contrato formado conscientemente pelos homens.

O Estado não é absolutamente um produto imediato da natureza; não precede, como a sociedade, o despertar do pensamento nos homens, e tentaremos mais tarde mostrar como a consciência religiosa o cria no meio da sociedade natural. Segundo os publicistas liberais, o primeiro Estado foi criado pela vontade livre e refletida dos homens; segundo os

absolutistas, é uma criação divina. Num e noutro caso, domina a sociedade e tende a absorvê-la completamente.

No segundo caso, esta absorção pode ser entendida por si mesma: uma instituição divina deve necessariamente devorar qualquer organização natural. O que é mais curioso é que a escola individualista, com seu contrato livre, desemboca no mesmo resultado. E, com efeito, esta escola começa por negar a própria existência de uma sociedade natural anterior ao contrato, visto que tal sociedade suporia relações naturais de indivíduos e, conseqüentemente, uma limitação recíproca de suas liberdades, que seria contrária à liberdade absoluta, da qual cada um, de acordo com esta teoria, é suposto gozar antes da conclusão do contrato, e que não seria nem mais nem menos do que este próprio contrato, existindo como um fato natural e anterior ao livre contrato. Assim, segundo este sistema, a sociedade humana só começa com a conclusão do contrato. Mas o que é então esta sociedade? É a pura e lógica realização do contrato com todas as suas disposições e conseqüências legislativas e práticas, é o Estado.

Examinemo-lo mais de perto. O que representa? A soma das negações das liberdades individuais de todos os seus membros; ou, ainda, a dos sacrifícios que todos os seus membros fazem renunciando a uma parte de sua liberdade em proveito do bem comum. Vimos que, segundo a teoria individualista, a liberdade de cada um é o limite ou então a negação natural da liberdade de todos os outros: bem, esta limitação absoluta, esta negação da liberdade de cada um em nome da liberdade de todos ou do direito comum é o Estado. Assim, lá onde começa o Estado, a liberdade individual cessa e vice-versa.

Responder-se-á que o Estado, representante do bem público ou do interesse comum de todos, retira uma parte da liberdade de cada um somente para assegurar-lhe todo o resto. Mas este resto é a segurança, se quiserdes, mas não é jamais a liberdade. A liberdade é indivisível: não se pode retirar uma parte dela sem matá-la por inteiro. Esta pequena parte que retirais é a própria essência de minha liberdade, é o todo. Por um movimento natural, necessário e irresistível, toda a minha liberdade se concentra precisamente na parte, por menor que seja, que retirais. É a estória da mulher de Barba-Azul, que teve todo um palácio à sua disposição com a plena e total liberdade de penetrar em todos os recintos, de ver e tocar tudo, exceto um pequeno quarto ruim, que a vontade

soberana de seu terrível marido lhe havia proibido de abrir sob pena de morte. Bem, desviando-se de todas as magnificências do palácio, sua alma se concentrou por inteiro neste pequeno quarto ruim: ela o abriu, e teve razão em fazê-lo, pois foi um ato necessário de sua liberdade, enquanto a proibição de entrar nele era uma violação flagrante desta sua liberdade. É ainda a estória do pecado de Adão e Eva: a proibição de provar o fruto da árvore da ciência, sem outra razão a não ser a de que tal era a vontade do Senhor, era, da parte do bom Deus, um ato de abominável despotismo; e se nossos primeiros parentes tivessem obedecido, toda a raça humana permaneceria mergulhada na mais humilhante escravidão, Sua desobediência, ao contrário, emancipou-nos e salvou-nos. Foi, miticamente falando, o primeiro ato da liberdade humana.

Mas o Estado, dir-se-á, o Estado democrático, com base no livre sufrágio de todos os cidadãos, não poderia ser a negação de sua liberdade. E por que não? Isto dependerá absolutamente da missão e do poder que os cidadãos entregarão ao Estado. Um Estado republicano, com base no sufrágio universal, poderá ser muito despótico, até mais despótico do que o Estado monárquico, quando, sob o pretexto de que representa a vontade de todo mundo, oprimir a vontade e o livre movimento de cada um de seus membros com todo o peso de seu poder coletivo.

Mas o Estado, dir-se-á ainda, restringe a liberdade de seus membros somente quando ela é dirigida para a injustiça, para o mal. Ele os impede de se matarem, de se pilharem e se ofenderem mutuamente, e, em geral, de fazer o mal, deixando-lhes, ao contrário, plena e total liberdade para o bem. É sempre a mesma estória de Barba-Azul ou do fruto proibido: o que é o mal, o que é o bem?

Do ponto de vista do sistema que examinamos, a distinção do bem e do mal não existia antes da conclusão do contrato, enquanto cada indivíduo permanecia mergulhado no isolamento de sua liberdade ou de seu direito absoluto, não tendo nenhuma consideração a proteger em relação a todos os outros senão aquelas que lhe aconselhavam sua fraqueza ou sua força relativas, isto é, sua prudência e seu interesse próprios<sup>9</sup>.

Dessa forma, o egoísmo, sempre segundo esta mesma teoria, era a lei suprema, o único direito: o bem era determinado pelo sucesso, o mal unicamente pelo fracasso, e a justiça nada mais era que a consagração do

fato realizado, por mais horrível, cruel ou infame que fosse, totalmente como na moral política que prevalece hoje na Europa.

A distinção do bem e do mal só começa, segundo este sistema, com a conclusão do contrato social. Assim, tudo o que foi reconhecido como constituindo o interesse comum foi proclamado o bem, e tudo o que lhe foi contrário, o mal. Os membros contratantes, tornados cidadãos, tendo-se ligado por um engajamento mais ou menos solene, assumiram um dever: o de subordinar seus interesses privados ao bem comum, ao interesse inseparável de todos, e seus direitos separados do direito público, cujo representante único, o Estado, foi, por isso mesmo, investido do poder de reprimir todas as revoltas do egoísmo individual, mas com o dever de proteger cada um de seus membros no exercício de seus direitos, desde que estes últimos não fossem contrários ao direito comum.

Iremos examinar agora o que deve ser o Estado assim constituído, tanto em relação aos outros Estados, seus iguais, quanto em relação às populações que governa. Este exame aparece-nos ainda mais interessante e útil visto que o Estado, tal como é aqui definido, é precisamente o Estado moderno, na medida em que se separou da ideia religiosa: o Estado laico ou ateu, proclamado pelos publicistas moderno. Vejamos pois em que consiste sua moral. É o Estado moderno, no momento em que se libertou do jugo da Igreja, e em que, conseqüentemente, destruiu o jugo da moral universal ou cosmopolita da religião cristã; e acrescentaremos, no momento em que ainda não se fez penetrar pela moral nem pela ideia humanitária, o que não poderia fazer sem se destruir, porque em sua existência separada e em sua concentração isolada, seria muito estreito para poder abarcar, conter os interesses e, por consequência, também a moral de toda a humanidade.

Os Estados modernos chegaram precisamente a este ponto. O Cristianismo só lhes serve de pretexto e de propósito, ou de meio para enganar os curiosos, pois eles perseguem objetivos que nada têm a ver com os sentimentos religiosos; e os grandes homens de Estado da atualidade; os Palmerston, os Muravieff, os Cavour, os Bismarck, os Napoleão ririam muito se levássemos suas demonstrações religiosas a sério. Ririam ainda mais se lhes imputássemos sentimentos, considerações, intenções humanitárias que eles não negam de tratar publicamente como ninharias. O que resta então para lhes constituir uma moral? Unicamente o

interesse do Estado. Deste ponto de vista que, por sinal, com poucas exceções, foi o dos homens de Estado, homens fortes de todos os tempos e de todos os países, tudo o que serve à conservação, à grandeza e à potência do Estado, por mais sacrílego que seja do ponto de vista religioso, e por mais revoltante que isto possa parecer ao da moral humana, é o bem; e vice-versa, tudo o que lhe é contrário, seja a coisa mais santa e humanamente a mais justa, é o mal. Tal é, em sua verdade, a moral e a prática seculares de todos os Estados.

É também a do Estado fundado sobre a teoria do contrato social. Segundo este sistema, o bem e o justo, começando apenas com o contrato, nada mais são, com efeito, que o próprio conteúdo e o objetivo do contrato, quer dizer, o interesse comum e o direito público de todos os indivíduos que o formaram entre si, à exclusão de todos aqueles que permaneceram fora do contrato, conseqüentemente, nada mais que a maior satisfação dada ao egoísmo coletivo de uma associação particular e restrita que, sendo fundada sobre o sacrifício parcial do egoísmo individual de cada um de seus membros, rejeita de seu seio, como estranhos e como inimigos naturais, a imensa maioria da espécie humana, formada ou não em associações análogas.

A existência de um único Estado restrito supõe necessariamente a existência e, se necessário, provoca a formação de vários Estados, sendo muito natural que os indivíduos que se encontrem fora dele, ameaçados por ele em sua existência e em sua liberdade, associem-se por sua vez contra ele. Eis pois a humanidade dividida num número indefinido de Estados estranhos, hostis e ameaçadores uns aos outros, Não, existe direito comum, contrato social entre eles, pois se existisse um, cessariam de ser Estados absolutamente independentes um do outro, tornando-se membros federados de um único grande Estado. Mas, a menos que este grande Estado não abarque toda a humanidade, teria contra ele, na mesma atitude de hostilidade necessária, outros grandes Estados interiormente federados, seria sempre a guerra como lei suprema e como necessidade inerente à própria existência da humanidade.

Interiormente federado ou não, cada Estado, sob pena de perecer, deve, portanto, procurar se tornar o mais poderoso. Deve devorar para não ser devorado, conquistar para não ser conquistado, subjugar para não ser

subjugado, pois duas potências similares e ao mesmo tempo estranhas uma à outra não poderiam coexistir sem se destruírem mutuamente.

O Estado é, desta forma, a negação mais flagrante, mais cínica e mais completa da humanidade. Ele rompe a solidariedade universal de todos os homens sobre a terra, e associa uma parte dela apenas para destruir, conquistar e subjugar todo o resto. Cobre com sua proteção apenas seus próprios cidadãos, só reconhece o direito humano, a humanidade, a civilização no interior de seus próprios limites; não reconhecendo nenhum direito fora de si mesmo, arroga-se logicamente o direito da mais feroz desumanidade contra todas as populações estrangeiras que pode pilhar, exterminar ou subjugar a seu bel-prazer. Se ele se mostra generoso e humano para com elas, não é jamais por dever, pois inicialmente só tem deveres para consigo próprio e, em seguida, para com os de seus membros que o formaram e continuam a constituí-lo livremente, ou ainda, como sempre acontece com o passar do tempo, os que se tornaram seus submissos. Como o direito internacional não existe, e como jamais poderia existir de uma maneira séria e real sem minar em seus próprios fundamentos o princípio da soberania absoluta dos Estados, o Estado não pode ter deveres em relação às populações estrangeiras. Assim, se ele trata humanamente um povo conquistado, se o pilha e o extermina somente pela metade, e se não o reduz ao último grau de escravidão, o faz talvez por política e por prudência, ou então por pura magnanimidade, mas nunca por dever, pois possui o direito absoluto de dispor de si a seu bel-prazer

Esta negação flagrante da humanidade, que constitui a própria essência do Estado é, do ponto de vista do próprio Estado, o supremo dever e a maior virtude: ela se chama patriotismo, e constitui toda a moral transcendente do Estado. Nós a chamamos moral transcendente porque ultrapassa ordinariamente o nível da moral e da justiça humanas, comuns ou privadas, e por isso mesmo coloca-se, frequentemente, em contradição com elas. Assim, ofender, oprimir, espoliar, pilhar, assassinar ou subjugar seu próximo, segundo a moral ordinária dos homens, é visto como um crime. Na vida pública, ao contrário, do ponto de vista do patriotismo, quando isto se faz pela maior glória do Estado, para conservar ou para ampliar seu poderio, tudo isso se torna dever e virtude. E esta virtude, este dever são obrigatórios para todo cidadão patriota; todos são julgados no dever de exercê-los, não somente contra os estrangeiros, mas contra seus

próprios concidadãos, membros ou sujeitos como eles do Estado, todas as vezes que o bem do Estado o exigir.

Isso nos explica por que desde o começo da história, isto é, desde o nascimento dos Estados, o mundo da política sempre foi e continua a ser ainda o teatro da alta canalhice e do sublime banditismo; banditismo e canalhice por sinal enormemente honoráveis, visto que são comandados pelo patriotismo, pela moral transcendente e pelo supremo interesse do Estado. Isto nos explica por que toda a história dos Estados antigos e modernos nada mais é do que uma série de crimes revoltantes; porque reis e ministros presentes e passados, de todos os tempos e de todos os países, homens de Estado, diplomatas, burocratas e guerreiros, se os julgarmos do ponto de vista da simples moral e da justiça humana, mereceram cem mil vezes o cadafalso ou as galés; isto porque não há horror, crueldade, sacrilégio, perjúrio, impostura, transação infame, roubo cínico, pilhagem impudente e imunda traição que não tenha sido ou que não seja quotidianamente realizado pelos representantes dos Estados, sem outra desculpa além desta expressão elástica, simultaneamente tão cômoda e tão terrível: razão de Estado!

Expressão realmente terrível pois corrompeu e desonrou nas esferas oficiais e nas classes governantes da sociedade mais pessoas do que o próprio Cristianismo. Assim que ela é pronunciada, tudo se cala e tudo cessa: honestidade, honra, justiça, direito, a própria piedade cessa e, com ela, a lógica e o bom senso: o negro se torna branco e o branco, negro, o horrível humano, e as mais covardes felonias, os crimes mais atroz, tornam-se atos meritórios!

O grande filósofo político italiano, Maquiavel, foi o primeiro que pronunciou esta palavra, ou que pelo menos lhe deu seu verdadeiro sentido e a imensa popularidade do qual goza ainda hoje no mundo de nossos governantes. Pensador realista e positivo, ele teve a primazia de compreender que os grandes e poderosos Estados só poderiam ser fundados e mantidos pelo crime, por grandes crimes e por um desprezo radical por tudo que se chama honestidade! Ele o escreveu, explicou e provou com uma terrível franqueza. E como a ideia da humanidade foi perfeitamente ignorada em seu tempo; como a ideia da fraternidade, não humana, mas religiosa, pregada pela Igreja católica não foi outra coisa, como sempre, senão uma horrível ironia, desmentida a cada instante pelos

próprios atos da Igreja; como em seu tempo ninguém sequer supunha que houvesse alguma coisa como um direito popular, os povos, não sendo considerados senão como uma massa inerte e estúpida, como um tipo de carne de Estado, submetida a um trabalho obrigatório e penoso, e condenada a uma eterna obediência; e como não havia absolutamente nada, nem na Itália nem alhures, que estivesse acima do Estado, Maquiavel concluiu, com muita lógica, que o Estado era o objetivo supremo de toda a humanidade existente, que dever-se-ia servi-lo a qualquer preço, e que o interesse do Estado, prevalecendo sobre todas as coisas, implicava que um bom patriota não deveria recuar diante de nenhum crime para servi-lo. Aconselha o crime, o impõe e faz dele uma condição *sine qua non* da inteligência política, assim como do verdadeiro patriotismo. Que o Estado se chame monarquia ou república, o crime, para sua conservação e para seu triunfo, será sempre necessário. Mudará sem dúvida de direção e de objeto, mas sua natureza permanecerá a mesma. Será sempre a violação enérgica, permanente, da justiça, da piedade e da honestidade, para o bem do Estado.

Sim, Maquiavel tem razão, não podemos duvidar disso após uma experiência de três séculos e meio, acrescida à sua experiência. Sim, toda a história no-lo diz: enquanto os pequenos Estados só são virtuosos por fraqueza, os Estados poderosos mantêm-se apenas pelo crime. Todavia, nossa conclusão será absolutamente diferente da sua, e isto por uma razão muito simples: somos os filhos da Revolução e herdamos dela a religião da humanidade, que devemos fundar sobre as ruínas da religião da divindade; acreditamos nos direitos dos homens, na dignidade e na emancipação necessária da espécie humana; acreditamos na liberdade e na fraternidade humanas fundadas sobre a justiça humana. Acreditamos, numa palavra, no triunfo da humanidade sobre a terra; mas este triunfo, que é o nosso grande desejo e que queremos realizar por todos os nossos esforços reunidos, sendo, por sua própria natureza, a negação do crime, que não é outra coisa senão a negação da humanidade, só poderá se efetivar quando o crime cessar de ser o que é, mais ou menos em toda a parte, hoje: a própria base da existência política das nações absorvidas, dominadas pela ideia do Estado. E visto que doravante está provado que nenhum Estado poderia existir sem cometer crimes, ou pelo menos sem sonhar com eles, sem meditar sobre eles, ainda que sua impotência o impedisse de realizá-los, concluimos, hoje, ser necessária a absoluta

destruição dos Estados, ou, se se preferir, sua radical e completa transformação, no sentido que, deixando de ser potências centralizadas e organizadas de cima para baixo, seja pela violência seja pela autoridade de um princípio qualquer, reorganizem-se – com uma absoluta liberdade para todas as partes de se unir ou não, e conservando cada uma a liberdade de sair sempre de uma união, mesmo que tenha sido livremente consentida – de baixo para cima, segundo as necessidades reais e as tendências naturais das partes, pela livre federação dos indivíduos e das associações, das comunas, dos distritos, das províncias e das nações na humanidade.

Tais são as conclusões às quais nos conduz necessariamente o exame das relações exteriores do Estado, mesmo pretensamente livre, com os outros Estados. Veremos mais tarde que o Estado, que se fundamenta sobre o direito divino ou sobre a sanção religiosa, chega precisamente aos mesmos resultados. Examinemos agora as relações do Estado fundado sobre o livre contrato para com seus próprios cidadãos ou sujeitos.

Vimos que, excluindo a imensa maioria da espécie humana de seu seio, rejeitando-a fora dos engajamentos e dos deveres recíprocos da moral, da justiça e do direito, nega a humanidade e com a grande palavra Patriotismo impõe a injustiça e a crueldade a todos os seus sujeitos como um supremo dever. Restringe, mutila, mata neles a humanidade para que, deixando de serem homens, não sejam mais do que cidadãos, ou ainda, o que será mais justo, sob o aspecto da sucessão histórica dos fatos, para que jamais se elevem para além do cidadão, à altura do homem. Vimos, por sinal, que qualquer Estado, sob pena de perecer e de se ver devorado pelos Estados vizinhos, deve tender à onipotência, e que, tornado poderoso, deve conquistar. Quem diz conquista, diz povos conquistados, subjugados, reduzidos à escravidão, sob qualquer forma e qualquer denominação. A escravidão é, pois, uma consequência necessária da própria existência do Estado.

A escravidão pode mudar de forma e de nome, mas seu fundamento permanece o mesmo. Este fundamento se deixa exprimir por estas palavras: ser escravo e ser forçado a trabalhar para outrem, assim como ser senhor é viver do trabalho alheio. Na antiguidade, assim como hoje na Ásia, na África, como numa parte da América ainda, os escravos se chamavam simplesmente escravos. Na Idade Média receberam o nome de servos, hoje são chamados assalariados. A posição deste últimos é muito

mais digna e menos dura que a dos escravos, mas nem por isso são menos forçados pela fome, tanto quanto pelas instituições políticas e sociais, a sustentar, por um trabalho muito duro, a desocupação absoluta ou relativa de outrem. Por consequência, são escravos.

E, em geral, nenhum Estado, nem antigo nem moderno, jamais pôde nem poderá dispensar o trabalho forçado das massas assalariadas ou escravas, como um fundamento principal e absolutamente necessário do lazer, da liberdade e da civilização da classe política: os cidadãos. Sob este aspecto, os Estados Unidos da América do Norte ainda não fazem exceção.

Tais são as condições interiores que decorrem necessariamente para o Estado em relação a sua posição exterior, quer dizer, a sua hostilidade natural, permanente e inevitável para com todos os outros Estados. Vejamos agora as condições que decorrem diretamente para os cidadãos do livre contrato pelo qual constituem-se em Estado.

O Estado não possui somente a missão de garantir a segurança de seus membros contra todos os ataques vindo do exterior, deve ainda interiormente defendê-los, uns dos outros e cada um de si mesmo. Isto porque todo Estado — e esta é sua marca característica e fundamental —, assim como toda teologia, supõe o homem essencialmente perverso e medíocre. Neste que examinamos agora, o bem, como já vimos, só começa com a conclusão do contrato social e não é outra coisa, por consequência, senão o produto deste contrato, seu próprio conteúdo. Não é o produto da liberdade. Ao contrário, enquanto os homens permanecem isolados em sua individualidade absoluta, gozando de toda a sua liberdade natural à qual eles não reconhecem outros limites a não ser os de fato, não de direito, só seguem uma única lei, a de seu egoísmo; ofendem-se, maltratam-se e roubam-se mutuamente, degolam-se e entredevoram-se, cada um na medida de sua inteligência, de sua esperteza e de sua força material, como o fazem hoje os Estados, de acordo com o que já observamos. Assim, pois, a liberdade humana não produz o bem, mas o mal, o homem é mau por sua própria natureza. Como se tornou mau? Cabe à teologia explicá-lo. O fato é que o Estado, ao nascer, já o acha mau e se encarrega de torná-lo bom, isto é, de transformar o homem natural em cidadão.

A isto poder-se-á observar que, visto que o Estado é produto de um contrato livremente concluído pelos homens, e que o bem é produto do

Estado, segue-se daí que é produto da liberdade! Esta conclusão não é absolutamente justa. O Estado, mesmo nesta teoria, não é produto da liberdade, mas, ao contrário, é produto do sacrifício e da negação voluntária da liberdade. Os homens naturais, absolutamente livres de direito, mas na realidade expostos a todos os perigos que a cada instante de sua vida ameaçam sua segurança, para assegurar e salvaguardar esta última, sacrificam, renegam uma porção mais ou menos grande de sua liberdade, e tendo imolado esta última por sua segurança, tendo se tornado cidadãos, tornam-se escravos do Estado. Temos então razão ao afirmar que, do ponto de vista do Estado, o bem nasce não da liberdade mas, ao contrário, da negação da liberdade. Não é algo extraordinário esta semelhança entre a teologia, ciência da Igreja, e a política, teoria do Estado, este encontro de duas ordens de pensamentos e de fatos aparentemente tão contrários, numa mesma convicção: a da necessidade da imolação da liberdade humana para moralizar os homens e para transformá-los, segundo uma, em santos, segundo a outra, em virtuosos cidadãos. Quanto a nós, não nos maravilhamos de modo algum porque estamos convencidos, e trataremos de prová-lo mais adiante, de que a política e a teologia são duas irmãs provenientes da mesma origem e perseguindo o mesmo objetivo sob nomes diferentes, e que cada Estado é uma Igreja terrestre, assim como toda Igreja, por sua vez, com seu céu, morada dos bem-aventurados e dos deuses imortais, nada mais é do que um Estado celeste.

O Estado, assim como a Igreja, parte da suposição fundamental de que os homens são profundamente maus, e que, entregues à sua liberdade natural, se dilacerariam e ofereceriam o espetáculo da mais abominável desordem, onde os mais fortes abateriam ou explorariam os mais fracos, bem ao contrário do que acontece em nossos Estados modelos de hoje, não é verdade? Apresenta como princípio que, para estabelecer a ordem pública, é preciso uma autoridade superior; que para guiar os homens e para reprimir suas paixões ruins, é preciso um guia e um freio; mas que esta autoridade deve ser a de um homem de gênio virtuoso<sup>10</sup>, legislador de seu povo, como Moisés, Licurgo, Sólon, e que este guia e este freio serão a sabedoria e a potência repressiva do Estado.

Em nome da lógica poderíamos contestar quanto ao legislador pois, no sistema que examinamos agora, trata-se não de um código de leis imposto por uma autoridade qualquer, mas de um engajamento mútuo, livremente

acertado pelos livres fundadores do Estado. E como estes fundadores, segundo o sistema em questão, não foram nem mais nem menos que selvagens que, tendo vivido até aquele momento na mais completa liberdade natural, deviam ignorar a diferença entre o bem e o mal, poderíamos perguntar: por qual meio chegaram de repente a distingui-los e separá-los? É verdade que poderão nos responder que, visto que formaram seu contrato mútuo, inicialmente em vista de sua segurança comum, o que chamaram de bem nada mais foi do que alguns pontos pouco numerosos, que foram por ele estipulados em seu contrato, como por exemplo: não se matarem nem se pilharem, apoiando-se mutuamente contra todos os ataques vindos de fora; mas que mais tarde um legislador, homem de gênio virtuoso, já nascido no meio de uma associação assim formada e, por consequência, de uma certa forma, elevado em seu espírito, pôde ampliar, aprofundar as condições e as bases deste contrato e criar um primeiro código de moral e de leis.

Mas imediatamente surge uma outra questão: supondo que um homem dotado de inteligência extraordinária, nascido no meio desta sociedade ainda muito primitiva, pôde, graças à muito grosseira educação que recebeu em seu seio, e com a ajuda de sua inteligência, conceber um código de moral, como conseguiu fazê-lo ser aceito por seu povo? Unicamente pela força da lógica? É impossível. A lógica acaba por triunfar sempre, mesmo sobre os espíritos mais recalcitrantes, mas é preciso muito mais tempo do que a duração da vida de um homem para isso, e com espíritos pouco desenvolvidos seriam necessários vários séculos. Pela força, pela violência? Então não seria mais uma sociedade fundada sobre o livre contrato, mas sobre a conquista, sobre a escravização, o que nos levaria direto às sociedades reais, históricas, nas quais todas as coisas se explicam muito mais naturalmente, é verdade, que nas teorias de nossos publicistas liberais, mas também cujos exame e estudo, longe de servir, como estes senhores o desejam, à glorificação do Estado, arrastam-nos, como o veremos mais tarde, a desejar, ao contrário, o mais rápido possível, a destruição radical e completa.

Resta um terceiro meio, do qual um grande legislador de um povo selvagem poderá se servir para impor seu código à massa de seus concidadãos: é a autoridade divina. E com efeito, vemos que os maiores legisladores conhecidos, desde Moisés até Maomé inclusive, recorreram a este meio, É muito eficaz nas nações onde as crenças e o sentimento

religioso ainda exercem uma grande influência, e naturalmente muito poderoso no meio de um povo selvagem. Todavia, a sociedade que ele tiver ajudado a fundar não mais terá por fundamento o livre contrato: constituída pela intervenção direta da vontade divina, será necessariamente um Estado teocrático, monárquico ou aristocrático, mas em nenhum sentido democrático; e como não se pode regatear com os bons deuses, como são tão poderosos quanto déspotas, e como se é forçado a aceitar cegamente tudo o que eles vos impõem e estar sujeito à sua vontade, resulta disso que, numa legislação ditada pelos deuses, não pode haver lugar para a liberdade. Abandonamos pois a constituição, por sinal muito histórica, do Estado pela intervenção, seja direta seja indireta, da onipotência divina, prometendo retornar mais tarde a ela, e voltamos ao exame do Estado livre, fundado sobre o livre contrato. Convictos de não nos podermos explicar de nenhuma forma o fato, contraditório em si mesmo, de uma legislação emanada do gênio de um único homem e unanimemente aclamada, livremente aceita por todo um povo selvagem, sem que o legislador tenha tido necessidade de recorrer seja à força brutal seja a algum divino embuste, queremos admitir este milagre, e pedimos agora a explicação de um outro milagre não menos difícil de compreender que o primeiro: o novo código de moral e de leis, uma vez proclamado e unanimemente aceito, como se situa na prática, na vida? Quem vela por sua execução?

Pode-se admitir que depois desta aceitação unânime, todos ou somente a maioria dos selvagens que compõem uma sociedade primitiva, e que, antes que a nova legislação tivesse sido proclamada haviam sido mergulhados na mais profunda desordem, fossem de repente e a um tal ponto transformados pelo simples fato desta proclamação e desta aceitação, que por eles próprios e sem nenhum outro estímulo além de suas próprias convicções se pusessem a observar conscienciosamente e a executar regularmente prescrições e leis que lhes impunha uma moral até aí desconhecida?

Admitir a possibilidade de tal milagre seria ao mesmo tempo reconhecer a inutilidade do Estado, a capacidade do homem natural de conceber, querer e fazer, somente pelo impulso de sua própria liberdade, o bem, o que seria tão contrário à teoria do Estado, por assim dizer livre, quanto a do Estado religioso ou divino; todas as duas tendo por base fundamental a incapacidade presumida dos homens de se elevar ao bem e de fazê-lo por

impulso natural, visto que este impulso, segundo estas mesmas teorias, impele-os, ao contrário, irresistivelmente e sempre para o mal conseqüentemente, todas as duas nos ensinam que, para assegurar a observação dos princípios e a execução das leis em qualquer sociedade humana que seja, é preciso que se encontre à frente do Estado um poder vigilante, regulador e, se necessário, repressivo. Resta saber quem deverá e quem poderá exercê-lo.

Para o Estado fundado sobre o direito divino e pela intervenção de um Deus qualquer, a resposta é bem simples: serão inicialmente os padres, depois as autoridades temporais consagradas pelos padres. A resposta será bem mais difícil para a teoria do Estado fundado sobre o livre contrato. Numa democracia pura onde reina a igualdade, quem poderia ser, com efeito, o guardião e o executor das leis, o defensor da justiça e da ordem pública contra as más paixões de cada um? Cada um é declarado incapaz de vigiar a si próprio e de refrear, enquanto é necessário para o bem comum, sua própria liberdade, naturalmente dirigida para o mal. Numa palavra, quem se ocupará das funções do Estado?

Os melhores cidadãos, dir-se-á, os mais inteligentes e os mais virtuosos, aqueles que compreenderem melhor que os outros os interesses comuns da sociedade e a necessidade para cada um, o dever de cada um de lhes subordinar todos os interesses particulares; é preciso, com efeito, que estes homens sejam tão inteligentes quanto virtuosos, pois se fossem somente inteligentes, mas sem virtude, poderiam muito bem fazer servir a coisa pública a seus interesses privados, e se fossem virtuosos sem inteligência, eles a arruinariam infalivelmente apesar de toda sua boa fé. É necessário, então, para que uma república não pereça, que ela possua em todas as épocas um número bastante considerável de homens semelhantes; é preciso que, durante toda sua duração, haja uma sucessão, por assim dizer contínua, de cidadãos simultaneamente virtuosos e inteligentes.

Eis uma condição que não se realiza nem facilmente nem com frequência. Na história de cada país, as épocas que oferecem uma reunião considerável de homens eminentes são marcadas como épocas extraordinárias e resplandecem através dos séculos. Ordinariamente, nas esferas do poder é a insignificância, é o cinzento que domina e, com frequência, como vimos na história, é o negro e o vermelho, isto é, todos os vícios e a violência sanguinária que triunfam. Poderíamos concluir que,

se fosse verdade, como isso resulta claramente da teoria do Estado por assim dizer racional ou liberal, que a conservação e a duração de qualquer sociedade política dependem de uma sucessão de homens tão extraordinários por sua inteligência quanto por sua virtude, de todas as sociedades atualmente existentes, não existe sequer uma que não devesse ter, desde muito tempo, cessado de existir. Se acrescentamos a esta dificuldade, para não dizer impossibilidade, aquelas que surgem da desmoralização particular ligada ao poder, as tentações extraordinárias às quais estão infalivelmente expostos todos os homens que têm em suas mãos o poder, o efeito das ambições, das rivalidades, das invejas e da avidez gigantescas que assaltam dia e noite precisamente as mais altas posições, e contra as quais não garantem nem a inteligência, nem mesmo com frequência a virtude — pois a virtude do homem isolado é frágil —, pensaremos ter todo o direito de gritar “milagre” ao ver tantas sociedades existirem. Mas deixemos isso de lado.

Suponhamos que numa sociedade ideal, em cada época, exista um número suficiente de homens igualmente inteligentes e virtuosos, para se ocupar dignamente das funções principais do Estado, Quem os procurará, quem os encontrará, quem os distinguirá e quem colocará em suas mãos as rédeas do Estado? Apoderar-se-ão, delas na consciência de sua inteligência e de sua virtude, assim como o fizeram dois sábios da Grécia, Cleóbolo e Periandro, aos quais, apesar de sua suposta grande sabedoria, os gregos nem por isso deixaram de associar a eles o odioso nome de tiranos? Mas de que maneira tomarão o poder? Será pela persuasão ou pela força? Se é pela primeira, observamos que só se persuade bem daquilo de que se está, em si mesmo, persuadido, e que os melhores homens são precisamente aqueles que são os menos persuadidos de seu próprio mérito; e mesmo tendo a consciência disso repugna-lhes ordinariamente impô-la às outras, enquanto que os homens maus e medíocres, sempre satisfeitos consigo mesmos, não sentem nenhuma repugnância em se glorificar. Mas suponhamos que o desejo de servir à pátria, tendo feito calar nos homens de real mérito esta excessiva modéstia, apresentar-se-ão eles próprios ao sufrágio de seus concidadãos, serão sempre aceitos e preferidos pelo povo aos intrigantes, ambiciosos, eloquentes e hábeis? Se, ao contrário, eles querem se impor pela força, é preciso, inicialmente, que tenham à sua disposição uma força suficiente para vencer a resistência de todo um partido. Chegarão ao poder pela guerra civil, ao final da qual haverá um

partido não reconciliado mas vencido e sempre hostil. Para contê-lo, deverão continuar a usar a força. Não será, pois, uma sociedade livre, mas um Estado despótico fundado sobre a violência e no qual encontrareis talvez muitas coisas que vos parecerão admiráveis — mas jamais a liberdade.

Para permanecer na ficção do Estado livre saído de um contrato social, é-nos preciso supor que a maioria dos cidadãos terá tido sempre a prudência, o discernimento e a justiça necessários para eleger e para dispor à frente do governo os homens mais dignos e mais capazes. Mas para que um povo tenha mostrado, não uma única vez e somente por acaso, mas sempre, em todas as eleições que ele tiver participado, durante toda a duração de sua existência, este discernimento, esta justiça, esta prudência, não é necessário que ele próprio, tomado em massa, tenha atingido um tão elevado grau de moralidade e de cultura, que não deva mais necessitar de governo nem de Estado. Um tal povo não pode somente sentir necessidade de viver, deixando livre curso a todos os seus instintos: a justiça e a ordem pública surgirão por si só e naturalmente de sua vida, e o Estado, deixando de ser a providência, o tutor, o educador, o regulador da sociedade, renunciando a todo poder repressivo, e caindo no papel subalterno que lhe designa Proudhon, não será mais que um simples escritório de negócios, um tipo de agência comercial central ao serviço da sociedade.

Sem dúvida, tal organização política, ou melhor tal redução da ação política, em favor da liberdade da vida social, seria um grande benefício para a sociedade, mas não contentaria de forma alguma, em todo o caso, os partidários do Estado. É-lhes necessário, absolutamente, um Estado-providência, um Estado-diretor da vida social, distribuidor da justiça e regulador da ordem pública. Que eles se declarem ou não, e mesmo que se chamassem republicanos, democratas ou mesmo socialistas, é-lhes sempre necessário um povo mais ou menos ignorante, menor de idade, incapaz ou, para denominar as coisas por seu nome, um povo mais ou menos canalha a governar, a fim de que, sem dúvida, fazendo violência a seu desinteresse e a sua modéstia, eles próprios possam conservar os primeiros lugares, a fim de ter sempre a ocasião de se dedicarem à coisa pública e que fortalecidos com sua devoção virtuosa e com sua inteligência exclusiva, guardiões privilegiados do rebanho humano, ainda que empurrando-o para seu bem e conduzindo-o à salvação, possam também tosquiá-lo um pouco.

Toda teoria consequente e sincera do Estado está essencialmente fundada sobre o princípio da autoridade, isto é, sobre esta ideia eminenciente teológica, metafísica, política, de que as massas, sempre incapazes de se governar, deverão sofrer sempre o jugo benfazejo de uma sabedoria e de uma justiça que, de uma maneira ou de outra, lhes serão impostas de cima. Mas impostas em nome de que e por quem? A autoridade reconhecida e respeitada como tal pelas massas só pode ter três fontes: a força, a religião ou a ação de uma inteligência superior. Falaremos mais tarde dos Estados fundados sobre a dupla autoridade da religião e da força, pois, enquanto discutimos a teoria do Estado fundado sobre o livre contrato, devemos fazer abstração de uma e de outra. Não nos resta, no momento, mais do que a autoridade da inteligência superior, sempre representada, como se sabe, pelas minorias.

Com efeito, o que vemos em todos os Estados passados e presentes, mesmo quando estão dotados das instituições mais democráticas, tais como os Estados Unidos da América do Norte e a Suíça? O *self-government* das massas, apesar de todo o aparelho da onipotência popular, permanece, na maioria do tempo, em estado de ficção. Na realidade, são as minorias que governam. Nos Estados Unidos, até a última guerra de emancipação, e em parte ainda hoje — basta ver todo o partido do atual presidente Johnson —, foram e são os, por assim dizer, democratas, os partidários, em todo o caso, da escravidão e da feroz oligarquia dos plantadores, demagogos sem fé nem consciência, capazes de tudo imolar por sua avidez, por sua malfazeja ambição e que, por sua ação e sua influência detestáveis, exercidas quase sem obstáculos durante aproximadamente cinquenta anos seguidos, contribuíram enormemente para depravar os modos políticos na América do Norte. Hoje, uma minoria realmente inteligente, generosa, mas também e sempre uma minoria, o partido dos republicanos, combate com sucesso sua política perniciosa. Esperemos que seu triunfo seja completo, esperemo-lo pelo bem de toda a humanidade; mas qualquer que seja a sinceridade deste partido da liberdade, por maiores e generosos que sejam os princípios que ele professe, não esperemos que, uma vez chegado ao poder, renuncie a esta posição exclusiva de minoria governante, para se confundir com a massa da nação e para que o *self-government* popular se torne finalmente uma verdade. Para isso, será necessário uma revolução bem mais profunda que todas aquelas que estremeceram até aqui o antigo e o novo mundo.

Na Suíça, apesar de todas as revoluções democráticas que se realizaram, é sempre a classe abastada, a burguesia, isto é, a minoria privilegiada sob o aspecto da fortuna, do lazer e da instrução, que governa. A soberania do povo, palavra que por sinal detestamos, porque aos nossos olhos toda soberania é detestável, o governo das massas por si mesmas é igualmente uma ficção. O povo é soberano de direito, não de fato, pois absorvido forçosamente por seu trabalho quotidiano, que não lhe deixa nenhum lazer, e senão completamente ignorante, pelo menos muito inferiores, por sua instrução, à classe burguesa, é forçado a remeter às mãos desta última sua pretensa soberania. A única vantagem que dela retira, na Suíça, assim como nos Estados Unidos da América do Norte, é que as minorias ambiciosas, as classes políticas não podem chegar de outra forma ao poder a não ser cortejando-o, bajulando suas paixões passageiras, algumas vezes muito más, e enganando-o na maioria das vezes.

Que não se pense que desejamos, por isso, fazer a crítica do governo democrático em proveito da monarquia. Estamos firmemente convencidos de que a mais imperfeita república vale mil vezes mais do que a monarquia mais esclarecida, pois pelo menos na república há momentos em que, ainda que continuamente explorado, o povo não é oprimido, enquanto que nas monarquias ele o é sempre. E também o regime democrático eleva pouco a pouco as massas à vida pública, o que a monarquia nunca o faz. Mas ainda que dando a preferência à república, somos forçados, entretanto, a reconhecer que, qualquer que seja a forma de governo, enquanto a sociedade humana permanecer dividida em classes diferentes, por causa da desigualdade hereditária das ocupações, das fortunas, da instrução e dos direitos, sempre existirá o governo exclusivo e a exploração inevitável das maiorias pelas minorias.

O Estado não é outra coisa senão esta dominação e esta exploração reguladas e sistematizadas. Iremos demonstrá-lo ao examinar as consequências do governo das massas populares por uma minoria inicialmente tão inteligente e tão devotada quanto se deseje, num Estado ideal, fundado sobre um livre contrato.

Uma vez estabelecidas as condições do contrato, só resta colocá-las em prática. Assim, suponhamos que um povo, bastante sábio para reconhecer sua própria insuficiência, tenha ainda a perspicácia necessária para confiar o governo da coisa pública somente aos melhores cidadãos. Estes

indivíduos privilegiados não o são, inicialmente, de direito, mas somente de fato. Foram eleitos pelo povo porque são os mais inteligentes, os mais hábeis, os mais sábios, os mais corajosos e os mais devotados. Extraídos da massa dos cidadãos, supostamente todos iguais, ainda não formam classe à parte, mas um grupo de homens privilegiados pela simples natureza, e distinguidos, por isso mesmo, pela eleição popular. Seu número é necessariamente muito restrito, pois, em todos os tempos e em todos os países, a quantidade de homens dotados de qualidades de tal forma extraordinárias que se imponham por si mesmos ao respeito unânime de uma nação é, como a experiência nos ensina, muito pequena. Assim, sob pena de realizar más eleições, o povo será forçado sempre a escolher seus governantes entre eles.

Eis, então, a sociedade dividida em duas categorias, para não dizer ainda em duas classes, dentre as quais, uma composta pela imensa maioria dos cidadãos, se submete livremente ao governo de seus eleitos; a outra, formada por um pequeno número de naturezas privilegiadas, reconhecidas e aceitas como tais pelo povo, e encarregadas por este de governá-lo. Dependentes da eleição popular, inicialmente só se distinguem da massa dos cidadãos pelas próprias qualidades que os recomendaram à sua escolha, e são naturalmente, entre todos, os cidadãos mais úteis e mais devotados. Não reconhecem ainda nenhum privilégio, nenhum direito particular, exceto o de exercer, enquanto o povo o deseja, as funções especiais das quais estão encarregados. De resto, por sua maneira de viver, pelas condições e pelos meios de sua existência, não se separam de forma alguma de todo o mundo, de modo que uma perfeita igualdade continue a reinar entre todos.

Esta igualdade pode se manter por muito tempo? Afirmamos que não, e nada é mais fácil de demonstrar.

Nada é tão perigoso para a moral privada do homem quanto o hábito do comando. O melhor homem, o mais inteligente, o mais desinteressado, o mais generoso, o mais puro, se estragará infalivelmente e sempre nesta atividade. Dois sentimentos inerentes ao poder jamais deixam de produzir esta desmoralização: o desprezo pelas massas populares e o exagero de seu próprio mérito.

As massas, reconhecendo sua incapacidade em se governar por si mesmas, elegeram-me como seu chefe. Por este ato proclamaram

altivamente sua inferioridade e minha superioridade. Entre esta multidão de homens, eu mesmo reconhecendo apenas alguns iguais, sou o único capaz de dirigir a coisa pública. O povo necessita de mim, não pode prescindir de meus serviços, enquanto eu me basto; ele deve pois me obedecer para seu próprio bem e, ao desejar comandá-lo, faço sua felicidade. Isto é mais do que suficiente para perder a cabeça e o coração e se tornar louco de orgulho, não é mesmo? É assim que o poder e o hábito do comando se tornam para os homens, mesmo os mais inteligentes e os mais virtuosos, uma fonte de aberração simultaneamente intelectual e moral.

Toda moralidade humana — e nos esforçaremos um pouco mais à frente em demonstrar a verdade absoluta deste princípio, cujos desenvolvimento, explicação e a mais ampla aplicação constituem o próprio objetivo desta obra —, toda moral coletiva e individual repousa essencialmente sobre o respeito humano. O que entendemos por respeito humano? É o reconhecimento da humanidade, do direito humano e da dignidade humana em qualquer homem, qualquer que seja sua raça, sua cor, o grau de desenvolvimento de sua inteligência e de sua própria moralidade. Mas se este homem é estúpido, perverso, desprezível, posso respeitá-lo? Sem dúvida, se ele é tudo isto, é-me impossível respeitar sua vilania, sua estupidez e sua brutalidade; elas me enojam e me indignam; tomarei contra elas, se necessário, as medidas mais enérgicas, até mesmo matá-lo se não me restar outro meio de defender contra ele minha vida, meu direito ou o que me é respeitável e caro. Mas no meio do combate mais enérgico e mais encarniçado, e até mesmo, se necessário, mortal contra ele, devo respeitar seu caráter humano. Minha própria dignidade de homem só existe a este preço. Entretanto, se ele próprio não reconhece esta dignidade em ninguém, será necessário que a reconheçamos nele? Se ele é um tipo de animal feroz ou, como acontece algumas vezes, pior que um animal, reconhecer nele o caráter humano não seria cair na ficção? Não, pois qualquer que seja sua degradação intelectual e moral hoje, se não é organicamente um idiota nem um louco, casos em que seria necessário tratá-lo não como um criminoso, mas como um doente, se está em plena posse de seus sentidos e da inteligência que a natureza lhe concedeu, seu caráter humano, em meio aos mais monstruosos desvios, nem por isso existe de uma maneira menos real nele, como faculdade, sempre viva enquanto ele viver, de se elevar à consciência de sua humanidade — por

pouco que se efetue urna mudança radical nas condições sociais que o tornaram tal como é.

Tomai o macaco mais inteligente e mais disposto, colocai-o nas melhores e nas mais humanas condições — jamais fareis dele um homem, Tomai o criminoso mais impiedoso ou o homem mais pobre de espírito; desde que não tenha, nem um nem outro, alguma lesão orgânica que determine o idiotismo, ou uma incurável loucura, reconheceréis inicialmente que, se um se tornou criminoso, e se o outro ainda não se desenvolveu até a consciência de sua humanidade e de seus deveres humanos, a culpa disso não cabe-a eles, nem mesmo à sua natureza, mas ao meio social no qual nasceram e se desenvolveram.

\* \* \*

Tocamos aqui no ponto mais importante da questão social e da ciência do homem em geral. Já repetimos diversas vezes que negamos de maneira absoluta o livre arbítrio, no sentido que dão a esta palavra a teologia, a metafísica e a ciência jurídica, isto é, no sentido da determinação espontânea da vontade individual do homem por ela mesma, independentemente de qualquer influência, tanto natural quanto social.

Negamos a existência de uma alma, de um ser moral separado e separável do corpo. Afirmamos, ao contrário, que o corpo do indivíduo, com todas as suas faculdades e predisposições instintivas, nada mais é do que a resultante de todas as causas gerais e particulares que determinaram sua organização individual — o que é impropriamente denominado sua alma: suas capacidades intelectuais e morais são os produtos diretos ou, melhor dizendo, a expressão natural, imediata desta organização mesma e especialmente do grau de desenvolvimento orgânico ao qual, pelo concurso de todas estas causas independentes de sua vontade, atingiu seu cérebro.

Todo indivíduo, mesmo o mais modesto, é produto dos séculos; a história das causas que concorreram à sua formação não tem começo. Se possuíssemos o dom que ninguém possui nem nunca possuirá, o de reconhecer e de abarcar a infinita diversidade das transformações da matéria ou do Ser que fatalmente se sucederam, desde o nascimento de nosso globo terrestre até o seu próprio nascimento, poderíamos, sem jamais tê-lo conhecido, dizer com uma precisão quase matemática que ela é sua natureza orgânica, determinar até os mínimos detalhes a medida e o

caráter de suas faculdades intelectuais e morais — numa palavra, sua alma, tal como é no primeiro momento de seu nascimento. Na impossibilidade em que estamos de analisar e abarcar todas estas transformações sucessivas, diremos sem medo de nos enganar, que todo indivíduo humano, no momento em que nasce, é inteiramente o produto do desenvolvimento histórico, quer dizer, fisiológico e social de sua raça, de seu povo, de sua casta — se em seu país existem castas —, de sua família, de seus ancestrais e da natureza individual de seu pai e de sua mãe que lhe transmitiram diretamente, por via de herança fisiológica — como ponto de partida natural para ele, e como determinação de sua natureza individual —, todas as consequências fatais de sua própria existência anterior, tanto material quanto moral, tanto individual quanto social, inclusive seus pensamentos, seus sentimentos e seus atos, inclusive também todas as diferentes vicissitudes de sua vida e os eventos grandes ou pequenos aos quais tomaram parte, inclusive igualmente a imensa diversidade dos acidentes aos quais eles puderam estar sujeitos<sup>11</sup>, com tudo o que herdaram da mesma maneira de seus próprios, pais.

Não precisamos lembrar, o que por sinal ninguém contesta, que as diferenças das raças, dos povos, e mesmo das classes e das famílias, são determinadas por causas geográficas, etnográficas, fisiológicas, econômicas (inclusive as duas grandes questões: a das ocupações da divisão do trabalho coletivo da sociedade, do modo de repartição das riquezas e a questão da alimentação, tanto sob o aspecto da quantidade quanto da qualidade), assim como por causas históricas, religiosas, filosóficas, jurídicas, políticas e sociais; e que todas estas causas, combinando-se de uma maneira diferente para cada raça, nação e, frequentemente, para cada província e comuna, para cada classe e família, dão, a cada uma, uma fisionomia à parte, isto é, um tipo fisiológico diferente, uma soma de predisposições e de capacidades particulares — independentemente da vontade dos indivíduos que as compõem e que são completamente seus produtos.

Assim, todo indivíduo humano, no momento de seu nascimento, é a resultante material, orgânica, de toda esta diversidade infinita de causas que se combinaram produzindo-o. Sua alma — quer dizer, sua predisposição orgânica ao desenvolvimento dos sentimentos, das ideias e da vontade — nada mais é do que um produto. É completamente determinada pela qualidade fisiológica individual de seu sistema cerebral e

nervoso que, como todo o resto de seu corpo, depende absolutamente da mais ou menos feliz combinação destas causas. Constitui principalmente o que chamamos de natureza particular, primitiva do indivíduo.

Existem tantas naturezas diferentes quanto há indivíduos. Estas diferenças individuais manifestam-se tanto mais quanto mais se desenvolvem, ou melhor, elas não somente se manifestam mais, como se tornam realmente maiores à medida que os indivíduos se desenvolvem, porque as coisas, as circunstâncias exteriores, numa palavra, as mil causas na maior parte do tempo não apreensíveis que influem no desenvolvimento dos indivíduos são elas mesmas extremamente diferentes. Isto faz com que, quanto mais um indivíduo avance na vida, mais sua natureza individual se delineie, e mais se distinga, tanto por suas qualidades quanto por seus defeitos, de todos os outros indivíduos.

Até que ponto a natureza particular ou a alma do indivíduo, isto é, as particularidades individuais do aparelho cerebral e nervoso estão desenvolvidas num recém-nascido? Eis uma questão cuja solução pertence aos fisiologistas. Sabemos apenas que todas estas particularidades devem ser necessariamente hereditárias, no sentido que procuramos explicar, quer dizer, determinadas por uma infinidade de causas as mais diversas, as mais discordantes — materiais e morais, mecânicas e físicas, orgânicas e espirituais, históricas, geográficas, econômicas e sociais, grandes e pequenas, constantes e fortuitas, imediatas e muito afastadas no espaço e no tempo — e cuja soma só se combina num único Ser vivente e só se individualiza, pela primeira e pela última vez, no curso das transformações universais, apenas nesta criança que, na acepção totalmente individual desta palavra, nunca teve e nunca terá outro igual.

Resta saber até que ponto e em que sentido esta natureza individual acha-se realmente determinada, no momento em que a criança sai do ventre de sua mãe. Esta determinação é somente material, ou ao mesmo tempo espiritual e moral, ainda que fosse somente como tendência e como capacidade natural ou como predisposição instintiva? A criança nasce inteligente ou parva, boa ou má, dotada ou privada de vontade, disposta a se desenvolver no sentido de um talento ou de um outro? Pode ela herdar caráter, hábitos, defeitos ou qualidades intelectuais e morais de seus pais e de seus ancestrais?

Eis algumas questões excessivamente difíceis de resolver, e não pensamos que a fisiologia e a psicologia experimentais já tenham chegado à maturidade e à altura necessárias para poder responder a isto com pleno conhecimento de causa. Nosso ilustre compatriota, Sr. Setchenoff em seu extraordinário trabalho sobre a atividade do cérebro diz que, na imensa maioria dos casos, as 999/1.000 partes do caráter psíquico do indivíduo<sup>12</sup> são sem dúvida mais ou menos sensíveis no homem até sua morte. “Eu não penso, diz ele, que pela educação se possa transformar um idiota num homem de espírito. É tão impossível quanto devolver a audição a um indivíduo nascido sem o nervo acústico. Penso somente que tomando em sua infância um negro, um lapão ou um samoano naturalmente inteligentes, poder-se-ia fazer deles, por uma educação europeia, dada no próprio seio da sociedade europeia, homens que, sob o aspecto psíquico, distinguir-se-iam muito pouco de um europeu civilizado”.

Estabelecendo esta relação entre as 999/1.000 partes do caráter psíquico que, segundo ele, pertencem à educação, apenas com um milésimo que deixa propriamente ao nascimento, o Sr. Setchenoff sem dúvida não pretendeu falar das exceções: homens geniais ou de talentos extraordinários, nem de idiotas e bobos. Referiu-se apenas à imensa maioria dos homens dotados de faculdades ordinárias ou médias. São, do ponto de vista da organização social, os mais interessantes, diríamos quase os únicos interessantes, pois a sociedade é feita para eles e por eles, não para as exceções, nem pelos homens geniais, por maior que seu poder possa parecer.

O que nos interessa, sobretudo nesta questão, é saber se, tanto quanto as faculdades individuais, as qualidades morais, a bondade ou a maldade, a coragem ou a covardia, a força ou a fraqueza do caráter, a generosidade ou a avareza, o egoísmo ou o amor pelo próximo, e outras qualidades positivas ou negativas deste gênero, podem, quer fisiologicamente herdadas dos pais ou ancestrais, quer independentemente de qualquer herança, se formar pelo efeito de uma causa fortuita qualquer, conhecida ou desconhecida, na criança, enquanto ainda se encontra no ventre de sua mãe. Numa palavra, interessa-nos saber se a criança pode trazer, ao nascer, quaisquer predisposições morais.

Não acreditamos nisso. Para melhor apresentar a questão, reconheçamos inicialmente que, se a existência de qualidades morais inatas fosse

admissível, isto só poderia acontecer se fossem ligadas no recém-nascido a alguma determinação ou particularidade fisiológica totalmente material de seu organismo: a criança ao sair das entranhas de sua mãe não possui ainda alma, nem espírito, nem sentimentos, nem mesmo instintos; nasce independente de tudo isto; é apenas um ser físico, e suas faculdades e qualidades, se as possui, só podem ser anatômicas e fisiológicas. Assim, para que uma criança possa nascer boa, generosa, devotada, corajosa, ou então má, avara, egoísta e covarde, seria preciso que cada uma destas qualidades ou defeitos correspondesse a outro tanto de particularidades materiais e, por assim dizer, locais, de seu organismo, e especialmente de seu cérebro, o que nos levaria ao sistema de Gall, que acreditava ter descoberto, para cada qualidade e para cada defeito, sobre o crânio, saliências ou cavidades correspondentes, como se sabe, unanimemente rejeitado por todos os fisiologistas modernos.

Mas se a existência de qualidades morais inatas tivesse fundamento, o que resultaria disto? Os defeitos, os vícios, tanto quanto as boas qualidades, sendo inatos, restaria saber se poderiam ser vencidos ou não pela educação. No primeiro caso, a culpa de todos os crimes cometidos pelos homens recairia sobre a sociedade, que não teria sabido dar-lhe uma educação conveniente, e não sobre eles, que só poderiam ser considerados, ao contrário, como vítimas desta imprevidência social. No segundo caso, as predisposições inatas, sendo reconhecidas como fatais e incorrigíveis, só restaria à sociedade se desfazer de todos os indivíduos portadores de algum vício natural ou inato. Mas, para ela mesma não cair no vício horrível da hipocrisia, ele deveria saber que ela o faz unicamente no interesse de sua conservação e não no da justiça.

Há uma outra consideração que pode contribuir para clarear esta questão: no mundo intelectual e moral, assim como no mundo físico, somente o positivo existe; o negativo não existe, não constitui um ser à parte, não sendo mais do que uma diminuição mais ou menos considerável do positivo. Assim, o frio nada mais é que uma propriedade diferente do calor, é uma ausência relativa, uma diminuição muito grande do calor! O mesmo acontece com a escuridão que outra coisa não é senão a luz diminuída em excesso... — A escuridão e o frio absolutos não existem. No mundo intelectual a asneira nada mais é do que uma fraqueza de espírito e, no moral, a malevolência, a avidez, a covardia nada mais são do que a benevolência, a generosidade, a coragem reduzidas, não a zero, mas a uma

mui pequena quantidade. Por menor que ela seja, é sempre uma quantidade positiva e que, pela educação, pode ser desenvolvida, fortalecida, aumentada num sentido positivo — o que não aconteceria se os vícios ou as qualidades negativas formassem uma propriedade à parte; seria preciso matá-los e não desenvolvê-los, pois seu desenvolvimento só poderia acontecer no sentido negativo.

Enfim, sem nos permitirmos prejudicar estas graves questões fisiológicas, nas quais confessamos nossa completa ignorância, acrescentamos, apoiando-nos neste ponto sobre a unânime autoridade de todos os fisiologistas modernos, uma última consideração: parece constatado e provado que, no organismo humano, não há locais e órgãos separados para as faculdades instintivas, afetivas ou morais e intelectuais e que todas se elaboram na mesma parte do cérebro por meio do mesmo conjunto nervoso<sup>13</sup>, de onde parece claramente resultar que não pode haver predisposições morais ou imorais diferentes, fatalmente determinadas pelo organismo mesmo de uma criança de qualidades particulares ou de vícios hereditários e inatos, e que a moral congênita não se distingue de nenhuma maneira e em nenhum ponto da intelectualidade congênita. Uma e outra se reduzem a um mais ou menos alto grau de perfeição alcançado em geral pelo desenvolvimento do cérebro.

“As disposições anatômicas e fisiológicas da inteligência uma vez reconhecidas, diz o Sr. Littré (p. 235), pode-se penetrar ao longo de sua história. Enquanto não foi remanejada e enriquecida pela civilização, possuindo apenas ideias simples<sup>14</sup> produzidas pelas impressões tanto internas quanto externas<sup>15</sup>, ela está no nível mais baixo; e para se elevar ao mais alto o faz pela retenção e pela associação<sup>16</sup>, mas isto basta. Pouco a pouco se formam combinações completas que aumentam a força e o campo da atividade cerebral<sup>17</sup> e, de período em período, empreendem-se os maiores trabalhos intelectuais. O recurso mental cresce e se aperfeiçoa, e sem recursos nada se faz de considerável, nem no domínio da inteligência nem no da indústria.

À medida que esta elaboração se efetua, ela pede a ajuda de uma importante propriedade da vida, quero dizer, a hereditariedade que tende a consolidá-la no presente e a facilitá-la ulteriormente. Suas novas aptidões mentais, uma vez adquiridas, se transmitem, isto é um fato experimental, aos descendentes sob a forma congênita; congeneridades secundárias,

terciárias que, no domínio mental, criam espécies de raças humanas aperfeiçoadas. Vê-se isto quando as populações, que não seguiram os mesmos trâmites, se encontram; a inferior ou desaparece ou só pode se colocar ao nível da superior depois de um longo tempo.”

Mais à frente, depois de ter citado as palavras do Sr. Luys: “A esfera cerebral onde reinam as paixões afetivas e aquelas onde residem as manifestações puramente intelectuais estão unidas por laços de uma estrita e íntima solidariedade”, o Sr. Littré acrescenta (p. 357):

“Esta semelhança perfeita entre o intelecto e o sentimento, a saber, um fundo de onde os nervos extraem<sup>18</sup>, um centro onde o que eles extraem é elaborado<sup>19</sup>, junto à identidade dos dois centros, tudo isto indica que a fisiologia do sentimento não pode ser diferente daquela do intelecto.

Em consequência, assim como foi necessário renunciar a procurar no cérebro órgãos para as afeições ou paixões e de ver nele somente atividades afetivas que se trata de determinar.

A fonte das ideias sendo as impressões sensoriais, a fonte dos sentimentos está nas impressões instintivas. A função das células nervosas é a de transformar em sentimentos as impressões instintivas. O problema da origem dos sentimentos é exatamente paralelo àquele da origem das ideias.

Este gênero de atividade cerebral se exerce sobre duas ordens de impressões instintivas, a que pertence aos instintos de conservação da vida individual e as que pertencem aos instintos de conservação da vida da espécie. A primeira categoria é transformada em amor-próprio, e a segunda em amor ao próximo; sob a forma primordial de amor de um sexo, um pelo outro, da mãe pelo filho e do filho pela mãe.

Sobre este ponto, um olhar sobre a fisiologia comparada não está deslocado. Entre os peixes que estão cerebralmente no nível mais baixo da escala dos vertebrados, e que não conhecem nem família, nem os filhotes, o instinto permanece puramente sexual. Mas o sentimento ao qual ele dá origem começa a se manifestar entre vários mamíferos e pássaros; um verdadeiro casamento se estabelece, entretanto, na maior parte do tempo é temporário. É portanto o esboço de família que suscita a ação dos pais para com os filhos e dos filhos para com os pais. Enfim, entre vários seres, o homem, entre outros, formam-se entre as famílias elos da mesma

natureza que entre os próprios membros da família; e a sociabilidade nasce aqui e ali sobre alguns pontos do reino animal.

O fundamento estando assim lançado, não é difícil conceber que os sentimentos primordiais, na medida em que a existência se complica, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, tornam-se sentimentos secundários e combinações de sentimentos que se fazem tão indissolúveis quanto o são, no intelecto, as ideias associadas” (p. 357).

Assim, parece comprovado que não existem no cérebro órgãos especiais, quer para as diversas faculdades intelectuais, quer para as diferentes qualidades, afeições e paixões morais boas ou más. Por consequência, as qualidades ou os defeitos não podem ser nem herdados nem inatos, esta hereditariedade e esta congeneridade, já dissemos, só podem existir no recém-nascido sob o aspecto fisiológico, material. De que, então, pode consistir o aperfeiçoamento progressivo, historicamente transmissível do cérebro, tanto sob o aspecto intelectual quanto sob o aspecto moral? Unicamente no desenvolvimento harmonioso de todo o sistema cerebral e nervoso, isto é, tanto da justeza, da fineza e da vivacidade das impressões nervosas, quanto da capacidade do cérebro de transformar estas impressões em sentimentos, em ideias, e de combinar, abarcar e reter sempre associações mais vastas de sentimentos e de ideias.

É provável que, se uma raça, numa nação, numa classe, numa família, em consequência de sua natureza particular, sempre determinada por sua história, por sua posição geográfica, econômica, pela natureza de suas ocupações, pela quantidade e pela qualidade de sua alimentação, tanto quanto por sua organização política e social, por toda sua vida numa palavra, e pelo caráter ou pelo grau de seu desenvolvimento intelectual e moral — que se por causa de todas estas determinações particulares, um ou alguns dos sistemas de funções orgânicas, cujo conjunto constitui a vida de um corpo humano, acham-se desenvolvidas em detrimento de todos os outros sistemas, nos pais — é provável, quase certo dizíamos que seu filho herdará tal ou qual grau desta deplorável desarmonia, salvo a repará-la tanto quanto possível, e por seu próprio trabalho posterior sobre si mesmo, e algumas vezes também por revoluções sociais, sem as quais o estabelecimento de uma mais perfeita harmonia, no desenvolvimento fisiológico dos indivíduos, tomados à parte, pode ser frequentemente impossível.

Em todos os casos, digamos, a harmonia absoluta no desenvolvimento do corpo humano e, conseqüentemente, também no das faculdades humanas musculares, instintivas, intelectuais e morais, é um ideal cuja realização nunca será possível; inicialmente porque a história pesa fisiologicamente mais ou menos (e virá o tempo em que poder-se-á dizer cada vez menos) — sobre todos os povos assim como sobre todos os indivíduos, e em seguida porque cada família e cada povo acham-se sempre cercados de circunstâncias e de condições diferentes, entre as quais algumas pelo menos serão sempre contrárias a seu desenvolvimento completo e normal.

Assim, o que se transmite por meio de herança de geração em geração e o que pode ser fisiologicamente inato nos indivíduos que chegam à vida, não são as qualidades nem os vícios nem alguma ideia nem associação de sentimentos e de ideias, mas unicamente os recursos tanto musculares quanto nervosos: os órgãos mais ou menos aperfeiçoados e harmonizados, pelos quais o homem se move, respira e sente, recebe as impressões exteriores e retém, imagina, julga, combina, associa e abraça os sentimentos e as ideias, que outra coisa não são senão estas mesmas impressões, tanto externas quanto internas, agrupadas e transformadas inicialmente em representações concretas, em seguida, em noções abstratas, pela atividade totalmente fisiológica e, acrescentemos, completamente involuntária do cérebro.

As associações de sentimentos e de ideias, cujo desenvolvimento e cujas transformações sucessivas constituem toda a parte intelectual e moral da história da humanidade, não determinam, no cérebro humano, a formação de novos órgãos, correspondentes a cada uma, tomada à parte, não podem ser transmitidas aos indivíduos por via de herança fisiológica. O que se herda fisiologicamente é a aptidão cada vez mais fortificada, ampliada e aperfeiçoada de concebê-las e de criar novas associações. Mas estas associações e as ideias complexas que as representam, tais como a ideia de Deus, da pátria, da moral etc., nunca podendo ser inatas, só são transmitidas aos indivíduos pela via da tradição social e da educação. Elas se apoderam da criança desde o primeiro dia de vida que a cerca, em todos os detalhes, tanto materiais quanto morais, do mundo social em meio ao qual nasceu, elas penetram de mil modos diferentes em sua consciência inicialmente infantil, depois adolescente e juvenil, que nasce, cresce e se forma sob sua toda-poderosa influência.

Tomando a educação no sentido mais amplo desta palavra, incluindo nela não somente a instrução e as lições de moral, mas ainda e sobretudo os exemplos que dão à criança todas as pessoas que a cercam, a influência de tudo o que ela entende, do que ela vê, e não somente a cultura de seu espírito, mas ainda o desenvolvimento de seu corpo pela alimentação, pela higiene, pelo exercício de seus membros e de sua força física, diremos com plena certeza de não podermos ser seriamente contraditados por ninguém; que toda criança, todo adulto, todo jovem e finalmente todo homem maduro é o puro produto do mundo que o alimentou e que o educou em seu seio, um produto fatal, involuntário e conseqüentemente irresponsável.

Ele entra na vida sem alma, sem consciência, sem a sombra de uma ideia ou de um sentimento qualquer, mas com um organismo humano cuja natureza individual acha-se determinada por uma infinidade de circunstâncias e de condições, anteriores ao próprio nascimento de sua vontade, que por sua vez determina sua maior ou menor capacidade de adquirir e de se apropriar dos sentimentos, das ideias e das associações de sentimentos e de ideias elaboradas por séculos e transmitidas a cada um como uma herança social, pela educação que ela recebe. Boa ou má, esta educação impõe-se a ela — ela não é absolutamente responsável. Ela se forma, tanto quanto sua natureza individual mais ou menos feliz o permite, por assim dizer, à sua imagem, de maneira que ela pensa, sente e quer o que todo mundo em torno dela quer, sente e pensa.

Mas então perguntar-se-á, como explicar que a educação, ao menos em aparência a mais idêntica, produza com frequência, sob o aspecto do desenvolvimento do caráter, do espírito e do coração, os resultados mais diferentes? E antes de mais nada, as naturezas não nascem diferentes? Esta diferença natural e inata, por menor que seja, é, entretanto, positiva e real: diferença de temperamentos, de energia vital, de predominância de tal sentido ou de tal grupo de funções orgânicas sobre um outro, de vivacidade e de capacidades naturais. Procuramos provar que os vícios, tanto quanto as qualidades morais, feitos de consciência individual e social, não podem ser fisicamente herdados e nenhuma determinação fisiológica pode condenar o homem ao mal ou torná-lo irrevogavelmente incapaz do bem; mas não pensamos de forma alguma em negar que existam naturezas muito diferentes, dentre as quais umas, mais felizmente dotadas, não sejam mais capazes de um amplo desenvolvimento humano

que as outras. Pensamos que se exageraram muito nos dias de hoje as diferenças naturais que separam os indivíduos, e que é preciso atribuir a maior parte das que existem entre eles, não tanto à natureza quanto à educação diferente que foi dada a cada um. Para decidir esta questão, seria preciso, em todo o caso, que as duas ciências chamadas a resolvê-la, a psicologia fisiológica ou a ciência do cérebro e a pedagogia, que é a da educação ou do desenvolvimento social do cérebro, saíssem do estado infantil no qual as duas ainda se encontram. Mas a diferença fisiológica dos indivíduos, em qualquer grau que seja, uma vez admitida, resulta evidentemente que um sistema de educação, excelente em si mesmo enquanto sistema abstrato, pode ser bom para um e mau para outro.

Para ser perfeita, a educação deveria ser muito mais individualizada do que o é hoje, individualizada no sentido da liberdade e unicamente pelo respeito à liberdade, mesmo nas crianças. Ela deveria ter por objeto não o adiestramento do caráter, do espírito e do coração, mas seu despertar para uma atividade independente e livre, e não perseguir outro objetivo senão a criação da liberdade, nem de outro culto, ou melhor, de outra moral, de outro objeto de respeito que não seja a liberdade de cada um e de todos, que a simples justiça, não jurídica mas humana, a simples razão, não teológica nem metafísica, mas científica, e o trabalho, tanto muscular quanto nervoso, como base primeira e obrigatória para todos, de toda dignidade, de toda liberdade e do direito. Uma tal educação, difundida amplamente para todos, às mulheres assim como aos homens, em condições econômicas e sociais fundadas sobre a estrita justiça, faria desvanecer muitas, por assim dizer, diferenças naturais.

Tão imperfeita quanto tenha sido a educação — poder-se-á nos responder —, ela sozinha não poderia explicar este fato incontestável que, no seio das famílias mais desprovidas de senso moral, encontram-se frequentemente indivíduos que nos surpreendem pela nobreza de seus instintos e de seus sentimentos, e que, ao contrário, no meio das famílias moral e intelectualmente melhor desenvolvidas, mostram-se ainda com maior frequência indivíduos abjetos de espírito e de coração; este fato parece contradizer de maneira absoluta a opinião que faz resultar a maior parte das qualidades intelectuais e morais do homem da educação que ele recebeu. Mas esta é somente uma contradição aparente. Com efeito, ainda que tenhamos afirmado que na imensa maioria dos casos o homem é quase inteiramente o produto das condições sociais do meio no qual ele se forma,

e que só deixamos à herança fisiológica, às qualidades naturais que ele traz ao nascer, uma parte de ação comparativamente bastante fraca, não negamos esta última; e reconhecemos mesmo que em certos casos excepcionais, nos homens geniais ou de grande talento, por exemplo, assim como nos idiotas ou nas naturezas muito perversas, esta parte da ação ou da determinação natural sobre o desenvolvimento do indivíduo, determinação tão fatal quanto a influência da educação e da sociedade pode ser mesmo tão grande. A última palavra sobre todas estas questões pertence à fisiologia cerebral, e esta ainda não chegou ao ponto que lhe permita resolvê-las hoje, mesmo aproximativamente. A única coisa que podemos afirmar com certeza, hoje, é que todas estas questões se debatem entre dois fatalismos: o fatalismo natural, orgânico, fisiologicamente hereditário e o da herança, da tradição social, da organização pública, econômica e social de cada país. Não há lugar para o livre-arbítrio.

Mas fora da determinação natural, positiva ou negativa do indivíduo, que, mais ou menos, pode colocá-lo em contradição com o espírito que reina em toda sua família, pode existir para cada caso particular outras causas ocultas e que, na maioria das vezes, permanecem sempre ignoradas, mas que devemos todavia levar em grande consideração. Um conjunto de circunstâncias particulares, um evento imprevisto, um acidente algumas vezes muito insignificante em si mesmo, o encontro fortuito de uma pessoa, algumas vezes um livro que cai nas mãos de um indivíduo num momento propício, tudo isso, numa criança, num adolescente ou num jovem, quando sua imaginação fermenta e está ainda bem aberta às impressões da vida, pode produzir uma revolução radical tanto para o bem quanto para o mal. Acrescentai a isso a elasticidade que é própria a todas as jovens naturezas, sobretudo àquelas que estão dotadas de uma certa energia natural, e que as faz indignar-se contra as influências muito imperiosas e muito despoticamente persistentes e graças às quais às vezes o excesso do mal pode produzir o bem.

O excesso de bem ou do que se chama geralmente de bem pode, por sua vez, produzir o mal? Sim, quando ele se impõe como lei despótica, absoluta, quer seja religiosa, doutrinário-filosófica, política, jurídica, social, ou como lei patriarcal da família, numa palavra, quando todo bem que ele parece ser ou que ele realmente é, impõe-se ao indivíduo como a negação da liberdade e ele próprio não é seu produto. Mas então a revolta contra o bem, assim imposta, não é somente natural, ela é legítima: longe

de ser um mal ela é, ao contrário, um bem, pois não existe bem fora da liberdade, e a liberdade é a fonte e a condição absoluta de qualquer bem que seja verdadeiramente digno deste nome, o bem não sendo outra coisa senão liberdade.

Desenvolver e provar esta verdade que nos parece tão simples, tal é o único objetivo deste escrito. Retornemos agora à nossa questão.

O exemplo da mesma contradição ou anomalia aparente nos é oferecido com frequência, numa esfera mais ampla, pela história das nações. Como explicar, por exemplo, que na nação judia, a mais limitada outrora e a mais exclusiva que existiu no mundo, de tal forma exclusiva e estreita que, reconhecendo o privilégio por assim dizer absoluto, a divina eleição como base principal de toda sua existência nacional, ela própria se colocou como povo favorito entre todos, até o ponto de imaginar que seu Deus, Jeová — Deus pai dos cristãos —, forçando sua solitudine por ela até a mais selvagem crueldade para com todas as outras nações, havia-lhe ordenado a extirpação pelo ferro e pelo fogo de todos os povos que tinham ocupado antes a Terra prometida, a fim de varrer o terreno para o seu povo-Messias; como explicar que um personagem como Jesus Cristo, o fundador da religião cosmopolita ou mundial, e por isso mesmo o destruidor da própria existência da nação judia como corpo político e social, tenha podido nascer em gel seio? Como este mundo, exclusivamente nacional, chegou a produzir um reformador, um revolucionário religioso como o apóstolo...<sup>20</sup>

## **Construção do Comitê de Propaganda da UNIPA**

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de Comitês de Propaganda por todo o país.

Os Comitês de Propaganda têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

**Ousar lutar, ousar vencer!**

## **Construção de Pró-Núcleos da UNIPA**

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

**Entre em contato:**

**[unipa\\_net@yahoo.com.br](mailto:unipa_net@yahoo.com.br)**

**[www.uniaoanarquista.wordpress.com](http://www.uniaoanarquista.wordpress.com)**

## Notas

1 - É o título definitivo adotado nas provas corrigidas; o exemplar trazia o subtítulo: Proposta dos Russos, membros do comitê central da L. da P. e da L. e o manuscrito de Bakunin (ín-4, p. 1) dá o título: Proposição justificada dos Russos, membros do comitê permanente da Liga da Paz e da Liberdade (apoiada pelo Sr. Alexandre Naquet, delegado francês, e pelos Srs. Valerien Mroczkowski e Jean Zagorski, delegados poloneses).

2 - O ilustre patriota italiano Joseph Mazzini, cujo ideal republicano nada mais é do que a república francesa de 1793, refundada nas tradições poéticas de Dante e nas lembranças ambiciosas de Roma, soberana do mundo, em seguida revista e corrigida do ponto de vista de uma nova teologia, meio racional e meio mística, este patriota eminente, ambicioso, apaixonado e sempre irreduzível, apesar de todos os esforços que ele fez para se elevar à altura da justiça internacional, e que sempre preferiu a grandeza e o poderio de sua pátria a seu bem-estar e à sua liberdade — Mazzini sempre foi o adversário encarniçado da autonomia das províncias, que incomodava naturalmente a severa uniformidade de seu grande Estado italiano. Ele acredita que para contrabalançar a onipotência da república fortemente constituída, a autonomia das comunas será suficiente. Ele se engana: nenhuma comuna isolada seria capaz de resistir à potência desta centralização formidável; ela seria esmagada. Para não sucumbir nesta luta, ela deveria federar-se, em vista de uma resistência comum, com todas as comunas vizinhas, o que significa dizer que ela deveria formar com elas uma província autônoma. Além disso, no momento em que as províncias não forem autônomas, será preciso governá-las por funcionários do Estado. Entre o federalismo rigorosamente conseqüente e o regime burocrático não há meio-termo. Daí resulta que a república desejada por Mazzini seria um Estado burocrático e, conseqüentemente, militar, fundado em vista do poderio exterior e não da justiça internacional nem da liberdade interior. Em 1793, sob o regime do Terror, as comunas da França foram reconhecidas autônomas, o que não as impediu de terem sido esmagadas pelo despotismo revolucionário da Convenção ou antes pelo da Comuna de Paris, de quem Napoleão herdou naturalmente.

3 - Sabe-se que na América são os partidários dos interesses do Sul contra os do Norte, isto é, da escravidão contra a emancipação. Itis escravos, que se chamam exclusivamente democratas.

4 - Por falta mesmo de qualquer outro bem, esta educação burguesa, com a ajuda da solidariedade que religa todos os membros do mundo burguês, assegura a quem quer que a receba um privilégio enorme na remuneração de seu trabalho, o trabalho dos burgueses mais medíocres recebendo quase sempre três, quatro vezes mais do que o operário mais inteligente.

5 - Sob este aspecto, a ciência do direito oferece uma perfeita semelhança com a teologia; estas duas ciências partem igualmente, uma de um fato real, mas iníquo: a apropriação pela força, pela conquista a outra, de um fato fictício e absurdo: a revelação divina, como um princípio absoluto, e, se fundamentando neste absurdo ou nesta iniquidade, todas as duas recorrem à lógica mais rigorosa para edificar, aqui, um sistema teológico, e lá, um sistema jurídico.

6 - Dizer que Deus não é contrário à lógica é afirmar que Ihe é absolutamente idêntico, que não é outra coisa que a lógica, isto é, a corrente e o desenvolvimento natural das coisas reais, o que significa dizer que Deus não existe. A existência de Deus só pode ter valor como negação das leis naturais, de onde resulta este dilema irrefutável: Deus existe, portanto não existem leis naturais, e o mundo apresenta um caos. O mundo não é um caos, é ordenado em si mesmo, portanto Deus não existe.

7 - Da mesma forma que todo indivíduo humano nada mais é do que a resultante de todas as causas que presidiram seu nascimento, combinadas com todas as condições de seu desenvolvimento posterior.

8 - Nunca seria demais repetir isto a muitos partidários do naturalismo ou do materialismo moderno, que, pelo fato de o homem ter encontrado em nossos dias seu parentesco pleno e inteiro com todas as outras espécies animais e sua descendência imediata e direta da terra, e porque renunciou aos absurdos e às vãs ostentações de um espiritualismo que, sob o pretexto de gratificá-lo com uma liberdade absoluta, condenava-o a uma eterna

escravidão, imaginam que isto lhes dá o direito de renunciar a todo respeito humano. Poder-se-ia comparar estas pessoas a lacaios que, descobrindo a origem plebeia de um homem que se lhes havia sido imposto por sua dignidade natural, pensam poder tratá-lo como um igual, pela simples razão de que não compreendem outra dignidade além daquela que cria a seus olhos um nascimento aristocrático. Outros estão felizes por terem encontrado o parentesco do homem com o gorila, gostariam de conservá-lo sempre em estado animal, e se recusam a compreender que toda sua missão histórica, toda sua dignidade e toda sua liberdade consistem em se afastar dele.

9 - Estas relações, que por sinal jamais puderam existir entre os homens primitivos, porque a vida social foi anterior ao despertar da consciência individual e da vontade refletida nos homens, e porque, fora da sociedade, nenhum indivíduo jamais pôde ter liberdade, nem absoluta nem mesmo relativa, estas relações, dizemos, são precisamente as mesmas que existem realmente hoje entre os Estados modernos, cada um deles se considerando como investido de uma liberdade, de um poder e de um direito absolutos, à exclusão de todos os outros, e só guardando, conseqüentemente, em relação a todos os outros Estados, as considerações que lhe são ditadas por seu interesse próprio, o que os coloca necessariamente a todos em estado de guerra permanente ou latente.

10 - O ideal de Mazzini. Ver *Doveri del'uoino* (Nápoles, 1860), p. 83 e Pio IX Papa, p. 27: “Crediamo santa l’Autorità quando consecrata del genio e della virtù, soli sacerdoti dell’avvenire, e manifestata della vasta potenza di sacrificio, predica il bene e liberamento accettata, guida visibilmente ad esso...”

11 - Os acidentes aos quais o embrião está sujeito durante seu desenvolvimento no ventre de sua mãe explicam perfeitamente a diferença que existe mais frequentemente entre os filhos de mesmos pais e nos fazem compreender como os pais, pessoas de espírito, podem ter por filho um idiota. Mas é sempre uma infeliz exceção devida à ação de alguma causa momentânea e fortuita. A natureza, graças à não-existência do bom Deus, nunca sendo caprichosa e nada fazendo sem causa suficiente, nunca muda

de tendência e de direção enquanto não é constringida por uma força maior, de modo que a regra na reprodução da espécie humana, por uma sucessão de casais constituindo uma família, deve ser a seguinte: se cada casal acrescentasse à herança fisiológica de seus pais um desenvolvimento corporal, intelectual e moral novo — como todo aperfeiçoamento ideal é necessariamente um aperfeiçoamento material devido ao cérebro —, cada nova progenitura deveria ser, sob todos os aspectos, superior a seus pais.

[12](#) - Aqui está faltando urna ou várias linhas entre as páginas 64 e 65 das provas originais do manuscrito de Bakunin.

[13](#) - Ver o extraordinário artigo do Sr. Littré “De la méthode en psychologie” na revista *La Philosophie Positive*: “É fisiologicamente verificável, diz o ilustre positivista, que o cérebro não cria nada; ele recebe. Sua função é de fazer, com o que lhe é transmitido (pelos sentidos) dos sentimentos e das ideias; mas ele não tem nada com o que constitui o substrato destas ideias e destes sentimentos. Para dizer a verdade, tudo lhe vem de fora, pois as disposições orgânicas, sem as quais a vida individual e a vida coletiva não se mantêm e sem as quais também não haveria sentimento, são de tal forma exteriores (ao homem), que a natureza as realiza independentemente de qualquer limite cerebral ou psíquico, nos vegetais e sobretudo nos animais mais inferiores. Resulta disso que é preciso modificar um pouco o sentido da palavra subjetivo. Subjetivo não pode significar alguma coisa que seja preexistente ao desenvolvimento do ser humano, tal como um Eu, uma ideia, um sentimento, um ideal; só pode significar a faculdade de elaboração distribuída às células nervosas; exceto neste ponto, o subjetivo está sempre misturado com o objetivo” (n, 111, p. 302). E nas pp. 343-4, ele ainda diz: “O julgamento não é uma faculdade dominando as impressões que lhe são introduzidas; sua única função (atividade totalmente fisiológica) é compará-las para extrair uma conclusão; mas, ele não tem nenhuma jurisdição sobre elas. A alucinação o prova; é a produção de impressões sem que nada de objetivo as provoque; pelo jogo mórbido das células nervosas encarregadas da transmissão, as impressões ilusórias chegam ao centro intelectual (‘a substância cinzenta das circunvoluções desta parte do cérebro que ocupa toda a parte superior e anterior da cavidade craniana ou do cérebro propriamente dito’), como se

fossem reais; o julgamento se apoderando delas, trabalha necessariamente sobre estes materiais fictícios, e as concepções imaginárias aparecem. De resto, salvo a lesão patológica, uma prova totalmente semelhante é fornecida pelo desenvolvimento histórico das concepções humanas. No início, as observações — as mais simples à parte — são falíveis, e o julgamento, por sua vez, é também, falível; vê-se o sol nascer a leste e se pôr a oeste, e sobre isto o julgamento constrói uma concepção errônea que ele só retifica com a ajuda de outras observações melhores. Se o julgamento fosse primordial, não subsequente, a história humana teria sido diferente (a humanidade não teria tido por ancestral um primo do gorila): as grandes inteligências seriam a origem de onde derivariam por deduções as inteligências secundárias; tal é com efeito a hipótese teológica...” o Sr. Littré poderia ter acrescentado: metafísico e jurídico também.

14 - Teríamos dito as noções primordiais ou mesmo as simples representações dos objetos.

15 - As impressões sensoriais que o Indivíduo por meio de seus nervos recebe dos objetos tanto exteriores quanto Interiores.

16 - A retenção das simples ideias pela memória e sua associação pela própria atividade do cérebro.

17 - Pela associação das simples ideias.

18 - O fundo de onde os nervos extraem as Impressões tanto sensoriais quanto Instintivas, o *sensorium commune*, é, segundo os Srs. Littré e Luys, a camada ótica onde vem desembocar todas as impressões sensitivas, tanto externas quanto internas, isto é, quer sejam produzidas pelos objetos exteriores, quer sejam emanadas da trama das vísceras ou dos órgãos do interior, e que “por um sistema de fibras e de comunicações transmite-as à substância vertical (substância cinzenta) das circunvoluções do cérebro propriamente dito, sede das faculdades tanto afetivas quanto intelectuais” (pp. 340-1).

19 - A substância cinzenta do cérebro propriamente dito, composta de células nervosas: “Está estabelecido que as células nervosas que compõem a substância do cérebro, sendo anatomicamente o resultado (último) dos nervos e, por eles, de todas as impressões internas, possuem funcionalmente a tarefa de fazer destas impressões ideias; as ideias, uma vez elaboradas, de julgá-las por diferenças e por semelhanças, de guardá-las pela memória, de reuni-las pela associação. Nada mai, nada menos. Todo o desenvolvimento intelectual do homem tem seu ponto de partida nestas condições anatômicas e fisiológicas” (p. 352).

20 - A sequência deste escrito está perdida ou inencontrável, se é que ela foi elaborada.

# Table of Contents

[Start](#)